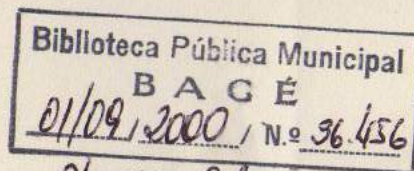
PLÍNIO SALGADO

O INTEGRALISMO NA VIDA BRASILEIRA

LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA
Rua 1.º de Março, 147 - 2.º andar
— RIO DE JANEIRO —

O MANIFESTO DE OUTUBRO DE 1932

I

O AMBIENTE HISTÓRICO

PARA se ter noção exata do que representou o Manifesto de Outubro de 1932, cujo vigésimo quinto aniversário está sendo comemorado, é preciso, antes de tudo, fazer-se um levantamento, ainda que sumário, do panorama político, social e cultural do nosso país, na hora em que êsse documento apareceu.

Adeptos, adversários ou indiferentes, ninguém pode negar, de boa fé, que o Manifesto de Outubro mobilizou milhares de brasileiros, desde o homem do sertão até os numerosos e legítimos expoentes da cultura nacional. Algum motivo deveria ser a causa de tamanho poder de aliciamento; e não vemos outro senão no fato de enraizar-se o Manifesto nos sentimentos da mais pura brasilidade, ao mesmo tempo respondendo a inquietações decorrentes de acontecimentos políticos e de circunstâncias sociais da sua contemporaneidade.

Examinemos, primeiramente, o quadro psicológico da vida brasileira a partir de 1930 até outubro de 1932. São os dois anos posteriores à Revolução da Aliança Liberal, em cujas hostes se arregimentaram todos os descontentamentos e tôdas as aspirações vagas e indefinidas do complexo popular.

*
* *

Enquadraram-se, na Revolução de 30, flagrantes heterogeneidades, a tal ponto que os remanescentes das revoluções de 1922, 24 e 26 uniram-se àqueles mesmos homens por êles combatidos e que se encontravam, por motivos bem diversos, em oposição ao Govêrno Federal. Chefes políticos, empenhados durante as revoluções anteriores em exprobar, pela tribuna do Parlamento ou nas curuis do Executivo, os rebeldes daquelas jornadas, eram agora pugnazes oradores ou eficientes conspiradores preparando a rebelião que alçava a bandeira dos adversários de ontem.

Entre os motivos aduzidos pela coalisão de revolucionários e reacionários apaziguados, salientava-se o líbelo contra a chamada "política dos Governadores" e contra o excessivo poder político do Presidente da República, baseado êste no apoio dos chefes dos Executivos regionais. Mas, ainda aí, se manifestava contraditória a Revolução de 30, porquanto levantando-se contra a política dos Governadores, ela mesma realizava o pacto de três dêsses Governadores, dentre os quais os dois que sempre constituíram, com um terceiro de igual potência, o jôgo de equilíbrio do sistema condenado.

Tôdas essas contradições não devem, entretanto, servir de argumento ao historiador para, só por êles, julgar o fenômeno sócio-político de 1930. Coincidindo os interêsses políticos dos Governadores de Minas, Rio Grande do Sul e da Paraíba com as aspirações gerais, ainda que indefinidas, da Nação Brasileira, êsses Governadores tiveram o bom senso de canalizar, compor e dirigir as correntes revolucionárias, representando, com o seu Estado Maior

de homens formados na escola da República Velha, uma espécie de centro de gravidade, cujos benefícios logo se tornaram evidentes, impedindo que o país fôsse levado à anarquia.

*
* *

O que se deve ter em conta, no estudo da Revolução de 30, é o que ela exprimia, como síntese de inquietações mal expressas, as quais se tinham gradativamente acentuado, desde longos anos, através de uma série de revoltas deflagradas sob pretextos os mais diversos.

Quase nenhum quadriênio presidencial escapara dêsses episódios: no govêrno de Deodoro, a deposição do Marechal; no de Floriano, a revolta da esquadra e a revolução no Sul; no de Prudente, a guerra de Canudos; no de Rodrigues Alves, a rebelião da Escola Militar; no de Hermes da Fonseca, a revolta da esquadra chefiada por marinheiros, a revolução do Ceará, a luta armada contra as oligarquias de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Goiás e outros Estados; no de Wenceslau, a luta no Contestado; no de Epitácio, a revolta de Copacabana e da Escola Militar; no de Bernardes, as revoluções de São Paulo e Mato Grosso e a agitação permanente na Capital da República, não se falando na constante guerra civil no Rio Grande do Sul. Sem entrar na análise particular de cada um dêsses movimentos, temos entretanto de tomá-los como evidências de um desajustamento entre o estilo da política dominante e as realidades locais ou grupais do país.

No que concerne à chamada "política dos Governadores", tudo indicava que a hipertrofia do

poder regional conseqüente da política iniciada pelo presidente Campos Sales, facilitava a formação das oligarquias e o sufocamento das liberdades, de modo particular nos municípios, cuja autonomia passava a existir apenas **in nomine**, dada a atuação truculenta dos diretórios locais do partido único e prepotente em cada um dos Estados.

*
* *

Mas, cingindo-se ainda ao rigoroso critério da imparcialidade na apreciação dos fatos históricos, não podemos condenar Campos Sales pela adoção da "política dos Governadores". A República, advindo das hábeis manobras de uma minoria inteligente, que soube provocar um imprevisto golpe militar, nascera sem base popular, sem a possibilidade de firmar o Poder Federal sôbre as estruturas de partidos nacionais capazes de se revesar nas responsabilidades da sustentação do regime.

Já no fim da Monarquia, os partidos nacionais eram pràticamente inexistentes e isso se evidencia no próprio livro de Campos Sales, intitulado "Da propaganda à Presidência", onde se vê a formação dos últimos Gabinetes do Império efetivando-se de conformidade com o oportunismo político em que se dissolviam as organizações partidárias do velho regime. A coordenação das fôrças políticas nacionais tornara-se difícil nos governos de Deodoro, Floriano e Prudente, pois o que falava mais alto (e até mesmo como resultado da propaganda federalista dos republicanos e de uma ala do partido liberal) eram os interêsses regionais. O remédio, para o momento, tinha de ser a arregimentação dos regionalismos encarnados nos Governadores, o

que viu, com rara argúcia, o presidente Campos Sales.

Cumpria às gerações seguintes, enquanto a República se escorava nas estacas dessa política regionalista, exercer uma obra educativa, formando uma consciência nacional inspirada nas fontes históricas da Pátria e nos imperativos morais e econômico-sociais que constituem as nossas realidades e devem nortear a nossa marcha para o futuro. Mas, ao contrário, enquanto os republicanos chamados históricos bradavam "esta não é a República dos meus sonhos", os republicanos aderentes ou conformistas entregavam-se ao pragmatismo de uma política sem conteúdo doutrinário. A grande obra não foi realizada. Era natural, pois, que não havendo ideologias precisas e claras como laço indestrutível de unidade nacional de opinião, jamais se fundassem partidos nacionais aptos a substituir o processo de emergência ideado pelo presidente Campos Sales.

*
* *

As inquietações do povo brasileiro, como regatos provindo de fontes as mais diversas, buscavam canalizar-se numa só caudal. E o mérito da Revolução de 30 reside em ter ela oferecido um leito onde afluissem e por onde corressem as angústias confusas do complexo nacional.

O historiador, observando essa revolução no seu conjunto, e não nos aspectos particulares dos casos pessoais nela contidos, não poderá condená-la pelas contradições do seu composto, nem responsabilizá-la pela confusão dos espíritos que se alastrou pelo país depois da sua vitória. A responsa-

bilidade cabe a tôda uma geração que não produzira aquêle tipo de homens de pensamento capazes de abandonar seus gabinetes e descer às ruas, às praças, aos salões de conferência e aos comícios populares, arriscando-se ao desfavor de muitos e ao doloroso desconforto a que se não podem furtar os apóstolos das grandes causas.

O período de 1922 a 1930 revela o anseio dos jovens escritores brasileiros no sentido de propagar novas idéias transformadoras da política nacional, por êles julgada até então sem perfeita consonância com as realidades da terra, do povo e do destino da Pátria. E o que se faz digno de nota é a circunstância de o grupo políticamente mais avançado dos intelectuais se encontrar na própria cidadela da situação dominante. Eram os "verdamarelistas", que se desprenderam do movimento puramente estético iniciado pela Semana de Arte Moderna, em 22, e que doutrinavam no "Correio Paulistano", com o beneplácito e a simpatia de Júlio Prestes de Albuquerque, o candidato eleito pelos 17 Governadores contra os quais se erguera a aliança dos 3 Governadores dissidentes e dos revolucionários de 22, 24 e 26.

*
* *

Vencedora a Revolução de 30, com a deposição do Presidente da República, Dr. Washington Luís pelos seus próprios generais constituídos em Junta Pacificadora, ficou destruída a fachada com que a República aparentava uma perfeita ordem e uma sólida estrutura. O compromisso dos revolucionários terminou com a conquista do Poder. E, do bojo do movimento, surgiram as mais variadas ex-

pressões dos desencontros ideológicos e dos conflitos entre os grupos heterogêneos.

É preciso notar que um elemento novo entrava na política brasileira: o comunismo internacional. Essa corrente ideológica tivera ingresso no país depois da implantação do bolchevismo na Rússia e da re-estruturação do Comintern por Dimitroff, em bases de maior eficiência. Mas a sua presença no Brasil começa a fazer-se sentir mais fortemente pelas alturas de 1926, quando agentes de Moscou principiam a conquista das classes intelectuais. Até então, as agitaçoes tinham sido provocadas pelos anarco-sindicalistas, cujo maior campo de ação era São Paulo. O problema do trabalho e do trabalhador apenas se esboçava como preocupação dos homens de Estado, o que se evidencia no conhecido discurso de Rui Barbosa, pronunciado em Petrópolis em 1919. Da II Internacional, nìtidamente marxista, o país já tomara conhecimento desde os fins do século XIX e, posteriormente, em nosso século, pela palavra de conferencistas estrangeiros. Mas a organização de um partido comunista filiado à III Internacional, só se efetivou em plenitude de eficiência, nos três anos anteriores à Revolução de 30, principalmente depois do Congresso Comunista realizado em Buenos Aires.

No decorrer de 1931, o partido comunista achava-se em franca atividade de propaganda, utilizando-se da infiltração de seus elementos na imprensa e nas associações fundadas com o intuito de dar à Revolução de 30 um caráter de continuidade no tocante a reformas julgadas imprescindíveis.

Essas associações, fruto da sinceridade e do verdadeiro idealismo de vários grupos, tiveram uma vida efêmera e dramática. Dentre elas, poderemos

citar o "Clube 3 de Outubro", a "Legião 5 de Julho", a "Legião Revolucionária de São Paulo". Todo o esfôrço dos seus componentes era no sentido de traçar um programa de reformas e de realizações em benefício do povo e do país. Mas a própria composição dessas entidades era heterogênea, sendo portanto impossível chegar-se a qualquer conclusão.

Por outro lado, os jovens militares, que tinham vindo das revoluções de 22 e de 24, temendo que os velhos políticos, partícipes da revolução, reconduzissem o país aos moldes da República Velha (assim chamado o regime de antes de 30), constituíram-se numa ala que se designou pelo nome de "tenentismo".

No meio de todo êsse quadro de angústias, novos blocos de união se iam aglutinando; e foi assim que, em Minas, surgiu "A Montanha", também com a preocupação de impedir a retomada das posições pelos políticos mineiros reacionários em 22, 24 e 26, e revolucionários em 30. Não tardou que, em Minas, fizesse a sua entrada em cena o fascismo brasileiro, dos camisas-caqui, chefiados diretamente pelo governador Maciel.

Simultâneamente, novos grupos, ou grupos anteriormente conhecidos, como os "Patrianovistas", em São Paulo, a "Legião Cearense do Trabalho", em Fortaleza e até uma agremiação de "sinergistas" no Rio, entravam em atividade. Assim foram os primeiros meses de 1931, aos quais não faltaram nem mesmo a atuação de uma pequena corrente positivista e de um Partido Socialista, nos moldes da II Internacional, como também pela primeira vez, a arregimentação dos homens de côr, sob o nome de "Frente Negra Brasileira".

O govêrno que a Revolução de 30 produziu foi

um Govêrno Discricionário; e nem podia ser outro, no meio de tamanha confusão, até que o cáos informe tomasse aspecto e pudesse apresentar-se em lineamentos mais compreensíveis. E não se pode negar que êsse Govêrno Discricionário, chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas, constituído de políticos experimentados, procurou conter os excessos dos que ainda não tinham tido contato com a coisa pública e defender a Nação contra as manobras dos convertidos ao credo moscovita.

*

* *

Nesse ano de 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileiros orientados por um pensamento cristão e nacionalista, os quais não se colocavam, nem ao lado dos propugnadores da volta do país aos moldes da Constituição de 1891, nem ao lado dos revolucionários que ansiavam por uma série de reformas, sem nenhuma base ordenadora de doutrina política. Chamava-se "A Razão", nome que desejava significar um convite ao raciocínio, ao estudo consciencioso dos problemas nacionais, relacionados com os grandes temas humanos e com as realidades históricas, econômicas e sociais do Brasil. O seu fundador, Alfredo Egídio de Souza Aranha, entregou a doutrinação política ao futuro autor do Manifesto de Outubro. Os artigos, sem assinatura e que iam sendo transcritos em "Era Nova", da Bahia e em jornais do Ceará, provocavam cartas de todos os pontos do Brasil e os nomes dos missivistas eram arquivados com seus endereços. Dentro em pouco, estava registada, num

fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas idéias fundamentais.

Em 1932, entretanto, a situação em São Paulo era das mais graves. O povo paulista, representando a maior soma da produção nacional e dando ao orçamento da República um têrço da sua arrecadação, vinha sendo governado, ao sabor das intrigas palacianas, por uma sucessividade de interventores pouco experientes sôbre as necessidades do Estado e, além do mais, substituídos com tanta freqüência, que não chegavam a tomar conhecimento completo das questões que lhes eram afetas. O fato provocou tão grande descontentamento, que o povo paulista, desejoso de eleger os seus governantes, desfraldou a bandeira do constitucionalismo. Substituir, o mais depressa possível, o Govêrno Discricionário por um govêrno legal, foi a aspiração que, dentro em pouco, empolgou a unanimidade do povo bandeirante.

Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 30 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente com as realidades nacionais e as aspirações humanas manifestadas em todos os países. Assim pensava o grupo de "A Razão"; mas observando que, do lado dos revolucionários de 1930 (então divididos em numerosas facções, algumas sob influência marxista) nada havia a esperar, êsse grupo resolveu fundar uma associação de cultura, que servisse de ponto inicial a um movimento de opinião brasileira. E, assim, no dia 24 de fevereiro de 1932, no salão daquele jornal, fundou-se a "Sociedade de Estudos Políticos", tomando por alicerce nove postulados que se reduziam aos seguintes princípios: concepção espiritualista da existência humana; unidade da Pátria Brasileira; coordenação das fôrças econômicas; justiça social cristã; combate ao totalitarismo do Estado, à luta de classes, aos preconceitos de raça, ao coletivismo e ao excesso do individualismo.

A "Sociedade de Estudos Políticos", SEP, funcionou na sala de armas do Clube Português em São Paulo, realizando sucessivas sessões plenárias e das comissões de filosofia, economia, pedagogia, história, sociologia e política. Lá fora, crescia a agitação popular agora tomando franco aspecto revolucionário.

*

* *

Em 6 de Maio de 1932, foi resolvido pela Sociedade (uma vez que já estavam todos de acôrdo com numerosas conclusões doutrinárias e práticas) lançar um movimento popular de difusão das novas idéias. Criou-se nova seção, além das várias comissões técnicas, denominada "Ação Integralista Brasileira". Incumbia aos encarregados dessa seção, levar ao povo, em linguagem simples, os resultados dos estudos e os fundamentos doutrinários da Sociedade de Estudos Políticos. E foi nesse mês de Maio que o Manifesto, depois chamado de outubro, tomou expressão escrita.

O momento era dramático. A revolução constitucionalista estava abertamente deflagrada. No dia 23, o jornal "A Razão", considerado, pelos chefes do movimento armado como elemento adverso, pela prègação de caráter nacional e nunca regional que seus artigos continham, teve suas oficinas destruídas e seu prédio incendiado pela multidão. Na mesma noite, grande massa popular atacou a sede da "Legião Revolucionária de São Paulo", que

já havia tomado nesse tempo uma feição suspeita de esquerdismo marxista. No ataque, houve mortos e feridos.

Em junho, num ambiente de exaltadas agitações populares, reuniu-se novamente a "Sociedade de Estudos Políticos" para ouvir a leitura do Manifesto, que deveria ser levado à impressão. Distribuíram-se várias cópias datilografadas, designando-se nova reunião para julho. Mas, a 9 daquele mês, sublevaram-se os quartéis da Fôrça Pública e do Exército e as primeiras tropas da Revolução Paulista embarcaram em direção ao Rio. O Manifesto foi guardado para outra oportunidade.

*

* *

Três meses decorreram. A Revolução Paulista isolou-se (como previra o jornal "A Razão") não lhe tendo vindo o concurso de outros Estados cujos governos, segundo se dizia, se achavam secretamente pactuados com os dirigentes do movimento bandeirante. Apenas parte da guarnição de Mato Grosso acorreu, atingindo o planalto de Piratininga, onde ressoavam os clarins da rebelião. No Rio, apesar dos chefes constitucionais esperarem o contrário, não foi possível um pronunciamento militar, conquanto ali se assinalassem intensas agitações populares fàcilmente sufocadas.

Dentro em pouco, o Estado de São Paulo, sitiado por terra e por mar, combatia em três frentes. E, à proporção que essas frentes se restringiam com perdas de vidas e de esperanças, invadia a alma dos paulistas aquêle ressentimento e aquela amargura que levaram outrora os heróis da guerra

dos Farrapos a proclamar a República de Piratiní, como primeira etapa da republicanização do Brasil inteiro.

Subjugada a revolução paulista em 3 de Outubro de 1932, o estado de espírito de depressão e de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflorou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais, que propunham, não pròpriamente o separatismo, porém o Confederacionismo, como imperativo da disparidade de interêsses entre os vários Estados brasileiros. Êsse movimento encontrava natural ressonância no espírito nobre mas ressentido da juventude que se constituira na ""Federação dos Voluntários de São Paulo". Por outro lado, o comunismo, aproveitando-se da situação, desenvolveu intensamente a sua propaganda e rearticulou os seus quadros, estimulando a massa proletária no sentido da luta de classes. Essa reativação do comunismo processava-se igualmente em todos os Estados, utilizando-se o Comintern das massas trabalhadoras em seus justos reclamos reivindicatórios. O momento era dos mais tristes e incertos para a Nacionalidade.

Estávamos a 7 de Outubro. Tudo era confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. Para onde iria a Nação Brasileira?

O Manifesto Integralista, já impresso, foi nessa data distribuído em São Paulo e remetido para todos os Estados. Começava com os seguintes vocativos: "À Nação Brasileira — Ao operariado do país e aos sindicatos de classe — Aos homens de cultura e pensamento — À mocidade das escolas e das trincheiras — Às classes armadas!"

Apreciemos, no capítulo seguinte, os fundamentos filosóficos daquele documento.

II

OS FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

VIMOS, no capítulo precedente, a ambientação histórica do Manifesto de Outubro de 1932. Cumpre-nos, agora, examinar os seus fundamentos doutrinários.

Antes de tudo, convém ter-se em vista que aquêle documento político, pretendendo trazer o remédio imediato à crise social brasileira e ao problema humano que se propunha a todos os povos, como conseqüência de ideologias que se entrechocavam, consubstanciou, não apenas uma orientação filosófica, mas também as soluções práticas do problema do Estado e, mais ainda, o programa de ação destinado a dar e propagar as novas idéias e levá-las à vitória.

Sendo, pois, uma exposição complexa de variados assuntos, o Manifesto de Outubro contém uma parte essencial imutável e uma parte acidental sujeita a modificações impostas pelas circunstâncias históricas supervenientes.

A parte essencial do Manifesto conserva-se até hoje intangível; mas conquanto trouxesse, naquele documento, firmes e nítidos lineamentos acêrca da concepção do Universo, do Homem, dos Grupos Naturais, da Sociedade, da Nação e do Estado, não

ia além das afirmações categóricas a respeito dêsses temas, deixando para que, em outros documentos e estudos, se desenvolvessem, de modo mais completo, mais preciso e mais claro, as idéias então lançadas como indicações de rumos.

Essa clarificação das idéias fundamentais do Manifesto de Outubro foi realizada em documentos posteriores, como sejam as "Diretrizes integralistas", em 1933; a "Carta de Natal e fim de ano", em 1935; as "Preliminares do Manifesto-Programa", em 1936; o capítulo "Cristo e o Estado Integral" do discurso de 12 de junho de 1937; o "Manifesto-Diretiva, de 1945; e ainda em vários documentos constantes do livro "O Integralismo perante a Nação".

Paralelamente a êsses documentos, considerados oficiais do Integralismo, publicaram-se os meus livros: "Psicologia da Revolução", melhorado no sentido de maior clareza, em sucessivas edições; "Conceito Cristão da Democracia"; o capítulo "Cristo e Cesar" do livro "Vida de Jesus"; "Discursos-1946" e, finalmente, em "Direitos e Deveres do Homem", que é o desenvolvimento da tese que apresentei nas Conversações Internacionais Católicas de San Sebastian, em 1948; "Espírito da Burguesia"; "A Mulher no Século XX"; "O Ritmo da História"; "A Reconstrução do Homem".

Excluindo-se, pois, das nossas considerações, as acidentalidades do Manifesto de Outubro, que se referiam a circunstâncias inerentes ao momento histórico em que os seus capítulos foram escritos, apreciemos a substância do documento que conseguiu mobilizar centenas de milhares de brasileiros no transcurso de 1932 a 1937.

*

* *

O Manifesto de Outubro, conquanto obra pessoal onde predominam três elementos: a formação espiritualista, a educação nacionalista e a intuição do seu autor, embebe as suas raízes nos ensinamentos dos grandes pensadores, filósofos, poetas, economistas e sociólogos da nossa Pátria.

O seu Capítulo 1.º trata da concepção do Universo e do Homem. E aí se encontra a influência de Farias Brito quando, no seu livro "A verdade como regra das ações", mostra que não podem existir normas de moralidade, sem que preliminarmente adotemos uma noção precisa da origem e da finalidade do Ser Humano.

Em conseqüência da fé espiritualista que o Manifesto proclama, êsse capítulo 1.º reconduz os valores morais à plana de superioridade de onde foram destronados pelo materialismo do século XIX e princípios do presente. Afirma que a igualdade dos homens deve ser procurada, não mediante a tábua rasa do coletivismo, porém pela hierarquia das virtudes. Sustenta o direito às legítimas aspirações de cada um e de todos, pela prática da fraternidade cristã e da justiça, que emana dos corações à luz de uma consciência conhecedora das leis de Deus.

Essa proclamação de direitos humanos, não segundo o critério agnóstico-naturalista de Rousseau, mas segundo a filiação comum dos homens em Deus, essa proclamação que em 1948 fiz de modo mais lato e explícito no meu livro "Direitos e Deveres do Homem", surgia no Manifesto de Outubro como conseqüência de meditações e de angús-

tias, por mim expressas na carta que dirigi a Augusto Frederico Schmidt, em 18 de fevereiro de 1931, em que lhe dizia: "**Quero, logo que seja iniciada a minha ação jornalística, proclamar os direitos do Homem. Cento e poucos anos após as declarações da Revolução Francesa, nova proclamação precisa ser erguida na face da terra. Que ela parta do Brasil, como um protesto...**"

O protesto era contra o comunismo e contra o capitalismo, as duas formas do materialismo destruidor das pessoas humanas.

*

* *

O Capítulo 2.º busca solucionar os conflitos de classes e a exploração do Capitalismo ateu, consagrando o princípio democrático da representação política dos que trabalham, segundo as suas categorias profissionais. E aí se nota a influência de Oliveira Viana, cujo pensamento, evolvendo de livro para livro, veio recentemente esplender na plenitude de suas últimas obras.

E não podemos deixar de considerar que êsse esquema de organização social e política, a que chegarão todos os povos, antes que termine êste século, êsse esquema, que foi burlado pelo fascismo e traído pelo nazismo e pelo comunismo russo, conforma-se com a própria doutrina dos Sumos Pontífices, desde Pio IX e Leão XIII, até Pio XI e Pio XII, e principalmente com o discurso dêste, no Natal de 1944, quando distingue a "massa" desordenada do "povo" consciente que se exprime atra-

*

* *

No Capítulo 3.º sente-se a presença de Jackson de Figueiredo, nas suas campanhas pela restauração do princípio de autoridade, sem a qual a liberdade dos maus, dos traficantes e dos imorais tripudiará sôbre os direitos dos bons, dos honestos e virtuosos.

*

* *

No Capítulo 4.º, percebe-se que o autor está de pleno acôrdo com Alberto Tôrres, sentindo as verdades escritas pelo grande fluminense, no seu livro "O problema nacional brasileiro", onde combate o cosmopolitismo, a nefasta influência estrangeira, assim como os absurdos preconceitos de raça, que levaram muitos patrícios nossos a amesquinhar os elementos formadores da Nacionalidade e aquêles que vieram, posteriormente, integrar-se na comunhão da nossa Pátria.

Êsse capítulo é como que uma projeção das páginas escritas pelo próprio autor do Manifesto no seu romance "O Estrangeiro", o qual, na verdade, constitui também um manifesto à Nação lançado em 1926 e preparador do Manifesto de Outubro. Pois é preciso ter em vista as obras que publiquei antes e depois de 1932, para se compreender o espírito do meu nacionalismo no documento político que produzi em 1932. Quem não tiver lido "O Estrangeiro", "O Esperado", "O Cavaleiro de Itararé", "A Voz do Oeste", "Geografia Sentimental" e "Nosso Brasil", e posteriormente "Como nasceram as cidades do Brasil" e o "Poema da For-

taleza de Santa Cruz", não estará apto a penetrar no íntimo dalma de quem escreveu o Manifesto de Outubro.

Nesse Capítulo 4.º, palpitante de brasilidade, como que se ouvem os clarins de Olavo Bilac na sua memorável campanha cívica; as vozes de Alencar e de Gonçalves Dias, repetindo os écos da selva; o clangorar das inúbias na obra de Couto de Magalhães; a simpatia humana de Joaquim Nabuco por aquêles que êle ajudou a libertar da escravidão; o nobre orgulho da estirpe lusitana, que ilumina as páginas de Elisio de Carvalho; a alma do sertanejo, presente nos "Sertões" de Euclides da Cunha; o sentido do tradicionalismo, flagrante em Oliveira Lima e em Eduardo Prado; o entusiasmo patriótico do Conde de Afonso Celso.

*
* *

O Capítulo 5.º está cheio da alma de Caxias, do sentido da Unidade Nacional pela qual lutou o Condestável do Império, do sentimento sempre presente em nossas Fôrças Armadas, da ordem interna como base da defesa externa. É um pensamento que se ergue contra o excessivo regionalismo, o exclusivismo da política provinciana em detrimento da grande política da Nacionalidade.

*
* *

No 6.º Capítulo, o Manifesto combate frontalmente a confusão ideológica patente nas agitações de 1930-32, as revoluções sem programas, as conspirações sem objetivos doutrinários.

*
* *

A questão social desenvolve-se no Capítulo 7.º, onde se sustenta o direito à propriedade considerada trabalho acumulado e projeção física da personalidade humana e, ao mesmo tempo, as justas reivindicações dos trabalhadores, encarando-se o problema de um modo integral, sob o aspecto moral-cristão, sob o ângulo da organização econômica do país e pela conjugação dos direitos naturais com os deveres que lhes são correlatos. E aí se encontra a doutrina esposada por brasileiros da estirpe de Pandiá Calogeras e Rui Barbosa, que se inspiraram, por sua vez, na obra do Cardeal Mercier e nas Encíclicas Papais.

*
* *

É, entretanto, no Capítulo 8.º — que trata das relações entre a Família e o Estado — onde se encontra a essência da doutrina do Manifesto de Outubro.

Nunca se tinha feito no Brasil, até aquêle momento, um combate mais claro ao Estado Totalitário, fôsse o comunismo, fôsse o nazismo.

A Família é considerada nesse capítulo como a primeira das sociedades humanas, o grupo natural por excelência, entretecido por delicados sentimentos e afetos puros. Os que mais tarde caluniaram o Integralismo como totalitário e inimigo da democracia, deveriam ler êsse capítulo, onde há frases como estas: "O Homem não pode transformar-se em uma abelha ou em um termita. Êle é

centro de uma gravidade sentimental. O Homem e sua Família precederam o Estado"; ou estas "Tirem a Família ao Homem e fica o animal; façam dêle a peça funcionando no Estado e teremos o autômato infeliz, rebaixado da sua condição superior."

Êstes pensamentos foram, mais tarde, desenvolvidos em minhas obras posteriores; mas nesse capítulo do Manifesto de Outubro já brilha, de maneira expressiva, a tradição familiar brasileira em tôda a sua candidez cristã.

*
* *

O Municipalismo, idéia hoje triunfante no país, consagra-se no Capítulo 9.º. Fundamenta-se nas verdades filosóficas e nas realidades sócio-locais que nos apresentam o Município como reunião de Pessoas livres e de Famílias autônomas. Sentem-se aí as lições dos constitucionalistas do 1.º Império e as observações, na fase republicana, de homens notáveis como Domingos Jaguaribe.

Mas é preciso dizer que a primeira atividade política por mim exercida ao alvorecer dos meus vinte anos, foi uma campanha municipalista. Ajudei a fundar o primeiro partido municipalista que existiu no Brasil e que teve por sede o norte do Estado de São Paulo. As minhas observações de juventude levaram-me a concluir que a famosa autonomia municipal só existia nos textos constitucionais. Os municípios eram subjugados financeiramente e pollticamente pelos magnatas do partido único em cada Estado. Êsse partido único, que precedeu a invenção fascista ou comunista, interinha na vida municipal através do aparelhamento da máquina governamental do Estado e os munícipes não gozavam siquer o direito de eleger os seus dirigentes. Valeu-me a experiência dos vinte anos no partido municipalista, porque a sua idéia ressurgiu no Manifesto de Outubro, com fundamento filosófico e sociológico.

*
* *

O Capítulo 10.º é a síntese nacionalista do Estado Cristão, o resumo da democracia orgânica. Nêle se traçam os grandes lineamentos da expressão e do prestígio internacional da Pátria Brasileira. Vive alí o espírito de Alexandre de Gusmão e do Barão do Rio Branco; os sonhos de D. João Terceiro e do Conde de Bobadela e de D. João VI; a firmeza de José Bonifácio na construção da nossa unidade e da nossa grandeza, a ação de Pedro Segundo e do Duque de Caxias na consolidação dêsse patrimônio.

*
* *

O Manifesto de Outubro, na sua essência, é documento que genealògicamente se prende aos primórdios na Nacionalidade, consubstanciando o pensamento político dos Reis Portuguêses das dinastias de Afonso Henriques e do Mestre de Aviz, baseado no serviço de Deus e da Nação. A solidariedade humana e os recíprocos direitos e deveres de governantes e governados, realizando-se pela troca de benefícios, como a concebem o Regente

D. Pedro em seu livro "Da virtuosa bemfeitoria" e El Rei D. Duarte no "Leal Conselheiro", vem proclamada a cada passo no Manifesto, o que o liga ao espírito jurídico lusitano, que soube unir o sentimento cristão da Idade Média ao humanismo da Renascença, como anteriormente unira as lições do Evangelho aos ensaios de Sêneca, no concernente à permuta de serviços entre os homens, que distingue as sociedades moralmente perfeitas.

A doutrina do Manifesto de Outubro foi — como dissemos no comêço, dêste estudo — desenvolvida e clarificada, dia a dia. Foram-se expungindo do seu complexo doutrinário-programático e propagandístico, tôdas as acidentalidades consideradas meramente adjetivas, mantendo-se, porém, intactas, as idéias substanciais.

Ainda aí a sua doutrina — corporificada depois no ideário integralista — manifesta-se coerente, pois desde o início concebeu, conforme vem escrito no meu livro "Psicologia da Revolução", a Sociedade e o Estado como formas de expressão dos Indivíduos e dos Grupos Naturais, êstes (Indivíduos e Grupos Naturais) regidos por leis eternas, que vêm de Deus e se consubstanciam no Direito Natural, e aquêles (Sociedade e Estado) pelas normas e estilos vasados segundo a linha móvel da sua adaptação às circunstâncias históricas.

*
* *

O Integralismo é doutrina que correlaciona os fenômenos e procura deduzir as soluções particulares da solução geral do problema nacional e humano.

É uma filosofia e um método.

Como filosofia, oferece-nos uma concepção do mundo (espaço, matéria, movimento e tempo) e do Homem (corpo e alma), tudo se originando em Deus e com finalidade traçada pelo Criador.

Como método, considera os fenômenos tanto universais como humanos, correlacionados. Nenhum problema do Homem se isola, porque todos os problemas humanos se apresentam inter-dependentes. Da mesma sorte, a Nação considerada como um todo físico e o espírito grupal diferenciado da comunidade humana, em que se exprimem os grupos naturais e as pessoas em última análise, o próprio Homem, também ela, a Nação, não tem problemas isolados, porque a solução de um dêles depende da solução de todos contemporâneamente.

Quanto ao Estado, — e entra aqui a concepção política do Integralismo — êle é o instrumento jurídico de que a Nação, no gôzo de sua soberania, se utiliza, para o ordenamento interno e a representação externa. E como a Nação é o conjunto dos grupos naturais e das pessoas humanas, o Estado será instrumento inidôneo, inapto e ilegítimo, se ferir a liberdade legítima dêsses componentes da Nação, ou permitir que, sob o pretexto de uma falsa liberdade, indivíduos, ou grupos de indivíduos, posterguem êsses direitos que, em última análise, são os sagrados direitos do Homem.

Essa é a essência da doutrina integralista, de que o Manifesto de Outubro constitui a fonte primeira. Essa doutrina, depois de 25 anos, apresenta-se triunfante na palavra de homens de projeção mundial, como Fulton Sheen e o Padre Lombardi, Arnold Toymbee, Michele Frederico Chiacca, Prof. Lee Gabriel (de Viena). E também na de políticos

e estadistas, em particular dos Estados Unidos, que sòmente viram a **posteriori** os perigos que hoje ameaçam o mundo, os quais foram por nós, integralistas, anunciados, desde 1932, como resultado inevitável da desordem dos espíritos, criada pelo utilitarismo inglês, pelo pragmatismo americano, pelo intelectualismo francês, pelo fanatismo positivista e evolucionista, pelo idealismo e pelo criticismo alemães e seus conseqüentes efeitos sociais e políticos neste século.

Lendo-se o Manifesto de Outubro, nesta distância de 25 anos da data do seu aparecimento, podemos concluir que o êxito por êle alcançado origina-se da sua profunda espiritualidade, a sua viva brasilidade, a sua exaltação dos valores morais como fôrças positivas da construção pessoal de cada Homem e da construção nacional da Pátria Brasileira.

Embora a doutrina integralista seja completada posteriormente por outros escritos, o Manifesto de Outubro de 1932 é a primeira manifestação política dêsse pensamento que até hoje muitos não puderam ou não quiseram compreender, embora outros muitos já lhe façam justiça e já o aceitem e proclamem como fórmula de salvação temporal e política dos homens e das nacionalidades e, de modo particular, do nosso querido Brasil.

RECORDANDO A PRIMEIRA MARCHA

NO dia 23 de abril de 1933, na capital de São Paulo, um grupo de pouco mais de 40 jovens brasileiros, constituídos de estudantes da Faculdade de Direito, operários da Mooca, do Rio Claro e de Baurú, apareceu em marcha na direção da Rua do Carmo, onde iam realizar uma sessão cívica. Vinham da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio e passaram pelo Largo de São Francisco, Rua Benjamim Constant e Praça da Sé, em hora de intenso movimento, conquanto a tarde estivesse garoenta. Despertaram viva atenção, pois envergavam camisas verdes.

A "Noite Ilustrada", do Rio, estampou alguns aspectos dessa estranha passeata. E logo, pelo Brasil inteiro, correu a notícia, que informava tratar-se do Integralismo, movimento cujos objetivos doutrinários já haviam sido expostos no Manifesto de outubro de 1932. Como conseqüência, fundaram-se os primeiros núcleos de adeptos, em São Roque, Rio Claro e Baurú (São Paulo); em Erechim (Rio Grande do Sul), Canoinhas (Santa Catarina), Fortaleza (Ceará), Teófilo Otoni (Minas) e Capital da República. Vieram, depois, os de Niterói, Vitória, Santa Teresa, Natal, Recife, Salvador, Aracajú, Maceió. E, no curso de mais quatro anos, elevavam-se a cêrca de 3.000 êsses centros de cultura e educação moral e cívica, lutando contra as idéias comunistas, separatistas, nazistas, fascistas e liberais.

O movimento afirmava-se espiritualista em

contraposição ao materialismo burguês; nacionalista em contraposição ao cosmopolitismo e aos excessos regionalistas; brasileiro, em contraposição ao racismo nazista; democrático, em contraposição às ditaduras do tipo fascista; conservador, em contraposição a quantos se esqueciam da tradição nacional; aristocrático, em contraposição à demagogia e à inversão dos valores, à demissão vergonhosa das elites, à indisciplina geral dos espíritos; revolucionário, em contraposição à rotina e à timidez de reformistas superficiais.

OS INIMIGOS DO INTEGRALISMO

Como era natural, enquanto centenas, depois milhares e centenas de milhares de brasileiros acorriam a cerrar fileiras naquela vibrante falange de brasilidade e cristandade, também poderosas correntes se levantaram contra o Integralismo. Essas correntes eram constituídas, em primeiro lugar pelos comunistas; em seguida, pelos nazistas e fascistas, que desejavam formar no Brasil perigosas minorias raciais, mantendo mesmo, sob os olhos complacentes do Govêrno, milícias uniformizadas a sustentar bandeiras alienígenas; logo depois vinham também lutar contra o Integralismo as situações políticas dominantes nos Estados; e declaravam ainda guerra ao novo movimento os separatistas, na ânsia de colocar as suas regiões acima da Pátria Brasileira. Os numerosos grupos e indivíduos entregues à demagogia e tendentes à desordem e, finalmente, aquêles que pretendiam arrebatar as idéias do Integralismo para consolidar posições sob a forma de ditaduras oligárquicas, todos se aliavam na batalha contra a bandeira do Sigma.

Com tantos inimigos, era natural que um dia, quando as circunstâncias o facilitassem, o Integralismo fôsse apresentado, através dos jornais do país e do estrangeiro, do rádio, do livro, e até de compêndios escolares ou didáticos, exatamente pelo contrário do que representava êsse movimento da mais pura brasilidade e do mais profundo espírito da verdadeira democracia cristã.

A MAIOR OBRA CÍVICA DO BRASIL

Em quatro anos de ação, o Integralismo soprou a brasa do patriotismo aparentemente adormecido do povo brasileiro, acendendo um clarão como de outro não há notícia na nossa Pátria.

Ensinou o povo a cantar o Hino Nacional (que raríssimas pessoas sabiam); levou multidões a aplaudir frenèticamente os desfiles do Exército e da Marinha (que então, como hoje, passavam nas ocasiões das paradas, em meio ao silêncio de reduzidos espectadores frios e apenas curiosos); promoveu o culto das datas históricas e dos heróis do nosso Passado Nacional, realizando comemorações imponentes, como as de Caxias, de Carlos Gomes, de Tamandaré, de Couto Magalhães, de Pedro II, que ficaram memoráveis; abriu cêrca de 3.000 escolas de alfabetização para adultos e cêrca de mil lactários para a infância; organizou bibliotecas e fêz dar cursos de História do Brasil, Geografia, Instrução Moral e Cívica, Economia Política, elementos de Direito Público e de Filosofia; fundou milhares de ambulatórios médicos e cooperou na obra de recuperação física da nossa gente; realizou exposições e concertos e cursos de Cultura Artística, um dos quais foi notabilíssimo, no salão da Escola N

cional de Belas Artes; e — o que mais importava! — arregimentou a infância e a adolescência, incutindo-lhes entusiasmo pelos nobres ideais, formando-lhes os corações segundo a doutrina do Evangelho, incendiando-as num surto de patriotismo como nem antes nem depois se viu algo de semelhante.

O Integralismo fêz escola de austeridade e de firmeza de princípios, de altruismo e abnegação, de idealismo construtor, de amor ardente pela Pátria, de sacrifício por ela. Uma escola de disciplina e de ordem, de simplicidade e de modéstia, de preocupação pela coisa pública, de apostolado pela regeneração dos costumes. Uma escola que tinha por base a revolução interior, a transformação do próprio Homem pelo domínio de si mesmo, na luta contra os baixos instintos que perseguem o Ser Humano como conseqüência da culpa original. Uma escola de vigilância constante na defesa das bases fundamentais da vida brasileira: a Religião, a Pátria, a Família.

TESTEMUNHO DE MOSCOU

O que representou êsse movimento como sustentáculo da Defesa Nacional, pela atmosfera civil de respeito às Fôrças Armadas e cooperação com elas, diz a voz mais insuspeita que imaginar se possa: o Comintern.

Êsse atestado do que valeu o Integralismo contra os desejos da Rússia em dominar, subjugar e escravizar o Brasil, vem de Moscou em documentos autênticos, um dos quais publicado pelo jornal "A Batalha", em 18 de janeiro de 1936 e reproduzido pelo "Correio do Ceará" de 20 do mesmo mês e ano. É uma circular secreta de Luís Carlos Prestes, que

diz o que expôs numa reunião secreta do Comintern em que tomou parte. São estas as suas palavras:

"Eu pensava agir de outro modo bem diferente" (refere-se à revolução comunista de 1935) "como já tinha tido oportunidade de me manifestar aos camaradas mais chegados PRINCIPALMENTE DEPOIS DO FENÔMENO INTEGRALISTA, que escapou por completo às minhas cogitações. Afirmei EM SESSÃO SECRETA DO COMINTERN que, antes de tentar qualquer golpe no Brasil, era necessário:

"1.º) — Criar a consciência revolucionária nos intelectuais do momento e futuros. Forjar a camada da elite que tudo faz no Brasil.

"2.º) — Alargar meu prestígio no Exército, pois o trabalho nesse sentido estava mal dirigido. Tenho de conquistar a classe dos oficiais, ou nada poderei fazer...

3.º) — EXTINGUIR OU PELO MENOS ENFRAQUECER O INTEGRALISMO."

As ponderações de Luís Carlos Prestes ao Comintern foram atendidas. Pois nesse mesmo ano de 1936, Dimitroff expediu a seguinte ordem aos comunistas brasileiros:

"Concentrant le feu contre les chefs intégralistes, soulignant que ces chefs sont des groupes les plus réactionnaires de l'imperialisme, il faut partout luter pour le front démocratique national-libérateur, surtout à la base y compris celle de la Action Integraliste."

Ou seja, em português, esta ordem de Dimitroff:

"Concentrando o fogo contra os chefes integralistas, acentuando que êsses chefes são agentes

de grupos os mais reacionários do imperialismo, é preciso lutar pela frente democrática nacional-libertadora, sobretudo na base e incluída a luta contra a Ação Integralista."

Êsse documento foi publicado e lido pelo rádio em agôsto de 1937.

Sua diretiva foi cumprida fielmente no Brasil. O Integralismo foi acusado de nazi-fascista (quando foi êle o primeiro que ergueu a voz em nossa Pátria, contra a doutrina hitlerista); foi acusado de totalitário (quando não aceitou o Estado Novo, que era totalitário, pelo menos no que se referia às liberdades políticas e de manifestação de opinião); foi acusado de traidor e inimigo da Pátria (quando foi êle o mais belo, o mais vigoroso movimento em prol das tradições brasileiras e do civismo até ao sacrifício; foi acusado de adotar uma doutrina estrangeira, (quando foi êle o movimento que buscou em Alberto Tôrres, Farias Brito, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, nos pensadores do Império e da tradicionalidade lusíada, os fundamentos de uma nova ordem genuinamente brasileira); foi acusado de inimigo da democracia (quando foi êle que deu o brado de alerta contra os inimigos das nossas instituições e inscreveu no seu programa as eleições livres e a rotatividade no exercício do Poder).

Implantada a Ditadura do Estado Novo em 1937, sendo fechados todos os partidos políticos, os parlamentos federal e estaduais, estabelecida a censura de imprensa e proibidos os comícios políticos, também o movimento integralista foi incluído entre as organizações que deveriam cessar as suas atividades. E durante oito anos, sem direito nem faculdade de defesa, os adeptos da doutrina

de Plínio Salgado assistiram às atividades dos comunistas infiltrados na imprensa e nas casas editoras, as quais apresentavam o Integralismo exatamente ao reverso do que êle era, culminando essa campanha sistemática e orientada diretamente por Moscou, pelo lançamento espetacular das mais tremendas calúnias, entre as quais a de que os integralistas davam sinais aos submarinos alemães para que fôssem afundados navios brasileiros, quando na verdade aquêles navios eram tripulados por integralistas, que morreram defendendo a Pátria, conforme provou, mais tarde, o major Jaime Ferreira com abundante documentação, em discurso pronunciado na Câmara Municipal do Distrito Federal.

RESSURGE A DOUTRINA

Restauradas as liberdades democráticas no país, o Integralismo não se reorganizou como movimento, mas começou a exercer enorme influência como doutrina. Como fundador do movimento, afirmei em manifesto de julho de 1945: "A Ação Integralista Brasileira", era um partido e foi fechado; mas o Integralismo é uma doutrina e ninguém o pôde fechar."

Quando, há alguns anos, foi pedido, pelo senador Vilasboas, o cancelamento do registro do P.R.P., alegando que êste adotava a doutrina integralista, o Superior Tribunal Eleitoral estudou a fundo a essência doutrinária dos documentos básicos do Integralismo e concluiu negando aquêle cancelamento e declarando que o próprio Integralismo é doutrina perfeitamente democrática.

E nem podia deixar de ser, não só em face dos

postulados do Integralismo, mas ainda levando-se em consideração os pareceres, julgamentos e opiniões de dezenas de prelados católicos, de numerosos juristas e homens públicos que, entre 1932 e 1937, se manifestaram favoráveis à doutrina dos camisas-verdes.

CRÍTICAS QUE SE PODEM FAZER

Registando êsse fato histórico (o vigésimo quinto aniversário da primeira marcha integralista) o qual pertence à História do Brasil, fazemo-lo com absoluta isenção e rigoroso método expositivo. Nem deixaremos de apontar, já que estamos narrando fatos históricos, os defeitos e pontos fracos do movimento integralista. Diremos, por exemplo, que o excesso de exterioridades deu ao movimento, algo do tom demagógico e demasiadamente popular, que deve ter, de certa forma, prejudicado o sentido profundo da revolução cultural e moral que o movimento se propunha. Em conseqüência disso, houve excesso de adesões, existindo mais camisas-verdes do que pròpriamente integralistas. Além dessa massa de simples impressionáveis, de homens, mulheres e jovens propensos a exibições externas, sem estudo sério da doutrina, houve também uma onda de ambiciosos políticos, que viram no crescimento rápido da agremiação as possibilidades de satisfazer seus interêsses pessoais. Ainda em conseqüência das exterioridades, que davam ao movimento, visceralmente antinazista e antifascista, o aspecto de certa semelhança com movimentos congêneres em outros países, correram a alistar-se no Integralismo muitos intelectuais preconizadores das doutrinas totalitárias. Por outro lado, sendo um movimento de regeneração nacional, foi confundido, pelos espíritos apressados, como pertencente ao tipo das revoluções de 1922, 1924, 1926, 1930, 1932, que visavam a derrubada das situações então dominantes, sem trazer uma sólida base doutrinária de reconstrução.

Todos êsses elementos concorreram para que os adversários da doutrina integralista desenvolvessem sua argumentação e a maior parte das vêzes, os seus sofismas para apresentar o movimento do Sigma inteiramente deformado aos olhos da opinião pública.

SALDO POSITIVO DO GRANDE MOVIMENTO

É certo que as críticas que aqui expendemos, para sermos imparciais, não diminuem o valor moral e histórico do Integralismo. Por felicidade, os revezes, os maus dias que o Integralismo viveu durante os anos das perseguições e das calúnias, expungiram do seio do movimento todos os que não o haviam compreendido na sua essencialidade. Acresce que o longo recolhimento do fundador da Ação Integralista no exílio e essa espécie de retiro espiritual dos seus companheiros mais sinceros, em igual período de meditação, concorreram para clarificar o pensamento integralista, que hoje atingiu a sua forma de expressão mais perfeita.

Postas de lado as exterioridades e as circunstancialidades, ficou a interioridade e a substancialidade, como doutrina não apenas de salvação social e política brasileira, mas também de salvação humana nos domínios dos assuntos temporais que interessam ao Bem Comum. Assim o entendem

grupos de intelectuais de várias nações sul-americanas. E quanto aos princípios e conclusões integralistas, vemo-los consagrados por pensadores do tipo de um Thibon em França, de um Fulton Sheen nos Estados Unidos e até mesmo pela palavra de homens de Estado os mais eminentes de vários países.

O IMPERATIVO DE SALVAÇÃO NACIONAL

A juventude brasileira, estudiosa e consciente, não podia deixar de considerar, registrar e comentar a data histórica do aparecimento do Integralismo no cenário nacional ocorrido há 25 anos.

A comemoração dessa data coincide com um momento crítico da vida econômica, social e sobretudo moral do Brasil. As angústias são gerais. A desordem impera. Brasileiros traidores viajam para Moscou, ostensivamente e com o consentimento de um regime suicida, onde vão buscar as diretrizes com que pretendem destruir a soberania da nossa Pátria, transformando-a em província, em colônia da Rússia. No mundo político impera a confusão. Nas esferas administrativas as negociatas, o subôrno, o relaxamento e a gorgeta. Na alta classe burguesa, a ostentação, o luxo, a sensualidde. Na classe média, o desalento e a revolta. Na classe dos trabalhadores, o desespêro, a aflição, hàbilmente explorados pelos que se dizem seus amigos e só pretendem levá-los à escravidão mais negra. No ensino, vemos a queda vertiginosa dos níveis mentais de uma geração. E essa geração, essa mocidade, na sua grande maioria, cada vez mais cretinizada pelos prazeres, pelas histórias de quadrinhos, pelas "curriolas", pelo mau teatro e mau cinema e pelas

orgias do carnaval. O quadro é dos mais desoladores e a sua moldura a mais tétrica: uma agricultura abandonada, populações deslocadas, flagelados clamando, o custo de vida cada vez mais caro, o custo da produção cada vez mais oneroso, ao ponto de não podermos mais exportar. E tudo isso, na atmosfera de confusionismos políticos, de perfídias e deslealdades, de interêsses rasteiros, de irresponsabilidade universal.

Com todos os defeitos ou deficiências que se possam apontar no Integralismo, é hoje êle aceito como doutrina e relembrado comovidamente no seu caráter de movimento. Muitos que ontem o rejeitaram, ou não o quiseram compreender, hoje com lágrimas nos olhos invocam a poderosa fôrça nacional que êsse mesmo Integralismo representou. E os que temem as desgraças totais da Pátria de que é portador o comunismo ateu, a serviço do imperialismo russo, apelam para essa doutrina e essa mística, que a maioria dos brasileiros deseja ver ressurgir, ainda que sob outras formas, como imperativo de salvação nacional.

OS ÉCOS RESPONDEM À CLARINADA DE ABRIL

NOS espaços históricos, do mesmo modo como nos espaços físicos, o reflexo de um pensamento subordina-se à lei que rege a propagação das ondas sonoras.

O éco é a devolução do som que encontrou um obstáculo no desenvolvimento do seu trajeto. E assim como a nota ou a frase musical, para regressar aos ouvidos dos que as escutaram originàriamente, exigem distância adequada, do mesmo modo o pensamento, vibrando num determinado instante da História, não encontra possibilidade de repetição e reincidência nos espíritos, caso a distância percorrida seja muito pequena, ou esteja o observador muito próximo do obstáculo.

Ensinam os físicos e a experiência nos demonstra que, percorrendo o som trinta e quatro metros num décimo de segundo, a sua repetição não poderá ser percebida se o observador se coloca a menos da metade da distância entre o ponto de emissão e o de reflexão. Mas, ao contrário, se o ouvinte se acha a trinta e quatro metros do obstáculo, ouve a repetição de uma sílaba, ou de uma nota musical; e se a distância é dupla, ouve duas sílabas ou duas notas; e se é tríplice, ouve três sílabas ou três notas.

*

* *

No mundo do pensamento e nos espaços históricos, dir-se-ia que a mesma lei rege os fenôme-

nos da reflexão. O pensamento de transformação social ou política é emitido. Encontra obstáculo em tudo aquilo que êle pretende combater. É a massa concreta dos fatos sociais, dos costumes, dos hábitos, dos vícios, dos erros. Sendo, porém, a distância entre os observadores e êsses obstáculos demasiadamente pequena, o éco (ou resposta favorável ao pensamento emitido) não se produz. Com o correr dos dias, estabelece-se a distância necessária e o éco (reprodução do pensamento revolucionário nos espíritos) é produzido. Entretanto, nem todos os observadores se encontram suficientemente afastados do obstáculo, para ouvir a ressonância do pensamento emitido. Outros, ouvem apenas o éco de uma idéia (não do pensamento inteiro). E os dias correm; e os observadores se afastam do obstáculo, não só no sentido do tempo, mas ainda no sentido de uma outra dimensão: a dimensão moral. E mais uma, mais duas, mais três idéias são percebidas e apreendidas. E, finalmente, de modo mais completo do que o éco físico, todo o pensamento se repete no mundo exterior.

Os que trabalham, pois, no sentido da realização de formas novas e concordantes com os novos rítmos e as novas circunstâncias criadas pelos obstáculos sociais, que são os fatos concretos de determinado momento histórico, não devem desanimar dizendo que o seu pensamento não encontrou éco. Pois o éco exige distância e a sua audiência requer colocação adequada dos observadores.

*
* *

Examinadas tôdas as revoluções da História, verificamos que os pensamentos transformadores

da vida social precisaram de distância-tempo, sem a qual não teriam expressão na objetividade dos acontecimentos. Para só nos referirmos aos fenômenos políticos, lembraremos o processo pelo qual a República Romana transitou para as formas do Império. O pensamento inicial vibra nas guerras civis, onde Sila representa, com a aristocracia, o obstáculo que deve produzir a reflexão das novas idéias. Os que viveram aquêle período não tinham distância suficiente para perceber as vibrações do pensamento de Mario refletidas no anteparo das resistências contemporâneas. Uma sílaba truncada dêsse pensamento transformador reproduz-se talvez na conjuração de Catilina; outra sílaba isoladamente nos discursos de Cícero, porque se o tenebroso conspirador trazia consigo a idéia da destruição de uma sociedade antiga, por sua vez Marco Tulio, nas asas da sua eloqüência, exprimia a reação contra os excessos, a qual deveria conjugar-se mais tarde com as próprias idéias dos conspiradores, para a realização de uma nova República. Mas a distância era ainda pequena. Foi Julio Cesar que juntou a sílaba de Catilina e a sílaba de Cícero, percebendo uma terceira com que pôde compor uma frase. Mas o pensamento completo de Cesar por sua vez encontra o obstáculo na resistência de Cassio e Bruto. O ponto de reflexão foi o assassínio de Cesar no Senado. No entanto, nem mesmo no discurso de Marco Antônio e na sublevação do povo contra os senadores, repete-se o pensamento integral de Cesar. Foi preciso haver distância, a distância que vai dos triunviratos à ascensão de Otávio, para que os lineamentos da estrutura imperial tomassem forma. Foi preciso que houvesse,

antes disso, o choque de Farsália e a batalha de Actium.

Nem de outra maneira se processou a transformação da Grécia sob Péricles, nem nos tempos mais recentes a transformação renascentista, ou a Revolução Francesa, ou a fundação dos Estados Independentes no Novo Mundo. É o tempo, a distância que se encarregam de restituir os pensamentos um dia vibrados àqueles que os emitem. Essa restituição é parcelada. Idéias, sílabas, até que se componha a palavra-síntese.

*
* *

Estas considerações vêm a propósito da comemoração de mais um aniversário da primeira marcha dos camisas-verdes no Brasil. Já principia a haver distância para que o pensamento, por aquêle fato representado, comece a ser restituído.

No começo, algumas idéias vieram como écos. Alguns fatos isolados coincidiram com nítidos propósitos integralistas. A idéia da Unidade Nacional e da centralização da diretriz política traduziu-se num fato aparentemente sem outra importância senão a de nova terminologia, mas na realidade expressivo de uma atitude nova: os presidentes dos Estados membros da Federação passaram a chamar-se Governadores. A idéia também de Unidade Nacional, proposta pelo Integralismo quando exigia a substituição dos partidos regionais por agremiações políticas nacionais, concretizou-se em lei. A idéia da representação política dos círculos de produção, ainda que não se haja realizado, esboça-se pela coordenação da Lavoura, do Comércio, das Indústrias, em entidades econômica e socialmente representativas dêsses setores da vida brasileira. A reforma administrativa, delineada no Manifesto-Programa de 1936, que consubstanciou a doutrina do Manifesto de Outubro de 1932, já se operou sob certos aspectos e constitui, hoje, a grande preocupação do momento. A intervenção do Estado na economia, proposta pelo Integralismo sempre que as leis naturais estivessem sendo burladas por grupos de indivíduos, ou indivíduos isolados, efetivou-se hoje, embora, errôneamente, porque se tem transformado o Estado em negociante e concorrente do comércio livre; mas nem por isso deixa essa heresia de consagrar a idéia central da concepção do Estado Ético, preconizado pelos camisas-verdes. O municipalismo, que foi bandeira de grande fôrça expressiva da Ação Integralista Brasileira, é hoje, unânimemente, aceito por todos os núcleos municipais e pelos líderes de um grande movimento que se tem manifestado em sucessivos congressos realizados no país.

Seria longo enumerar aqui a influência do Integralismo na vida brasileira. E agora, que a distância do Manifesto de Outubro e da Primeira Marcha é já de vinte e cinco anos, os acontecimentos mais recentes ocorridos no país começam a despertar os espíritos e muitíssimas são as vozes insuspeitas por não provirem de pessoas que algum dia houvessem sido integralistas, a dizer, abertamente: só o Integralismo nos poderá salvar desta situação.

*
* *

Uma geração nova está surgindo. Ela se aprofunda no estudo da doutrina que um dia conduziu

às ruas as legiões de camisas-verdes. Essa geração produzirá valores mentais que realizarão no Brasil o pensamento integralista.

Observando a tendência dos partidos do século XIX, no sentido de inscrever nos seus programas reivindicações de classes produtoras, e a tendência das agremiações de classe no sentido de se transformarem em órgãos de reivindicações políticas, muitas vêzes repeti uma previsão que hoje vai se tornando uma realidade do nosso século. A previsão de que os partidos e as organizações de classe irão se fundir numa única expressão social e política.

E estou convencido de que êste século não terminará sem que êsse fato se dê. Será a realização do pensamento integralista, suprimindo a luta de classes e dando base de realidade moral e econômica às coletividades nacionais ordenadas no sentido de uma composição grupalista harmoniosa. Será o triunfo total do Espírito, que congrega, sôbre a matéria que desintegra. Será a Sociedade e o Homem voltados para Deus.

Lutando contra os agentes imediatos da dissolução nacional, o Integralismo, entretanto, jamais perdeu de vista os objetivos superiores de sua doutrina, da qual deriva um método de estudo e de solução dos problemas nacionais e humanos: o método segundo o qual tôdas as questões isoladamente propostas se correlacionam com outras, estabelecendo perfeita conexão de tôdas num conjunto indivisível.

As Nações chegarão a essa conclusão antes do fim dêste século.

E a clarinada que soou a 23 de abril de 1933 no Planalto de Piratininga, há de constituir legítimo orgulho do Brasil e dos Brasileiros.

O INTEGRALISMO, FONTE DE INSPIRAÇÃO NACIONAL

I

OLIVEIRA Martins, no seu livro "O Helenismo e a civilização cristã", estabelece a distinção entre o que significa "prestígio" e "influência". E, à margem dessa página, o leitor pode desenvolver uma série de comparações, de raciocínios e de conclusões interessantíssimas.

O prestígio, na sua origem latina, significa ilusão produzida por artifício, por sortilégio, ou fascinação por meio de magia. Com o andar do tempo, essa palavra passou a designar a atração exercida por uma idéia, um homem, uma organização política ou social sôbre as multidões. Mas ainda sob êste aspecto, o prestígio não perdeu a sua primitiva significação, quer como ação exercida sôbre as pluralidades humanas, quer como ilusão diretamente ligada às sensações, impressões e emotividades por êle provadas.

A influência, conforme a própria etimologia do vocábulo indica, é ação psicológica mais profunda. Significa fluir dentro, ou para dentro. De sorte que, enquanto o prestígio procura os sentidos dos homens e provoca, pelas sensações e impressões, a precipitação do processo emotivo, a influência procura as faculdades superiores: a atenção, a comparação, a análise, a síntese, determinando processos intelectivos que se traduzem em ação criadora.

Podemos dizer que o prestígio vai da pluralidade humana à singularidade individual, esta em-

polgada e dominada por aquela, ao passo que a influência vai da singularidade pessoal à pluralidade, sendo esta orientada e dirigida pelas singularidades conscientes e esclarecidas.

Dependendo de sensações, impressões e emoções, que são fenômenos psicológicos efêmeros por dependerem de vibrações nervosas de duração limitada, o prestígio está sujeito aos limites da resistência neuro-psíquica dos aglomerados em que exerce o seu fascínio. Ao contrário, a influência ligando-se ao poder criador dos indivíduos aos quais oferece idéias nucleares, desenvolve-se num campo onde os horizontes se dilatam, resistindo às injunções das circunstâncias e superando quaisquer limitações.

O prestígio é senhor de espaços humanos. A influência é dominadora de tempos históricos. O prestígio é feito de exterioridades, a influência de interioridades. O prestígio anula as pessoas conglobando-as na coletividade fascinada. A influência vivifica as personalidades alimentando nelas o poder criador. O prestígio desgasta a pluralidade em favor do agente da fascinação; a influência enriquece as singularidades e ao mesmo tempo se enriquece pelo intercâmbio, pela troca de elementos de criação. O prestígio tira, a influência põe. O prestígio passa, a influência fica.

Tudo isso dizemos considerando o "caso integralista" no Brasil. O Integralismo, na sua expressão adjetiva, exerceu prestígio; na sua íntima significação substantiva, exerceu, exerce e continuará a exercer influência. Aquêle passou, e ainda que venha, de novo e por imperativos dos acontecimentos, a surgir no cenário nacional, passará também, mais uma vez. Esta, porém, com o seu valor intrinseco, perdura e ganhará um poder cada

vez maior, à proporção que os acontecimentos mundiais e nacionais forem evidenciando aos que raciocinam mais lentamente, o que o Integralismo representa como filosofia, como método, como crítica, como interpretação histórica, como dedução do que há de vir, derivante das realidades atuais.

Essa doutrina política sofreu os prejuízos que lhe advieram do seu próprio prestígio. As exterioridades de que se serviu para impressionar as massas levaram os espectadores superficiais a considerá-la segundo essas exterioridades. E até mesmo a maior parte dos que se enfileiraram no movimento integralista deixaram-se dominar por essas exterioridades, escapando à influência das idéias-fontes, portadoras das energias criadoras e independentes de representações adequadas a determinado momento histórico.

Quero acentuar que, ao me referir a exterioridades não estou me referindo apenas à camisa-verde, ao sigma, ao "anauê", às milícias com sua hierarquia e aos nossos ritos cívicos com os seus protocolos. Refiro-me também a certas idéias que, embora oportunas naquele momento, não passavam de exterioridades circunstanciais das idéias essenciais imutáveis. Foi por isso que todos aquêles que se alimentaram da casca da grande árvore, sem provar a essência do cerne, destilada nos seus próprios pensamentos, consideraram o Integralismo como extinto, ao terminar a última guerra. Coincidindo certas atitudes do Integralismo (o anticomunismo, o anticapitalismo, o nacionalismo, a ampliação do poder do Estado — e nunca o seu domínio total sôbre o homem como outros movimentos congêneres queriam — e mais a hierarquia, a disciplina, o planejamento econômico) com as

atitudes (não tôdas) de alguns governos apeados do Poder, inclusive o chamado Estado Novo do Brasil, os comedores da casca da árvore deram por terminada definitivamente a sua "aventura" política. Mas os que sabiam os verdadeiros fundamentos doutrinários do Integralismo não tiveram um instante sequer de dúvida; e continuaram, lutando por um pensamento que se pode utilizar de exterioridades as mais diversas, conservando-se intangível.

O Integralismo é, antes de tudo, um pensamento político baseado numa concepção do mundo e do homem. Do mesmo modo como o socialismo moderno, nas suas diferentes formas de expressão, fundamenta-se num conceito materialista do universo e do ser humano, o Integralismo alicerça-se num conceito espiritualista, abrangendo o universo com o seu Criador e o homem com a sua Alma. Firmada esta concepção, o Integralismo toma o homem como o ponto inicial da construção da Sociedade, da Nação, do Estado e das relações internacionais. Ao contrário do agnosticismo liberal, que não considera a causa e a finalidade do Universo e do Homem, colocando-se num terreno neutro, o que, afinal, é atitude mais materialista do que o materialismo dogmático dos socialistas, o Integralismo toma em consideração essa causa e essa finalidade, pelo que proclama (no campo da doutrinação política, como a Igreja nos horizontes mais amplos da moral religiosa) deverem o Homem, a Sociedade, a Nação, assim como a Economia, as Finanças, a Educação, o Direito, o Estado, se subordinarem a sua concepção total das origens, dos fins transitórios e do fim supremo traçado por Deus.

Compreendendo, pois, o Homem, de maneira total, o Integralismo não pode aceitar que o Homem seja mutilado e absorvido nem pelo Estado Totalitário, nem por qualquer conceito totalitário mesmo o da própria liberdade, pois esta assim considerada atentaria contra a liberdade do Homem Singular. O Integralismo é contrário ao totalitarismo político ou econômico, justamente por adotar uma concepção totalitária do Universo e do Homem. Nunca, por conseguinte, poderia ser equiparado nem ao nazismo, nem ao fascismo, nem ao socialismo, nem ao liberalismo democrático, os quais adotam conceitos totalitários da Raça, do Estado, da Liberdade, atentando dessa forma contra a integridade do Homem.

As conseqüências dêsse princípio doutrinário, na produção de idéias centrais orientadoras da solução dos problemas brasileiros e humanos, daremos no próximo capítulo. E mostraremos como o Integralismo está exercendo uma influência decisiva em nosso país, sendo o verdadeiro inspirador de tudo o que de bom se tem feito entre nós e constituindo, pelo que se vê e se ouve, a única esperança de salvação do Brasil.

II

Baseado nos princípios doutrinários expostos no artigo precedente, o Integralismo exerceu a sua ação no Brasil sob três formas: 1.°) — desenvolvendo intenso esfôrço cultural, através de cursos, conferências, centros de pesquisa e de estudo dos problemas nacionais e humanos; 2.°) — organizando-se no sentido da maior eficiência de um magistério moral e cívico de preparação da juventude e de um ministério social objetivando ampla assistência às classes populares; 3.°) — instruindo o

povo brasileiro acêrca do que lhe convém saber de sua tradição, de suas realidades, de suas possibilidades, de seu futuro, o que se fazia por meio de jornais, livros, revistas, comícios urbanos e penetração de oradores nos campos e nas pequenas cidades do interior.

*
* *

A ação cultural era indispensável quando o Integralismo apareceu na vida brasileira. Nada tínhamos até então de sistemático e permanente no que concerne à busca de conhecimentos históricos, sociais, econômicos e políticos indispensáveis à formação de uma consciência esclarecida sôbre os temas vitais da nossa Pátria.

É certo que, antes de nós, alguns homens isolados abriram clareiras por onde entrássemos na densa selva dos problemas nacionais: Euclides, evidenciando-nos o contraste entre o litoral e o sertão; Farias Brito, libertando-nos das filosofias materialistas de que se têm servido o capitalismo das nações industrialmente mais adiantadas para o domínio dos povos e o socialismo no seu afã de destruição das entidades nacionais; Alberto Tôrres, mostrando-nos a coexistência de uma Constituição escrita e de uma Constituição viva e ativa a manifestar-se nos costumes e nas realidades da gente brasileira; Jackson de Figueiredo, propugnando a dignificação da ordem, da autoridade, da hierarquia, como condição de nossa sobrevivência; Pandiá Calógeras, oferecendo-nos dados importantíssimos sôbre imperativos problemas da nossa Pátria e uma orientação cristã segura no sentido de resolvê-los; Oliveira Viana, ao mesmo tempo historiador, sociólogo e crítico político, interpretando os fatos mais expressivos do Império e da República, fazendo o levantamento da carta psico-social da formação brasileira através do estudo das populações regionais e da síntese da evolução do nosso povo. Mas não tínhamos, nem mesmo quanto ao estudo mais íntimo e profundo dêsses homens-índices da nossa cultura, um trabalho metódico e sistematizado.

O Integralismo mobilizou, ao mesmo tempo, os valores novos da geração de 1932 e os valores consagrados das gerações anteriores, promovendo por aquêles o estudo dêstes e ampliando os trabalhos de pesquisa, de exegese, de interpretação, que abrangeram, no campo do pensamento escrito, outros vultos, como Rui Barbosa, Tavares Bastos, Oliveira Lima, Couto de Magalhães, Capistrano, Teodoro Sampaio, Varnhagen, e tantos mais, e no campo da ação direta, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, Bernardo Vasconcelos, Caxias, os Nabucos, os Rio Branco, Feijó, Paraná, Mauá, Campos Sales, Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz, tôda uma série de grandes nomes da política e da administração nacionais.

E não se limitou à crítica e à interpretação histórica, mas procurou pesquisar as realidades atuais do Brasil, desde as econômicas e financeiras, com dados de estatística e de observação, até aos puramente especulativos e até estéticos, tendo ficado célebre a série de conferências que realizou no salão da Escola Nacional de Belas Artes.

Essa ação cultural suscitou o aparecimento e vigoramento de uma geração que hoje está brilhando nas cátedras das Escolas Superiores, no Parlamento, nos altos cargos administrativos, nas

assessorias técnicas, na literatura e no exercício das profissões liberais.

Não tenho a menor dúvida de que, pela influência cultural do Integralismo, surgiram no Brasil os atuais órgãos de pesquisa e de estudos, de formação intelectual, sociológica e política, do tipo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Fundação Getúlio Vargas e outros.

*
* *

As idéias de unidade nacional e de centralização política prègadas pelo Integralismo influiram decisivamente, quer na Constituição outorgada em 1937, quer na Constituição promulgada em 1946. O Brasil não tinha partidos nacionais; os que havia eram regionais. Foi o Integralismo que organizou o primeiro partido nacional e que combateu a hipertrofia do poder regional dos Estados. Quanto a êste, a Constituição do chamado Estado Novo suprimiu (exagerando e deturpando a idéia integralista, que excluía a ditadura e os excessos unitaristas do Poder Central) e quanto aos partidos nacionais, os nossos constituintes e legisladores, influenciados inegàvelmente pelo Integralismo, trataram de criá-los; esqueceram-se, porém, das observações de Alberto Tôrres, quando critica as leis forjadas nos gabinetes, com desconhecimento das realidades sociais do país. Assim, decretaram a formação de partidos nacionais, ignorando que a existência dêstes se funda na formação de estados de espírito oriundos de uma obra de esclarecimento e doutrinação, intensa e longa, tal como a executara o Integralismo. Mas, ainda que os partidos nacionais sejam apenas um arremedo, o simples fato de estarem consagrados pela lei evidencia a decisiva influência do integralismo.

*
* *

Outra idéia integralista que se tornou triunfante foi o municipalismo. No Manifesto com que o Integralismo apareceu há 20 anos, o municipalismo vem consagrado. Conseqüência da doutrina que põe no Homem a base de tôda a organização social. A liberdade e intangibilidade da pessoa humana conferidas por Deus, estendem-se aos grupos naturais, de que a Família é o primeiro e o mais importante. Partindo daí, o Integralismo considera o Município como uma reunião de pessoas intangíveis e autônomas e de famílias também intangíveis e autônomas. Conseqüentemente, o Município participa das prerrogativas do Homem e da Família, pelo que é autônomo. Mas, essa autonomia precisa ser efetiva, ter base econômica, pois ninguém é livre se depende de outrem. Essa a razão da campanha do Integralismo em prol de uma equitativa distribuição de rendas e no sentido da menor ingerência de poderosos alheios ao Município, na vida política e administrativa local.

A Constituição de 1946 incluiu essa reivindicação integralista. E a campanha que se desencadeou no Brasil, de tempos para cá, através de congressos de municípios, de publicações e de ação parlamentar, campanha que tem como grande apóstolo o ilustre brasileiro Rafael Xavier, é uma continuação da propaganda integralista de 1932 e dos anos seguintes, propaganda essa não apenas inspirada na doutrina essencial do grande movi-

mento, mas nas realidades expostas por observadores como Domingos Jaguaribe.

*
* *

Foi o Integralismo o primeiro movimento político-social da nossa história, que confessou de público, e proclamou, sem respeitos humanos, a crença em Deus e o princípio político que põe no Criador o fundamento de tôda a ordem social. Essa idéia foi consagrada duas vêzes: a primeira na Constituição de 1934, que foi derrogada pela de 1937, suprimindo esta o nome de Deus; a segunda na Carta Constitucional de 1946.

no terreno das idéias práticas, o Integralismo em seu Manifesto-Programa de 1936, que completa o Manifesto Doutrinário de 1932, propõe a criação do Ministério da Aeronáutica. E êsse Ministério foi posteriormente criado. Também naquele documento se cogita da criação de um Ministério da Economia, do qual hoje se fala, ao se tratar de uma reforma estrutural do Govêrno. Também se propunha o Ministério das Comunicações, e hoje se está pensando na sua necessidade.

O Integralismo foi a primeira voz a reclamar a participação dos empregados nos lucros das emprêsas. Os constituintes de 1946 apanharam a idéia, mas tornaram-na inexequível, e não conseguirão pô-la em prática tal como convém ao país, porque pretenderam executar o invento à revelia do inventor...

O Integralismo foi o primeiro movimento que organizou uma assistência social (coisa que nunca existiu no Brasil). Fundou ambulatórios médicos, lactários, farmácias, escolas de enfermagem, caixas

de socorro etc. Essa idéia frutificou e hoje temos a L.A.B., Legião Brasileira de Assistência, que ampliou, com maiores recursos financeiros, a obra integralista.

O Integralismo idealizou os restaurantes populares, o primeiro dos quais funcionou na Gamboa, estendendo-se a outros bairros do Rio, sob a direção de Brito Pereira. A sua influência nesse sentido foi decisiva, pois hoje aí temos os serviços do SAPS e outras organizações congêneres.

O SESI e o SESC não foram mais do que a ampliação, com dinheiro compulsòriamente tirado das indústrias e do comércio, das realizações esboçadas e inicialmente realizadas, com recursos voluntários, pelo Integralismo, em verdadeiras "usinas-pilôto" de atividades experimentais.

As obras no Rio São Francisco foram insistentemente reclamadas e exigidas pelos oradores integralistas, baseados nos estudos dos departamentos técnicos do Integralismo; e essa idéia teve comêço de realização no qüinqüênio passado.

*
* *

Uma preocupação constante do Integralismo era a nacionalização dos elementos estrangeiros, perigosamente enquistados em certas regiões do país, a falar um idioma que não era o nosso e a haurir a cultura das nações de sua origem. Para isso, o Integralismo fundou escolas para ensinar o português, e, para desviar os filhos dos estrangeiros da fascinação política dos países originários, deu-lhes uma camisa-verde, em oposição às camisas caqui ou preta, do nazismo ou do fascismo. Só depois de despertadas pelo Integralismo, as autorida-

des brasileiras cogitaram dêsse problema e então (estávamos em guerra) os que realizavam a idéia do Integralismo, cuja prioridade ninguém conseguirá arrebatar, acusavam êsse mesmo Integralismo exatamente do contrário de quanto êle prègava e fazia...

O Integralismo foi o primeiro movimento que no Brasil empreendeu uma campanha de alfabetização. Fundou milhares de escolas para adultos, que funcionavam com tôda a regularidade e proveito. Passados muitos anos, surgiu uma campanha de alfabetização de adultos, mas ninguém pode negar o que todo o mundo viu, de 1932 a 1937: os pioneiros integralistas com a cartilha nas mãos, ensinando, educando, até aos mais remotos sertões.

O Integralismo foi o primeiro movimento que levou a sério o problema comunista, deflagrando uma batalha nacional contra a hidra de Moscou. Impedido o Integralismo de continuar essa batalha, o comunismo desenvolveu-se à sombra da Ditadura e, de tal modo, que ressurgiu em 1945 com uma potencialidade multiplicada. E hoje, aí estão, sob a inequívoca influência do integralismo, diversas campanhas anticomunistas sob diversos nomes.

O Integralismo cogitou sempre de formar uma elite dirigente. Na verdade, os valores mais expressivos da vida brasileira atual vieram do Integralismo, ou sentiram a sua influência. O grande tema lançado em 1932 ressurge nos dias atuais. O grande espírito de iniciativa, a lúcida inteligência e a impressionante capacidade de realização de Assis Chateaubriand arregimenta fundos e mobiliza competências para a fundação de escolas onde se forjem brasileiros capazes de, no futuro, gerir a coisa pública no Brasil. Por outro lado, a parte mais

esclarecida da juventude das escolas funda a Confederação Nacional dos Centros Culturais, em que cooperam centenas de grêmios de estudos disseminados pela carta geográfica da Pátria.

*
* *

A influência do Integralismo na vida brasileira sente-se hoje de maneira tão forte, que em todos os partidos e nos setores mais diversos das atividades políticas, sociais e culturais do país, erguem-se vozes a expender conceitos que se enquadram de modo absoluto no ideário do Sigma.

Muitos evitam e nem faltam os que negam a palavra Integralismo, mas as idéias que defendem, as atitudes que assumem, são ortodoxamente integralistas. E quando um deputado integralista pronuncia um discurso na Câmara (muitas vêzes êle foi eleito na chapa da U.D.N., do P.T.B., do P.S.P., do P.S.D. ou outras) o pensamento por êle exposto provoca gerais aplausos de seus pares. "É isto mesmo! É o de que precisamos!" dizem.

E isso significa que o Brasil quer Integralismo, talvez com outro nome, talvez sob outras formas de expressão, porém, no fundo, a mesma doutrina espiritualista, nacionalista, democrática, da ordem e hierarquia dos valores, da disciplina e da responsabilidade, dos nobres sentimentos de patriotismo, que um dia, no planalto de Piratininga, um punhado de moços ofereceu ao Brasil, desfraldando uma bandeira expressiva das energias latentes da Grande Pátria e da decisão de um povo disposto a construir a sua própria história.

O MANIFESTO - PROGRAMA DE 1936

COMO E PORQUE FOI LANÇADO — SUA INFLUÊNCIA DECISIVA NA POLÍTICA E NA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRAS

ESTÁVAMOS em janeiro de 1936. A prègação da doutrina integralista contava já mais de três anos. O "Manifesto de Outubro" de 1932, cujas edições se contavam por centenas de milhares, servia de base aos nossos oradores nas suas constantes viagens apostolares. Mais de quinhentos mil brasileiros vestiam a camisa verde e traziam no bôlso aquêle documento, que era a fonte da nossa inspiração. Para tornar mais claras as suas idéias fundamentais, publicáramos uma série de postulados sob a legenda, que se tornou amplamente conhecida: "Diretrizes Integralistas", trabalho executado em colaboração de Miguel Reale, do monge beneditino D. Nicolau Flue Gut e submetido à apreciação do Padre Leonel Franca S. J. Quer dizer: o pensamento filosófico do Integralismo estava nìtidamente definido e por todo o país divulgado.

Em princípios de 1936, punha-se diante de nós um problema. Nos meios políticos brasileiros já se esboçava a campanha eleitoral pela sucessão presidencial. As eleições deveriam realizar-se no ano seguinte, mas já havia candidatos em potencial. Como, na realidade, não tínhamos ainda partidos nacionais (sendo a "Ação Integralista Brasileira" uma exceção), articulavam-se os Go-

vernadores dos Estados. Tínhamos de tomar posição na batalha das urnas e nos definirmos muito em breve.

A Nação, entretanto, que já conhecia a nossa doutrina, precisava conhecer o nosso programa de govêrno. Era forçoso consubstanciar em normas práticas de administração e de política os princípios doutrinários do "Manifesto de Outubro". Sem êsse instrumento, como compareceríamos aos comícios?

Lembro-me bem daquela manhã de Janeiro. Encontrava-me na Secretaria de Organização Política do nosso movimento, situada na Rua do Carmo. Conversando sôbre o assunto, súbito me ocorreu uma idéia e uma decisão. Pedi uma máquina de escrever, comecei a redigir o "Manifesto-Programa". A tarefa era fácil, pois no decorrer dos últimos anos, todos os pontos principais tinham sido discutidos pelos juristas, economistas e outros intelectuais do Integralismo e já se formara perfeita unidade de vistas entre todos.

Na tarde daquele dia, estava pronto o documento que serviria de bandeira às nossas batalhas eleitorais.

*

* *

O Manifesto-Programa de 1936 tornou-se, com o tempo, mais do que uma plataforma de candidato, porque passou a constituir um documento-fonte, do qual derivaram, no transcurso de 1937 a 1946 e, posteriormente, até nossos dias, tôdas as reformas que assinalam as transformações políticas, administrativas e sociais brasileiras, quer durante a Ditadura, quer na vigência do Regime Constitucional.

Ainda que nem sempre realizadas dentro do exato espírito que as ditou, as idéias dos dois Manifestos (o de Outubro de 32 e o de Janeiro de 36) venceram dominando as consciências dos legisladores e administradores do país, ao mesmo tempo suscitando movimentos em tôrno de alguns pontos que figuram no conjunto programático integralista como partes de um todo.

Vejamos algumas das idéias do Manifesto-Programa que se concretizaram em medidas legislativas ou governamentais e outras que se tornaram bandeiras de certas reivindicações empunhadas por líderes que jamais pertenceram ao Integralismo.

Partidos nacionais — Nas "Preliminares" do Manifesto, notávamos que éramos o único partido de âmbito nacional existente no país. A crítica que então fazíamos aos partidos de caráter estritamente regional e que vinha repetida nos discursos dos nossos oradores, impressionou fundamente o meio político brasileiro. Terminado o período da Ditadura, vimos triunfante essa nossa idéia, pois a Legislação Eleitoral criou os partidos nacionais. É verdade que tendo êstes nascido artificialmente, nunca puderam eximir-se das influências de interêsses estaduais, o que os tem prejudicado no sentido do seu funcionamento. Nosso partido não surgira em conseqüência de uma imposição legal; formara-se através de uma propaganda doutrinária, que gerou a consciência dos interêsses superiores de nossa Pátria. Seja lá como fôr, nossa idéia venceu.

Municipalismo — O Municipalismo, cujos con-

ceitos centrais se encontram no Manifesto de Outubro de 1932, concretiza-se no Manifesto-Programa em têrmos como êstes:

"fortalecimento econômico do Município" (alínea "a", art. 11 do Cap. II) e "crédito aos produtores, grandes e pequenos, em todos os municípios" (Art. 3 do Cap. II).

Quanto ao fortalecimento econômico do Município, foi conseguida, por iniciativa do Deputado à Constituinte de 1946, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, Integralista da velha-guarda, uma pequena melhoria das rendas municipais, o que já representou uma vitória. O mais importante, porém, é o movimento que se desencadeou no país desfraldando a bandeira do Municipalismo, o qual aliciou personalidades ilustres, a unanimidade dos Prefeitos e das Câmaras Municipais. Os Congressos Municipalistas têm constituído acontecimentos da maior importância na vida nacional.

Energia elétrica, petróleo, riquezas minerais — O artigo 6.º do Cap. II do Manifesto-Programa diz:

"Nacionalizar as minas e quedas d'água, elaborando-se um plano de aproveitamento da energia hidroelétrica e das riquezas do subsolo, a indústria siderúrgica e a da extração do petróleo e da hulha e outros combustíveis."

Pois bem: aí temos a Petrobrás, os recentes planos de eletrificação do país, o aproveitamento de Paulo Afonso, tantas vêzes lembrado nos discursos da propaganda integralista, a instalação e funcionamento de Volta Redonda. É verdade que nem sempre as realizações correspondem exatamente a certos aspectos das soluções do Integralis-

mo, entretanto o que não se pode negar é que as idéias fundamentais do grande movimento do Sigma foram meditadas e postas em execução.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) — Êsse órgão proveio também da inspiração do Manifesto-Programa. Como sempre, os executores de nossas idéias, ou as deturpam, ou tomam delas apenas uma parte. O art. 10 do Cap. II, daquele documento integralista, prescreve:

"Estabelecer um plano nacional ferroviário e rodoviário e de navegação fluvial, a executar-se em etapas sucessivas, visando os interêsses da Defesa Nacional, do incremento da produção e do comércio interno, da unidade da Pátria."

O que já se tem feito no relativo às estradas de rodagem demonstra o acêrto da proposição do Manifesto-Programa. É necessário agora que se crie idêntico serviço para o desenvolvimento de novas vias-férreas, melhoria das existentes e aproveitamento dos cursos de nossos rios.

Produtos fundamentais da economia brasileira — O artigo 14 do Cap. II propõe:

"Solucionar os problemas relativos aos produtos fundamentais da economia brasileira..." "... de acôrdo com: a) — a direta interferência da Corporação respectiva, através seus valores técnicos; b) — os superiores interêsses da Nação, colocado cada produto no quadro geral da economia do país; c) — os interêsses inerentes ao próprio produtor."

Êsses problemas não foram resolvidos, mas de todos os lados se nota o anseio, o clamor das entidades de classe apelando para soluções que, em

última análise, não podem fugir daquele critério proposto pelo Manifesto-Programa. Tudo indica, afinal, que a fórmula integralista caminha no sentido de realizar-se.

Ministério da Economia — O art. 1 do Cap. II reza:

"Criar o Ministério da Economia Nacional, nêle integrando o atual Ministério da Agricultura, os Departamentos de Comércio e Indústria do Ministério do Trabalho e o de Saúde do Ministério da Educação."

Essa proposição surtiu os seus efeitos. Fala-se, hoje, com freqüência, sôbre a necessidade da criação do Ministério da Economia. Considerando o Manifesto-Programa o conjunto dos fatôres da Economia do país, entendeu que o valor-Homem se inclui como agente decisivo da produção nacional. Nestas condições, velar pela manutenção da energia física do agente humano da produção deve ser incumbência do Ministério da Economia. Por êsse motivo, destacava o Departamento de Saúde do Ministério da Educação, para incluí-lo no novo Ministério. Não entenderam assim os que criaram separadamente o Ministério da Saúde. Mas, seja lá como fôr, o simples fato de haver sido criado êste Ministério comprova a influência do Manifesto-Programa na mentalidade dos homens públicos brasileiros.

Ministério da Aeronáutica — Tendo sido o Integralismo o movimento que iniciou a grande campanha em prol da aviação no Brasil, bastando dizer que vestiam a camisa-verde os dois heróis brasileiros que foram os primeiros homens a atravessar

o Atlântico num avião: o Brigadeiro Newton Braga e o pilôto Ribeiro de Barros, era natural que o Manifesto-Programa encarasse o poblema da navegação aérea como dos mais importantes. Assim, o art. 1 do Cap. III, propõe a criação do Ministério da Aeronáutica.

Essa idéia foi realizada.

Instituto Rio-Branco, do Itamaratí — O Cap. IV do Manifesto-Programa diz no seu artigo 1.º: "Criar um Instituto anexo ao Itamaratí com funções de:

a) — manter vivas as nossas tradições diplomáticas e organizar a história diplomática do Brasil em todos os seus pormenores;

b) — estabelecer intercâmbio cultural com os grandes centros de civilização e criar uma ação cultural brasileira na América do Sul;

c) — formar um meio estudantil especial onde sejam recrutados e preparados elementos das carreiras diplomática e consular;

d) — manter cursos de aperfeiçoamento para os quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Essas idéias foram também realizadas.

Imigração — O artigo 2 do Capítulo IV trata da Imigração, propondo: "Estabelecer um serviço rigoroso de estudo e verificação da influência estrangeira e da imigração."

Aí temos o INIC. Não funciona exatamente como desejaríamos, porém torna evidente a influência da proposição do Manifesto-Programa de 1936.

Sindicalismo e Justiça Social — O Capítulo VI

expõe inicialmente o conceito do Integralismo sôbre assistência social. Esta é considerada como um simples anteparo às deficiências de uma construção social que não assenta em base de equilíbrio. Ela será necessária para suprir as necessidades dos menos favorecidos numa ordem econômica que ainda não encontrou os lineamentos harmônicos da sua estrutura. Assim, o Integralismo, ao mesmo tempo que propugnava no período de 1932 a 1937 por uma nova organização sócio-econômica da qual derivariam as conseqüências da representação política, também trabalhava no sentido de suprir, em benefício dos pobres, as deficiências que em detrimento dêstes decorriam do sistema vigente.

Dêsse esfôrço resultou a ação assistencial que serviu de inspiração posteriormente à criação de entidades cuja origem não se pode negar serem procedentes da obra realizada pelo Integralismo e que são as adiante relacionadas.

Legião Brasileira de Assistência — Impedida de funcionar a Ação Integralista Brasileira, por ato de violência da Ditadura, a sua ausência restabeleceu o sofrimento dos lares humildes e desamparados. Os integralistas haviam instalado, sob a super-visão da sua Secretaria Nacional de Assistência Social, mais de mil ambulatórios médicos, alguns modelares, com suas salas de consultas, de curativos, gabinetes dentários e farmácias; mais de quinhentos lactários, que proviam as necessidades de milhares de crianças; agências de colocação e organização de cadastros. Tudo isto desapareceu com o tufão da Ditadura, mas a idéia ficou. E surgiu a L.B.A., não uma organização às expensas particulares do bolso dos camisas-verdes, mas amparada financeiramente pelo Estado. Quando vemos os serviços relevantes que está prestando, em tudo imitando a Ação Integralista Brasileira, até com a assistência judiciária instituída pelo movimento do Sigma, não podemos deixar de reconhecer a influência decisiva do Integralismo na vida brasileira.

S.A.P.S. — O Serviço de Alimentação e Previdência Social criado posteriormente ao período de ação do Integralismo (1932-37), é uma cópia da organização que, com os mesmos objetivos, funcionava sob a direção do Dr. Brito Pereira, Secretário Nacional de Assistência Social da Ação Integralista Brasileira, a qual, pela primeira vez, na História do Brasil, lançou os restaurantes populares ao preço de um cruzeiro a refeição, para os que podiam pagar, e gratuita para desempregados, sendo êstes encaminhados para o setor de colocações, que lhes arranjava emprêgo. É mais uma inspiração integralista que se transformou em serviço governamental.

SESI e SESC — O que o Integralismo já começara a realizar com a colaboração espontânea e voluntária de seus adeptos e simpatizantes, veio mais tarde concretizar-se nesses dois grandes serviços da Indústria e do Comércio, mediante contribuições compulsórias dos estabelecimentos industriais e comerciais. Com maiores recursos, portanto, dessas duas organizações que hoje prestam tão relevantes serviços, podemos dizer que, pelo menos, foram uma inspiração conseqüente do que já se esboçara na Ação Integralista Brasileira.

Alfabetização de adultos — Essa campanha foi iniciada pela Ação Integralista Brasileira, que

fundou cêrca de três mil escolas em todo o território nacional. Hoje, de todos os lados, surgem iniciativas nesse sentido. As escolas primárias do Integralismo supriam diurnamente as insuficiências dos governos e trabalhavam em horas noturnas ensinando a ler nossos patrícios adultos.

Mas, voltemos a alguns textos do Manifesto-Programa de 1936.

Participação dos empregados nos lucros das emprêsas — O Integralismo levantou pela primeira vez no Brasil a bandeira da participação dos empregados nos lucros das emprêsas. Mas levantou sensatamente, dentro das linhas da viabilidade, considerando os interêsses da economia nacional conjugados ao estímulo dos empregados e procurando elevar a eficiência dêstes.

Sob a influência do Integralismo, a Constituição de 1946 consagrou o princípio da participação dos empregados nos lucros das emprêsas, mas fêz de tal modo que tornou insolúvel o problema, que até hoje se arrasta no meio de discussões estéreis e fornecendo bandeiras à demagogia eleitoral.

O Capítulo VI, do Manifesto-Programa de 1936, na sua alínea e, propõe:

"garantir ao trabalhador uma retribuição proporcional à sua contribuição pessoal, ao lucro auferido pelo empregador, às necessidades da emprêsa e da economia nacional, às exigências normais da vida individual e familiar e às condições indispensáveis ao seu aperfeiçoamento material e espiritual".

Esta bandeira pertence, pois, ao Integralismo. Tudo o que hoje se diz, se propõe, se discute a respeito do assunto, teve origem no Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira em 1936.

Casa própria — A alínea g do Capítulo VI do Manifesto-Programa diz:

"facilitar aos trabalhadores do campo e das cidades a aquisição da propriedade familiar, generalizando o Bem de Família pela criação de entidades públicas de cooperativismo de construção".

Como se vê, o Manifesto-Programa de 1936 considerava o problema da casa própria nas cidades para os operários, mas não se esquecia dos homens da roça, a cujas famílias desejava garantir, na base de uma lei agrária que viesse incrementar a produção no campo. Mas tudo era concebido segundo o conceito do Bem de Família, pois a Família sempre constituiu a base das estruturas sociais do Integralismo.

A idéia da Casa Própria, embora com realizações ainda incipientes e unilaterais, é hoje vitoriosa no Brasil.

Cinema brasileiro — Também no campo do cinema nacional a influência do Integralismo foi decisiva. O artigo 5.° do Capítulo VII do Manifesto-Programa diz:

"Promoverá a criação do cinema brasileiro com forte impulso governamental, de sorte que se aproveite, ao mesmo tempo, o assunto brasileiro, a paisagem brasileira e o artista patrício, com o maior e o mais moderno rigor técnico; fiscalizará também a entrada de filmes estrangeiros, que deverão ser traduzidos em português e ter dois vistos: do Ministério da Educação, quanto à parte moral, e do Ministério das Belas Artes, quanto ao valor artístico".

Não é preciso fazer-se grande esfôrço para verificar o grande impulso que se deu, de 1936 para

cá, à solução dêsse problema, havendo já indícios de interêsse governamental pela mesma.

Faculdades de Filosofia — Inadequadamente assim denominadas, instituiram-se no país as escolas destinadas à formação de professôres secundários e que procuram realizar, ainda que de maneira diferente, o pensamento contido no artigo 3.° do Capítulo VIII do Manifesto-Programa de 1936, o qual diz:

"Manterá, com organização e orientação eminentemente nacionais, o ensino normal elementar destinado a formar professôres do ensino primário, e o ensino normal superior, destinado a formar o magistério secundário".

SENAI e SENAC — O Capítulo VIII do Manifesto-Programa em seu artigo 6, propõe cuidar:

... "diretamente (pelo Ministério da Educação) ou através das corporações, da educação profissional do trabalhador brasileiro, de modo a dotá-lo de um maior domínio sôbre os recursos do meio e de um melhor aparelhamento para a realização do seu trabalho".

Êste propósito está sendo hoje objetivado pelas obras do Senai e do Senac.

DASP — O Capítulo IX do Manifesto-Programa de 1936 em seus artigos 1, 2, 3, 4 e 5, trata do Funcionalismo Público e da Administração. O leitor poderá ler na reprodução que fazemos neste livro do importante documento integralista, tudo o que a respeito se propunha o grande movimento nacional brasileiro. E perceberá que também essas idéias se tornaram vitoriosas no país.

O Integralismo e a Imprensa — Êsse capítulo do Manifesto-Programa, relido agora, evidencia a sua influência sôbre a mentalidade da Imprensa no Brasil. Quando se tratou recentemente (1956) de um projeto regulando as funções dos jornalistas, o Partido de Representação Popular definiu a sua posição, propondo que em vez de uma Lei diretamente provinda da Câmara dos Deputados, deveriam as próprias associações da imprensa redigir e propor ao Legislativo o seu Código de Etica. Essa idéia foi adotada pela Associação Brasileira de Imprensa e esposada pelas personalidades mais responsáveis do jornalismo patrício. No Manifesto-Programa de 1936, não sòmente se propõe idêntica providência, que salvaguarda a liberdade plena do jornalista brasileiro, mas ainda se sugerem privilégios especiais aos homens que trabalham na Imprensa. Esta última sugestão foi consagrada pela própria Constituição de 1946.

*
* *

Quem ler atentamente o Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira e cotejar os seus capítulos e artigos com os fatos da vida nacional nestes últimos vinte anos, não poderá deixar de concluir pela certeza e afirmativa de que o Integralismo foi a maior fonte de idéias novas e o maior centro irradiador de uma influência social e política sem precedentes na História da nossa Pátria.

REPÚBLICA SINDICALISTA

QUEM primeiro cogitou no Brasil da representação de classes foi a "Ação Integralista Brasileira". A sua doutrina política partia do princípio de que a verdadeira representação popular na constituição dos parlamentos seria aquela que exprimisse interêsses reais dos diferentes círculos que compõem a sociedade, obtendo-se, dêsse modo, os votos significativos das aspirações específicas de cada grupo, a produzirem delegados verdadeiramente responsáveis e conscientes do mandato que se lhes confiaria.

Essa idéia da representação política das classes originava-se:

1.°) — Da observação que se fazia de que, no curso do século XIX e desta parte do século XX, desde a organização dos operários na Inglaterra e, posteriormente na Alemanha, na França, na Bélgica e outros países, acentuava-se a tendência das associações proletárias assumirem caráter político, ao mesmo tempo que os partidos iam, pouco a pouco, inscrevendo nos seus programas reivindicações dos trabalhadores, o que tudo indicava não coexistirem duas linhas paralelas de aspirações populares (a trabalhista e a política), porém duas linhas convergentes e que um dia se deveriam fatalmente encontrar;

2.°) — Da verificação cada vez mais positiva de que o sufrágio universal obedecia a um critério

empírico, sem nenhuma base científica e sem nenhuma preocupação técnica. Sendo o voto uma deliberação que se toma em face de objetos conhecidos, o sufrágio universal, considerando teòricamente todos os eleitores no mesmo nível intelectual, propunha-lhes questões que a grande maioria não sabia e não sabe resolver (manifestos de candidatos, doutrinas e programas partidários, temas de interêsse geral e não consoante com os de interêsse particular concebíveis pelo eleitor). Num século em que a tudo se aplica a técnica, inclusive no sistema de pesos e medidas, que substituiu unidades convencionais por outras exatas, o voto continuava e continua a se basear numa conjectura, numa suposição de capacidade de discernimento do homem-comum. Pelo que cumpria dar ao voto um valor preciso de relação entre o interêsse-geral e a aspiração-compreensível.

Essas duas observações absolutamente experimentais, levavam a "Ação Integralista Brasileira" a pugnar pelo voto de classe, ou de categorias sociais, onde o eleitor sabe o que precisa, escolhendo seus próprios pares para manifestar o que êle, eleitor deseja.

Essa a doutrina. Mas havia os problemas da sua aplicação prática.

Antes de tudo, a "Ação Integralista Brasileira" rejeitava a concepção marxista de classe e a concepção soreleana do sindicalismo revolucionário. Rejeitava, por outro lado, o conceito unilateral dos direitos das classes, que apenas dizem respeito aos interêsses econômicos, abstraindo os interêsses políticos. Objetivando criar a Democracia Orgânica, a "Ação Integralista Brasileira" unia, numa mesma expressão, empregadores e empregados circunscritos a cada ramo das atividades produtivas do

país. Ainda que elegendo em separado os seus representantes, empregadores e empregados formavam, relativamente a cada produção ou atividade, um bloco único e interessado na prosperidade do seu ramo. Era o comêço de uma "unidade social" dentro da "unidade nacional".

Havia, ainda, o problema inerente à nossa organização municipal e ao sistema federativo, os quais deveriam se manter íntegros, a primeira por doutrina (a autonomia como expressão das autonomias dos grupos naturais e das pessoas que compõem o Município) e o segundo como imperativo histórico e conveniência evidente da administração de um país de tamanha vastidão territorial.

*

* *

A "Ação Integralista Brasileira" pretendia que cada categoria de produção ou de atividade elegesse os vereadores municipais que, por sua vez, elegeriam o prefeito, assim como o colégio eleitoral de segundo grau. Êste, juntamente com outros da região, elegeriam os deputados estaduais e federais. Os deputados estaduais elegeriam o governador do Estado e os deputados federais elegeriam o presidente da República. O voto seria absolutamente técnico, rigorosamente científico, porque os que escolhem os vereadores conhecem de perto os candidatos como conhecem aquêles a quem delegam poderes para escolher os deputados às Assembléias Legislativas e à Câmara Federal. Por sua vez, os eleitores do terceiro grau (deputados estaduais) e do quarto grau (deputados federais) conhecem os homens do seu Estado e do País, podendo, pois, de-

liberar acêrca de objeto de sua competência e alçada.

Ao contrário do fascismo, que dava aos grêmios da produção apenas caráter econômico, a "Ação Integralista Brasileira" (de índole democrática e antitotalitária) dava-lhes caráter não sòmente econômico, mas também político. E, ao contrário do liberalismo, que dilui a responsabilidade do representante eleito pelo complexo das mais variadas profissões e de interêsses muitas vêzes antagônicos, a "Ação Integralista Brasileira" criava a consciência da responsabilidade nos representantes parlamentares, pelo dever que se lhes impunha de pugnar pelos interêsses da categoria que os elegeu.

O sistema propugnado pela "Ação Integralista Brasileira" instituía no Brasil a hierarquia das competências, suprimindo a equiparação absurda que se faz hoje do voto de um professor universitário e de um semi-analfabeto, que mal sabe assinar o nome; em conseqüência disso, elevava o nível mental e moral das Assembléias Legislativas e da Câmara Federal.

No âmbito do primeiro grau, poderiam e deveriam votar mesmo os analfabetos, desde que exercessem profissão honesta; nem seria justo excluí-los, pois como chefes de família e moradores do município, são partes legítimas no interêsse de ver bem governada a pequena terra onde habitam. Seria uma extensão do sufrágio, mas condicionada a uma hierarquia de discernimentos.

Pretendia a "Ação Integralista Brasileira", como cúpula da representação nacional, criar um Senado altamente expressivo da cultura e das fôrças vivas da Nação. Assim, em vez de senadores

pelos Estados, teríamos senadores pelos Institutos Científicos, Literários, Técnicos, Artísticos, Econômicos. Por exemplo, a Ordem dos Advogados, dos Médicos, dos Engenheiros; as Academias de Letras; as Associações Comerciais, Industriais, Agrícolas; as Universidades, a Associação de Imprensa, etc. Que Senado seria êsse! Que clarividente supervisionador dos problemas nacionais!

Tudo isso é muito bonito, razoável, portanto, aceitável. Mas é preciso ter em vista a oportunidade histórica, a conveniência em face de circunstâncias cuja influência poderia ser desastrosa ao funcionamento do sistema.

No momento atual, a representação de classes seria perigosíssima para o Brasil. E isso porque a incúria do govêrno, a demagogia oficial, a inércia dos que pecaram por omissão, permitiram que o comunismo se infiltrasse de tal sorte nos órgãos de classe, que se adotássemos, de improviso, o belíssimo programa da "Ação Integralista Brasileira", entregaríamos ràpidamente o Brasil à Rússia.

A doutrina integralista está certa. Um dia terá de ser praticada, não apenas em nosso país, mas em todos os países (o que será motivo de orgulho para os brasileiros, por ter ela nascido aqui, sem influências estrangeiras). Mas ela só poderá ser aplicada quando medidas legais impedirem que elementos comunistas dominem as diretorias dos sindicatos e das associações de classe em nosso país.

Se o sistema orgânico proposto pela "Ação Integralista Brasileira" pusesse o Brasil em risco se fôsse imediatamente aplicado, que diremos da anunciada República Sindicalista que se pretende implantar em nosso país?

Essa República Sindicalista de que hoje se

fala, pretende realizar o conúbio esdrúxulo do liberalismo democrático com o sindicalismo revolucionário. Numa palavra: criar o ambiente propício para o desencadeamento da revolução comunista no Brasil.

Nessa Tôrre de Babel, onde cada um fala o seu idioma, mas onde todos fingem entender tudo, prepara-se uma aventura que pode ter funestas conseqüências à vida nacional.

Não sou daqueles que negam, de modo absoluto, a existência de um jovem idealismo no Sr. Ministro do Trabalho. Acredito mesmo que S. Exa. pensa o que eu também penso dos partidos políticos e da medíocre politicagem que avassala o Brasil. O Sr. Ministro é moço e a mocidade é a primeira a manifestar sinais de engulho pelas coisas velhas e cediças principalmente quando começam a apodrecer. Acredito, portanto, que não o move uma ambição vulgar, ou interêsses subalternos. Mas entendo que S. Exa. não refletiu sôbre o processo de desintegração de certas nacionalidades como a China e os países da Cortina de Ferro, nem rememorou os famosos **dez dias que abalaram o mundo** de John Read, durante os quais ergueu-se um grito muito semelhante ao que hoje se ergue no Brasil: "todo poder ao Soviet", isto é, aos sindicatos, o que significa "todo o poder aos escravizadores dos sindicatos". Naquele tempo, ninguém sabia que os Soviets já estavam minados pelo comunismo...

Essa República Sindicalista pode ser o primeiro ato da tragédia a ser representada em nossa História. Nessa tragédia, os atores do primeiro ato não tomarão parte nos últimos...

O PROBLEMA DOS PARTIDOS NACIONAIS

I

É num momento de excepcional gravidade que me dirijo ao Povo Brasileiro. Acha-se a Nação ameaçada nos seus fundamentos por agentes corruptores que afetam a própria essencialidade do seu espírito, seja pela propaganda direta de idéias letais, seja pela ação indireta de pensamentos e formas bastardas de raciocínio, que levam a erros tão dissimulados, ao ponto de iludir, com visos de orientação acertada.

Convido a todos os brasileiros a acompanhar o desenvolvimento das idéias que linhas adiante lhes irei expor, meditando comigo sôbre assuntos da maior relevância, que dizem respeito à evolução dos partidos em nosso país, desde o Império, e à situação de confusionismo em que se encontra a política nacional.

*
* *

Foi no ano de 1946 que se iniciou no Brasil a experiência democrática, depois de restaurado o govêrno legìtimamente sufragado pelo voto dos nossos concidadãos. Essa experiência veio demonstrar a incapacidade do espírito público no país, seja pelo colapso do exercício democrático durante oito anos de Ditadura, seja pelas circunstâncias absolutamente novas na vida brasileira, oriundas da

criação de partidos de caráter nacional, cuja existência fôra suprimida desde a queda do Império.

Uma obra educacional preparatória do Povo para retomar a linha de unidade da Pátria, no desenvolvimento da ação política (uma obra como me propus e se propuseram os que seguinram a minha doutrina e atividades até 1937), é indispensável à compreensão dos altos objetivos da Lei Eleitoral vigente.

É bem verdade que os próprios partidos chamados nacionais no tempo da Monarquia, foram perdendo gradativamente o sentido geral de uma política de forte envergadura e largos lineamentos, principalmente a partir dos meados do século XIX, depois do famoso Ministério de Concentração chefiado pelo Marquês do Paraná.

A organização daquele Gabinete, tendo em vista a trégua nas lutas partidárias, para só considerar os imperativos do progresso material do nosso país, influiu, desde então, com duplo efeito: 1.º) — o da consideração do fator econômico acima de todos os ideais políticos; 2.º) — o da preocupação mais viva dos interêsses regionais, objetivando o progresso e o enriquecimento próprios, o que se pode tomar como causa primeira do espírito federalista, lògicamente deduzido de necessidades imediatas de administração das Províncias.

O espírito federalista, sob o aspecto dessas necessidades, evidentemente não representa um mal, antes exprime justas aspirações de relativa autonomia, sem a qual se dificultariam as execuções de inúmeros serviços públicos. Mas o perigo proveniente de uma excessiva limitação de horizontes políticos em conseqüência da preocupação exclusiva pelos assuntos adstritos a caracteres geo-econômicos específicos, fôra visto pelo gênio político

dos antigos colonizadores, quando, após a experiência das Capitanias Hereditárias, instituíram um Govêrno Geral no vasto território, ainda que lutando com as imensas dificuldades de comunicação no século XVI. Não sòmente vira o Govêrno de D. João III os graves inconvenientes acarretados à defesa do país contra as incursões estrangeiras, sob o sistema do parcelamento do Brasil, mas ainda a ameaça de formação de mentalidades sociais fortemente diferenciadas, que determinariam, no porvir, o esfacelamento de um grande Império em numerosas Repúblicas, como aconteceu na parte espanhola do Continente, onde não houve previsão dos acontecimentos futuros.

Observa-se, dessa forma, em contraposição ao critério histórico do materialismo, que tudo subordina ao "econômico", uma ostensiva interferência do Espírito, determinando a formação de uma consciência nacional, cuja unidade veio a aflorar no século XVII, durante a guerra contra os Holandeses, e no século XVIII, com o alvorecer dos ideais de independência, nos quais, quer em se tratando da Inconfidência Mineira, quer, mais tarde, no referente à Revolução Pernambucana e nos próprios episódios de 1822, tiveram sentido geral brasileiro, e não apenas local.

A Independência, pela identidade de objetivos, fortaleceu o sentimento de unidade, a cujo influxo se processou a fase histórica do Primeiro Império, da Regência e dos tempos iniciais do Segundo Império. E ainda aqui encontramos um fator puramente espiritual (a Monarquia) interferindo decisivamente na manutenção da Unidade da Pátria, podendo-se hoje afirmar, à distância de um século e meio, que o Trono salvou o Brasil do esfacela-

mento em pequenas Pátrias, à maneira das Repúblicas Espano-Americanas.

As diversidades geográficas ou climáticas, o desenvolvimento desigual da produção nas diferentes regiões, determinaram depois, como não podia deixar de acontecer, predominâncias político-hegemônicas na Monarquia, quer no período em que o açúcar, o tabaco e o algodão constituíam a riqueza básica do país, quer quando o fator econômico passou a ser representado pelo café. Mas essa liderança, sucessivamente exercida pelos grupos sociais mais prósperos, nunca reagiu no sentido da hipertrofia do poder local, pelo fato de a política do Império exercer-se ainda sob a inspiração das cartas de regimento quinhentistas, que davam ascendência aos objetivos da Unidade da Pátria.

A evolução da psicologia política do Brasil, a partir dos meados do século XIX, desenvolve-se, entretanto, pelo predomínio de uma filosofia utilitária a que não era estranha a influência dos pensadores europeus do tempo, decorrente do pressuposto mediante o qual o interêsse econômico deveria anteceder ao interêsse do Espírito.

Estabelecida esta premissa, — que se tornou tão evidente depois da trégua partidária — o destino dos dois partidos nacionais estava irremediàvelmente traçado. Êles deveriam ceder ao arbítrio de cada Província, perdendo, dia a dia, o caráter de grandes correntes uniformes em que se aglomeravam indistintamente brasileiros de tôdas as regiões.

Começa, então, a verificar-se a predominância de duas tendências: a das composições ou coalisões no âmbito das Províncias, em detrimento da unidade nacional dos partidos do Império, e a pregação do Federalismo como bandeira política moderna e condizente com aspirações puramente locais.

Os contemporâneos, não compreendendo êste fenômeno de decomposição gradual dos partidos nacionais, atribuíam à falta de dignidade, ao desbriamento político, as mudanças de atitudes de personagens destoantes da inflexível linha de conduta de seus antepassados. Êsses homens, no entanto, através dos conchavos que teciam e das acomodações em que se arranjavam, cediam à imposição de novas circunstâncias oriundas das exigências dos grupos da Província, que lhes cumpria defender e sustentar.

Por outro lado, a idéia federalista, que nos Estados Unidos constituíra elemento de unidade nacional, pela aglutinação crescente de regiões pol̀iticamente autônomas, que vinham — por imperativo de defesa comum contra as Potências Européias — aderir à União Federal, mediante o respeito às suas pecualires prerrogativas, essa idéia federalista teve no Brasil significação oposta, ou seja de reação localista contra o unitarismo imperial.

A descentralização administrativa era, realmente, uma necessidade imposta pela vastidão do nosso território, mas a descentralização política excessiva iria ferir de morte as duas idéias básicas da Unidade da Pátria, isto é, de um lado a própria idéia da Nação, e do outro a autonomia dos Municípios, juguladas e anuladas pela hipertrofia do Poder Regional enfeixado nas mãos de dirigentes que, jogando com a máquina administrativa na capital de cada Estado, imporiam governos municipais ao seu talante.

II

Foi o que se deu com a implantação da República. Os dois partidos tradicionais da Monarquia, o Liberal e o Conservador, forma última dos antigos "chimangos" e "cascudos", "caramurus" ou saquaremas", estavam combalidos e incapazes de ressurgir sob nova forma, ao advento do Novo Regime. Nem lhes havia ambiente propício. A idéia federalista implantou no país autarquias políticas regionais, de tal maneira fortes e absorventes, que nenhum partido de âmbito nacional poderia subsistir.

A consagração dessa realidade efetivou-se, com raro descortino do fenômeno político, pela ação do Presidente Campos Sales, quando viu a impossibilidade de solucionar o problema da sucessão presidencial da República, sem tomar por base os fatôres componentes da precária unidade da Pátria: os partidos majoritários de âmbito estadual. Foi a chamada "política dos governadores", que produziu os governos Rodrigues Alves e Afonso Pena, fracassando no quadriênio seguinte, pela interferência do fator novo, que determinara a implantação da própria República e a sustentação dos governos de Deodoro, Floriano e, até certo ponto, o de Prudente de Morais: — o Exército.

Sendo a última expressão de sobrevivência do espírito da Unidade da Pátria, o Exército, em 1910, constituiu a reação histórica oposta aos arbítrios da política dos Governadores, então já plenamente evoluída no sistema de periódicas composições dos três grandes Estados: Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Viu-se, desta sorte, no govêrno do Marechal Hermes, a re-implantação do espírito nacional pelas Fôrças Armadas, com a derrubada das oligarquias estaduais que perpetuavam o Poder nas mãos de algumas famílias ou grupos concentrados na emprêsa de exploração do Poder local.

Contrapusera-se à candidatura militar a fascinante figura de Rui Barbosa, que formou em tôrno do seu nome, grande massa popular e brilhantes líderes partidários. Ao terminar o pleito presidencial, que foi belíssimo e chegou a reacender, ainda que sem profundidade, o velho espírito dos partidos nacionais, surgiu a tentativa de galvanizar a idéia de formação de correntes estáveis e ideològicamente definidas em todo o país. Da parte dos que apoiavam o Marechal Hermes, surgiu o Partido Republicano Conservador, chefiado pelo general Pinheiro Machado; e da parte dos que apoiaram Rui, veio o Partido Republicano Liberal.

Tiveram ambos a duração de quatro anos. Era o partido de Pinheiro um conglomerado de facções puramente estaduais, que se aglutinavam em tôrno do seu nome prestigioso, sem outro objetivo senão o de manter situações nos Estados, tôdas estas ainda inseguras no rescaldo das intervenções militares. O partido de Rui foi se esfacelando pela adesão dos seus elementos ao partido dominante, em cada Estado, e pelas acomodações com o Govêrno Central, destino irremissível dos ingloriosos episódios cíclicos das nossas campanhas eleitorais. Da mesma forma, o partido de Pinheiro, nos Estados da Bahia e de São Paulo, onde os governos tinham apoiado Rui Barbosa, perdeu as características de movimento nacional, acontecendo em São Paulo a adesão do Partido Republicano Con-

servador ao Partido Republicano Paulista, com o beneplácito do próprio Pinheiro Machado.

Passado o lance da sucessão do Marechal Hermes, na qual já repontou o arbítrio dos Governadores, na escolha de Wenceslau Braz, a política brasileira retomou o seu curso, entregando, de novo, aos três grandes Estados as soluções das crises periódicas da sucessão, sendo sob êsse critério elevado à suprema magistratura, após um **intermezzo** doloroso e expressivo da fórmula Rodrigues Alves-Delfim Moreira, ambos quase moribundos, os Srs. Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís.

Durante os quadriênios dêstes, nenhuma tentativa se verificou de formação de partidos nacionais, exceto o efêmero sonho da Reação Republicana, de Nilo Peçanha, que teve a duração das rosas de Malherbe.

Estas experiências deveriam servir de lição e constituir objeto de meditação por parte dos nossos homens públicos, a fim de que possam, nos dias de hoje, conjurar o mais grave de todos os perigos que ameaça, não só a unidade, mas a própria independência da Pátria Brasileira.

III

A partir de 1930, o Exército intervém de novo, em plena luta armada conseqüente do desentendimento dos Governadores dos três grandes Estados, e tenta recompor a política de sentido nacional. A excessiva autonomia tornara êsses Governadores tão fortes, que possuíam verdadeiros exércitos próprios e uma máquina administrativa que subjugava tôda a população dos seus domínios. Assume o Poder um dêsses Governadores e principia — como fizera

o Marechal Hermes utilizando-se êste do art. 6.º da Constituição do seu tempo — a nomear interventores nos Estados, já agora usando as atribuições de Govêrno "Discricionário".

A primeira conseqüência foi a decomposição imediata do partido que o elevara ao Poder, de vez que essa corrente política, baseada no pacto de dois grandes Estados e recrutando revolucionários de vários matizes, tinha trazido como rótulo o nome de Aliança Liberal, produzindo o govêrno menos liberal que a República conheceu.

A luta, entretanto, pela imposição do Poder Central aos Estados, foi improfícua. Os "interventores" eram substituídos, a cada passo, pelas injunções dos grupos locais, até que, em 1932, uma grande revolução, militarmente vencida mas politicamente vitoriosa, forçou a convocação de uma Constituinte que produziu a Carta de 1934.

Nesse mesmo ano de 1932, pela primeira vez, desde a República, surgiu a iniciativa mais séria da fundação de um partido nacional, pois não provinha nem de iniciativa governamental, nem de artificiosos dispositivos de leis elaboradas por homens de gabinete. Refiro-me à "Ação Integralista Brasileira", que tinha caráter eminentemente educativo, visando preparar a consciência popular para a compreensão de uma política isenta de influências regionalistas.

Alicerçando-se em idéias e sentimentos profundamente nacionais e reduzindo a uma expressão de unidade política as aspirações e tendências comuns a tôdas as regiões do país, logrou êsse movimento um êxito surpreendente que, por si só, revela o teor da sua brasilidade, sendo de notar um fato que tem escapado à apreciação da crítica histórica: o Inte-

gralismo sempre foi mais numeroso e forte nos sertões do que nas cidades cosmopolitas.

IV

Em 1937, um golpe de Estado fulminou a Carta de 1934, substituindo-a por outra. Foi um golpe do Executivo, amparado nas Fôrças Armadas, como a completar o golpe anteriormente vibrado na Democracia, pela Assembléia Constituinte, eleita com mandato expresso, para elaborar a Carta Magna e exorbitando dêsse mandato com o transformar-se em Câmara dos Deputados auto-eleita por quatro anos e tornada grande eleitora do Ditador por ela erigido, à revelia da Nação, em Presidente Constitucional por um quadriênio.

A Carta outorgada pela violência do golpe de 1937 restaurou a situação do discricionarismo de 1930 e suprimiu todos os partidos. Assim vivemos até 1945.

Abolida a Ditadura, volta-se de novo à idéia da criação dos partidos nacionais. Mas é uma idéia apenas de elites dirigentes, fortemente influenciadas pela Doutrina Integralista, triunfante hoje, sob muitos aspectos, na Constituição de 1946, assim como nas leis vigentes e nos próprios programas dos partidos...

O que, entretanto, o Integralismo procurou fazer por métodos persuasivos e democráticos de propaganda e educação do Povo, trataram os Legisladores de executar mediante disposições coercitivas de textos legais. A criação de partidos nacionais por fôrça de lei, conquanto visando altíssimo interêsse de unidade da Pátria, não encontrou consonância com as realidades políticas traduzidas tão

eloqüentemente e tão sinceramente pelas facções estaduais, que se viram compelidas a se coligar com outras de igual natureza local, simulando, como num brinquedo de criança o "faz de conta" expressivo de uma hipótese de realidade.

Tudo quanto presenciamos no decorrer dêstes últimos anos e principalmente nas vésperas das eleições de 1950 é a falência completa dos partidos nacionais, criados coercitivamente, sem obra educacional preparatória ou concomitante, capaz de restituir ao Brasil a base de sua unidade política.

Nestas condições, êsses partidos não possuem vitalidade, estrutura e capacidade para combater o maior dos perigos que ameaça a Nação: o Comunismo Russo, hoje atuante em todo o país, com a envergadura e as características de verdadeiro partido de âmbito nacional, legalmente inexistente mas na realidade bem vivo e cada vez mais ativo em nossa Pátria.

O comunismo é, realmente, um partido de âmbito nacional, conquanto as condições da sua vitalidade venham de fora para dentro, pois tanto a sua doutrina como a sua orientação, tanto a sua técnica habilíssima como a psicologia específica dos seus componentes e até a sua estrutura, o seu hino e os seus símbolos, procedem de uma Nação estrangeira (fato jamais antes verificado no país) e tem por fim estirpar as raízes da brasilidade, pelas quais se devem alimentar os partidos nacionais, como fôrça de opinião uniforme em tôdas as latitudes e como sustentáculo da soberania da Pátria.

Vindo de fora, sendo estrangeiro, o Partido Comunista quer substituir os valores nacionais pelo tipo standard de uma sociedade internacional que visa ultrapassar as diferenciações peculiares ao es-

pírito de cada Pátria e as diferenciações individuais inerentes a cada pessoa humana.

Que temos, verdadeiramente nacional, do ponto de vista político, para contrapor a essa invasão ideológica e psicológica, tendente a destruir a independência, a liberdade e a dignidade da Nação Brasileira?

Sendo internacional, sendo estrangeiro, pelo que quer e pelo que combate, o Comunismo é, entretanto, um partido de âmbito nacional, dadas a sua unidade de fins, uniformidade de ação, identidade psicológica de seus partícipes e rígida disciplina que os rege.

Que outro partido, também nacional, se lhe opõe?

Em contraposição a êsse partido de envergadura e âmbito nacional, porém formado fora do Brasil, só se pode erguer uma agremiação, também de âmbito nacional, e nacional por índole, formação, doutrina, atitudes, processos, diretrizes, psicologia, mentalidade, provindas do próprio Brasil, originárias do coração da Pátria, com raízes caboclas, filho dos sertões, expressão vibrante da alma patrícia: — o Integralismo.

Não quero com isso dizer que os diversos partidos em nosso país não sejam capazes (se adotarem os métodos educacionais dos integralistas) de se tornarem úteis e prestimosos partidos de capacidade nacional. Mas, presentemente, nenhum dêles o é. Basta apreciar o que se está passando nesta hora em relação a interêsses estaduais: todos êsses partidos cindem-se em dissidências, que se coligam com os partidos adversários no sentido de servir a puros interêsses locais. Nem quero afirmar que em tais partidos, colocados no leito de Procusto

onde são submetidos ao suplício da distenção de suas reduzidas ossaturas, não haja homens de alto valor moral, capazes de tudo fazer, pessoalmente, pelo bem e salvação do Brasil. O que pretendo afirmar é que existe um partido internacional, estrangeiro, com sua doutrina, sua mística, seus processos, sua disciplina, de âmbito nacional; e que, em contraposição a êle, só existe hoje um movimento brasileiro, com idênticas características de fôrça e vitalidade, porém provindas elas das raízes da Pátria, e não de fora. Quero dizer que qualquer dos atuais partidos, forçados a ser nacionais, será, talvez um dia, realmente nacional; mas, por enquanto, não o é.

Então, pergunto: pode o Brasil esperar, para salvar-se, pelo nascimento da criança, ou pelo seu crescimento, quando já possui um filho — o Integralismo — adiantado e preparado em tudo quanto lhe cumpre ser e saber para defender a Mãe Pátria?

O momento é, portanto, grave, não comportando delongas. Precisamos, urgentemente, de uma corrente política cujo teor de espiritualidade, sentido de unidade nacional, tirocínio em lides cívicas, firmeza de orientação, possa polarizar as energias vitais da Pátria, a fim de que ela supere a enfermidade parasitária que, vinda do estrangeiro, invade-lhe o corpo, matando-a, dia a dia.

Êsse movimento de opinião já existe: é o Integralismo Brasileiro.

Saudando a todos os brasileiros que, nesta hora de desânimos e desesperanças, ainda encontram em si próprios energias suficientes para batalhar em prol da Nação contra a onda de anarquia e os sinais alarmantes de morte moral — convido-os, a todos, sem exceção, para que venham cerrar fileiras nesta grande corrente que representa a última, a suprema esperança do Brasil.

COMO SE FUNDA UM PARTIDO NACIONAL

"O único partido nacional que existiu no Brasil depois da proclamação da República foi a Ação Integralista Brasileira". Os partidos do Império, já pràticamente não existiam quando o golpe de Estado do Marechal Deodoro surpreendeu a Nação. Êles tinham perdido a sua vitalidade, desde quando, nos meados do século, o Marquês do Paraná organizou um ministério de conciliação visando apenas a obra administrativa com absoluto desinterêsse pelas idéias políticas. A partir da queda do gabinete de Zacarias de Góis, começou a interferir na vida política do país o poder pessoal do Imperador, desejoso de fazer funcionar o sistema parlamentar, ainda que artificialmente, uma vez que, subindo ao poder, cada partido pretendia eternizar-se nêle. Essa interferência de D. Pedro II acabou de esfacelar os partidos, os quais já não possuíam mesmo nenhum poder de sedução sôbre o povo brasileiro.

Surgiu, então um partido novo, portador de idéias; era o partido republicano. Não se firmando nos seus próprios princípios, a Monarquia não teve servidores apaixonados. Dessa maneira, na madrugada de 14 de novembro o trono ruiu por terra, sem que ninguém reagisse. Amigo de todos, amigo de ninguém. O Imperador caiu porque quem não prestigia a doutrina em que se deve firmar, não encontra quem o prestigie na hora difícil. A República foi uma conseqüência natural do esfacelamento dos partidos do Império. Mas, instaurado o novo regime, êle também surgiu sem partidos. A

República Presidencialista era a própria consagração do "poder pessoal", pelos republicanos tão malsinado e por êles agora adotado. Os Presidentes da República fundaram o seu prestígio na chamada "política dos governadores", desde logo adotada, mas consagrada explìcitamente pelo Presidente Campos Sales.

A República passou a ser um regime de "partido único", o partido republicano, que tomava colorações diversas nos Estados da Federação, acrescentando ao P.R. a inicial do Estado em que funcionava. Foram extintos definitivamente os partidos nacionais, para só existir oposições estaduais, tôdas, porém, filiadas ao partido único do totalitarismo republicano.

*

* *

Em 1930, ruiu êsse sistema e o Brasil caiu na anarquia do chamado Poder Discricionário, com nomeação de interventores para os Estados, como o Imperador nomeava os Presidentes das diversas unidades da Federação.

A evolução da vida política brasileira processou-se, como se vê, no sentido de atingir o absoluto governismo, tendente ao mais acabado totalitarismo. Podemos estabelecer as fases dessa evolução:

1.º) — Partidos nacionais com idéias e vitalidade própria, a partir da Independência até 1852 (ministério de concentração nacional do Marquês do Paraná);

2.º) — Partidos nacionais sem idéias nem vitalidade própria, funcionando como simples máquinas eleitorais de conquista do Poder, desde 1856 (morte do Marquês do Paraná) até 1868 (queda do gabinete de Zacarias);

3.º) — Partidos manobrados pelo Poder Pessoal do Imperador, funcionando artificialmente em todo o Brasil, a começar em 1868 até à proclamação da República em 1889;

4.º) — Extinção dos partidos nacionais e imposição do Partido Único (o Republicano) constituído de 21 máquinas políticas acionadas pelos 21 governadores dos Estados, a principiar com a proclamação da República até 24 de outubro de 1930;

5.º) — Extinção total de tôdas as máquinas partidárias dos Estados e advento do Poder Pessoal, sob o nome de Poder Discricionário, isto é, um Poder Pessoal mil vêzes mais pessoal do que o do Imperador, pois êste ainda manobrava com partidos, e mil vêzes mais arbitrário do que o poder pessoal dos Presidentes da República, pois êstes ainda manobravam com os governadores que eram eleitos pelo povo.

Em plena vigência desta situação de absoluto totalitarismo, de perfeita e completa autocracia, de supressão da soberania popular, surgiu em 1932, com raízes nos tempos da Independência do Brasil, um movimento que visava fundar no país, um partido nacional para restaurar a democracia e restituir ao povo a sua dignidade de pensar e de manifestar-se.

Êsse movimento foi o Integralismo. O partido nacional que fundou foi a Ação Integralista Brasileira.

*

* *

Dois acontecimentos ficarão para sempre evidenciando e redimindo a dignidade do povo brasileiro sob a opressão da tirania que se implantou em nossa Pátria em 24 de outubro de 1930, com a elevação ao Poder da Ditadura discricionária, Ditadura essa que não podemos, sem grave injustiça, imputar exclusivamente a um homem, porque êsse homem nunca a poderia exercer sem o apôio de um grupo que dispunha de tôda a fôrça naquela ocasião.

Êsses dois acontecimentos foram a Revolução Constitucionalista, que é um êrro denominar-se apenas pelo nome de Revolução Paulista, porquanto por ela se pronunciou o povo em todo o Brasil, sendo esmagado pelos órgãos policiais da Ditadura, e o lançamento do "Manifesto de Outubro" de 1932, com o qual se fundou a "Ação Integralista Brasileira".

O primeiro daqueles acontecimentos não tinha, porém, profundidade, porque não se pode avaliar a significação histórica de um fato pelo barulho que êle faz ou pelo traumatismo ocasional que êle determina. A Revolução Constitucionalista era apenas o desejo do retôrno à base legal da política brasileira. Era um desejo, inegàvelmente, nobre, mas se lograsse concretizar-se não traria senão os resultados medíocres que se colheram em 1934, com uma Constituição que nasceu sem meios de a si própria defender-se. E podemos mesmo dizer que a Revolução Constitucionalista, embora vencida pelas armas em 4 de outubro de 1932, triunfou moral e polìticamente, pois forçou a Ditadura a convocar

a Constituinte que produziu a Carta de 1934. As conseqüências da co-existência de uma política ideal (a da Constituição) e de uma política real (a da vida brasileira) vimos em 1937, com o novo golpe de Estado. Mas, não nos antecipemos.

*

* *

O segundo daqueles dois acontecimentos a que estamos nos referindo (o advento da "Ação Integralista Brasileira") revelava na sua expressão e no seu processo vital a profundeza das suas raízes, que iam buscar energia na própria alma nacional, no sentimento comum dos brasileiros e na tradicionalidade histórica.

Era a primeira vez que, depois da República, se organizava no Brasil um partido de índole, de temperamento, de âmbito nacionais.

*

* *

A "Ação Integralista Brasileira" encontrou o povo brasileiro em completa disponibilidade doutrinária e sentimental. Descrente dos partidos, desde o Império, acabou descrendo do regime monárquico; desiludido com a República acabou desinteressando-se pelas formas de govêrno; indiferente às formas de govêrno, acabou — ao cabo de 43 anos de comédia política — numa apatia dolorosa, num quotidianismo rasteiro de interêsses vulgares, que o melancolizava ìntimamente, fazendo-o sonhar, em devaneios inconfessáveis, o advento de alguma coisa indefinida que talvez se definisse e o salvasse.

Nos recessos da alma nacional existia uma fôrça desconhecida pelos políticos, pelos militares, pelos estadistas, pelos sociólogos, pelos historiadores, por todos aqueles que apreciavam o nosso povo, tão generoso e tão bom, mas tão incapaz de adaptar-se às experiências institucionais ou partidárias tentadas pelas elites europeizadas ou americanizadas, ou super-intelectualizadas no convívio de escritores estrangeiros.

O Integralismo surgiu com a certeza de que o povo brasileiro não era um povo inteiramente perdido, pois o que faltava era algum ou alguns caboclos genuina e retintamente brasileiros, pelo nascimento, pelo convívio, pela formação desde a infância, pela comunhão de sentimentos com a grande terra e o grande povo, os quais despertassem nos seus compatriotas aquelas mesmas fôrças vitais que êles, caboclos, sentiam nas profundezas de suas próprias almas.

O Brasil — raciocinavam os primeiros integralistas, aquêles que comigo sairam para continuar, sob o ponto de vista moral, o Bandeirismo dos séculos XVI, XVII e XVIII — é uma unidade diferenciada (consoante o velho conceito de Aristóteles). Tem interêsses, peculiaridades, aspectos regionais, inerentes à diversidade geográfica e às condições econômicas; mas vive em função de um sentimento comum irremovível, porque vai buscar suas origens numa só base étnica inicial, argamassada ao concurso das três raças formadoras e plasmada pelo gênio lusíada numa expressão moral cristã e numa expressão política de unidade, essa unidade que resistiu, em quatro séculos, a tôdas as tentativas de desagregação territorial da Pátria.

Tomaremos (refletiam os integralistas) tôdas

as diferenciações como numeradores e tôdas as identidades como denominadores comuns. A soma dessas 21 frações ha de dar um numerador igual ao denominador, isto é, a Unidade.

Assim pensando e sentindo, desfraldamos nossa bandeira.

*

* *

Peço aos políticos, peço aos meus próprios adversários, que prestem atenção ao que vou contar, se é verdade que desejam fundar partidos nacionais. Eu lhes direi como fundei aquêle partido, que criminosamente foi guerreado, como nenhum outro em nossa História, pelos homens que fundaram no Brasil uma Ditadura Totalitária e sustentaram o Ditador durante tantos anos. Talvez a minha narrativa sirva de exemplo àqueles que pretendem dar vida a um partido nacional.

Primeiro escrevi um Manifesto, onde pus todo o pensamento e todo o sentimento cristão do povo brasileiro, com o qual sempre convivi, desde a infância e na minha atribulada mocidade. Nesse Manifesto fala o próprio espírito nacional brasileiro bem vivo desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Depois, em reuniões sucessivas, que eu já vinha realizando a partir de 1931, numa Sociedade de Estudos Políticos, meus primeiros companheiros e eu principiamos a debater problemas nacionais, desde os doutrinários aos práticos, e à proporção que íamos chegando a conclusões por todos aceitas, firmávamos, um a um, os nossos postulados. Identificados, assim, num só pensamento sem contradições, principiamos a nossa obra apostolar.

Tendo chegado à conclusão de que o nosso movimento, para ter base sólida em realidades, deveria

processar-se de baixo para cima e nunca de cima para baixo, isto é, vir do povo e nunca dos governos, nem de grupos intelectuais plantados nas grandes cidades sem contato com a gente brasileira, principiei renunciando a tôda e qualquer posição ou cargo político que me ofereciam naquela ocasião, para ser simplesmente homem do povo.

Êste fato causou grande pasmo e estranheza, entre outros ao general Waldomiro Lima, que me convidara para o mais importante pôsto do seu govêrno em São Paulo, por indicação mesmo do Ditador que (verdade seja dita) nunca deixou de me dispensar, nas mais variadas oportunidades, uma consideração que me poderia ter levado a usufruir, como tantos o fizeram, das vantagens do Poder. Pus-me, portanto, a caminho, humilde e pobre como o meu povo, disposto a falar-lhe uma linguagem que êle entendesse.

Aos meus primeiros companheiros, declarei: — "Nenhuma vantagem pessoal teremos neste apostolado. Pelo contrário, seremos ridicularizados e quando crescer o número dos nossos adeptos, seremos injuriados. Quando avultarmos mais, seremos caluniados. Se as proporções do nosso crescimento forem grandes, seremos perseguidos pelos governadores de Estado, porque não desejarão perder suas clientelas eleitorais. O comunismo se levantará contra nós, com agressões e atentados e também com uma propaganda que tentará deturpar nossos intentos. Dia virá em que uma grande perseguição cairá sôbre nós. Ser-nos-á negado o direito da palavra para nos defender. Conheceremos prisões, maus tratos e tôda a sorte de sofrimento. Se estais dispostos a tudo isso, vinde comigo e anunciai as mesmas coisas a todos quantos vierem conosco. Não prometeremos empregos, nem proven-

tos, mas sòmente dores e aflições. Porque o que levantamos é o sentimento da Pátria, a própria alma da Pátria, e isso não convém aos aproveitadores e exploradores da Nação, nem ao seu charlatanismo político."

*

* *

Então, principiamos a propaganda. Éramos poucos: estudantes, operários e alguns homens de classes liberais. Em vez de ficar nas capitais dos Estados ou na da República, organizando o partido nacional, fomos de cidade em cidade, de lugarejo em lugarejo. Nada de comícios espetaculares nem de demagogia de fogos de artifício. Falávamos o que estava mesmo na alma do povo. E logo que aderiam alguns adeptos numa pequena cidade, fundávamos ali um núcleo. Nesse núcleo, instalávamos uma escola de alfabetização, um ambulatório médico, uma pequena biblioteca, pois estávamos convencidos de que o povo precisava de instrução e de remédios, pobre povo brasileiro minado pela malária, pelas verminoses, pela tuberculose, pela sífilis, pelas tantas moléstias tropicais. No núcleo havia uma sala maior, onde semanalmente, sem falta, um doutrinador do lugar ou de fora, prègava a nossa doutrina, que afinal era a própria doutrina do povo brasileiro, o qual dela se havia esquecido, mas que a possuía no íntimo dalma.

Víamos que ninguém sabia cantar o Hino Nacional e então ensinamos letra e música. Em certos lugares, topamos com populações genuinamente brasileiras, netos ou bisnetos de estrangeiros, que não sabiam falar a língua da nossa Pátria. Nesse caso, fundávamos escolas de língua portuguêsa, às

quais foram mais tarde fechadas pelos "nacionalizadores" de encomenda...

Instituimos o culto da Bandeira Nacional e o dos heróis da Nação. Ninguém sabia quem eram Caxias, Osório, Tamandaré, Gonçalves Dias, José de Alencar. Nós ensinávamos a biografia dêsses e de outros brasileiros ilustres. As datas nacionais já não eram festejadas senão pelas solenidades frias e protocolares de comemorações oficiais das quais o povo não participava. Ensinamos ao povo o entusiasmo por essas datas. Os integralistas compareciam a tôdas as festas cívicas, quer as promovidas por êles mesmos, quer as promovidas pelas autoridades, e batiam palmas, e aclamavam. O nosso povo já não sabia bater palmas. Se desfilavam tropas das nossas Fôrças Armadas, lá estavam os integralistas batendo palmas à sua passagem. Com isso habituavam todo o povo a fazer o mesmo.

*

* *

Essas coisas, meus companheiros e eu fizemos em todos os Estados, percorrendo cidade por cidade. Éramos pobres. Íamos em carros de segunda classe. Quando as viagens se faziam de automóvel, os companheiros de cada cidade nos levavam à cidade mais próxima onde houvesse companheiros e êstes pagavam a viagem ao lugar seguinte. As viagens de navio eram custeadas por subscrições que anteriormente se promoviam. Lembro-me de uma em que entreguei um conto de réis, parte de meus direitos autorais recebidos pelo livro "Psicologia da Revolução" para completar a quantia necessária à viagem ao Nordeste, em companhia de Hermes Barcelos, Capitão Aristófanes e Tiers Martins Moreira. O dinheiro acabou na Paraíba. Prosseguimos em caminhões das obras contra as sêcas, que levavam materiais de um açude a outro. Atravessamos assim todo o sertão e chegamos à Fortaleza, onde Jeová Mota, o Padre Helder Câmara e o saudoso Carvalhedo pagaram nossas passagens até Recife. Ali tive a surprêsa de um telegrama de meus editores (Civilização Brasileira) pedindo autorização para mais uma edição do meu livro, cuja primeira se esgotara ràpidamente. Saquei por conta numa livraria local e assim pudemos chegar à Bahia, onde achei ordem de Arnaldo Magalhães, de Vitória, pagando nossas passagens à Capital do Espírito Santo. Em Vitória nos esperavam Madeira de Freitas e Gustavo Barroso que traziam o produto de uma subscrição feita no Rio para a viagem por trem.

Era assim que se apostolizava. É assim que se funda um partido nacional. Os políticos ficavam no Rio, politicando. Nós íamos de cidade em cidade. Dêsse modo crescemos, enormemente. Então vieram as perseguições.

*

* *

Se em 1932 salvamos o Brasil do virus do separatismo, também o salvamos em 1935 da catástrofe do comunismo. Em 1932, em muitas cidades paulistas fui vaiado quando desfraldei a Bandeira Nacional, mas falei da glória dos Bandeirantes, do papel que a São Paulo cabe nas responsabilidades pela Unidade da Pátria e terminei recebendo aclamações daquele povo generoso e cheio de nobreza.

Com grande comoção fui informado em Curitiba pelo Dr. Vieira de Alencar que ouvira dos lábios

do ilustre militar general Osvaldo Cordeiro de Faria o relato do que representou a minha batalha contra o separatismo em 1932. Realmente, foi dura, mas venci e consegui fazer da juventude, que se batera nas trincheiras da guerra constitucionalista, a fonte dos apóstolos inicialmente mais eficientes do grande movimento nacional. Sôbre a revolução comunista de 1935, ainda não foi feita a completa história. Asseguro, entretanto, que ela teria tido proporções colossais se não existisse o Integralismo.

*
* *

O maior crime praticado pela Ditadura que se implantou no Brasil em 1937 foi a perseguição a ferro e fogo que se fêz a êsse grande e redentor movimento de salvação nacional. Além da perseguição, a Ditadura facilitou aos comunistas a obra do desvirtuamento das intenções que nutríamos, eu e os meus companheiros. A nossa doutrina foi deturpada. As mais horrendas calúnias foram atiradas contra nós, inclusive a de sermos portadores de uma ideologia exótica, a de pugnarmos pelo extremismo, a de termos ligações com governos estrangeiros. Disseram isso do movimento caboclo, do movimento cristão, do movimento patriótico, que ensinou o culto dos heróis nacionais, da Bandeira da Nação, da honra da Pátria, da sua independência. Estávamos amordaçados. Nem uma voz se levantou para defender-nos... E, no entanto, todos sabiam que o que se dizia de nós era mentira. A conivência com a Ditadura foi a página mais negra que assinalou a atitude de todos os responsáveis. Essa atmosfera de terror produziu a mais tétrica das conseqüências nos dias de hoje. O povo está

com mêdo de ser patriota. O povo tem mêdo de se levantar contra o comunismo. As famílias horrorizam-se diante da perspectiva de ver novamente presos, espancados, injuriados, deportados, condenados os seus chefes pelo crime de amar a Pátria.

Nunca se praticou maior crime contra a Nação. A juventude, que se levantara cheia de sonhos e idealismos construtores, jaz hoje numa disponibilidade de cadáveres. Foi obra da Ditadura, que além disso, desfibrou os caracteres, ou pela ameaça ou pelo subôrno, ou pelo exemplo de muitos que se locupletaram materialmente com os oito anos de eclipse das liberdades.

Urge, hoje, para salvar a Pátria enquanto é tempo (ainda será tempo?) reerguer a alma da Nação Brasileira. Recomecei a salvação do meu Brasil. Que os homens dos outros partidos, façam o mesmo. Mas não será no Rio de Janeiro, nem nos conchavos políticos, nem na ronda pela conquista de ministérios, nem nas manobras eleitorais, nem na bajulação, nem na demagogia, que cumprirão o mais alto dever de consciência perante a Posteridade.

Será prègando, ensinando, educando, de cidade em cidade, com profundo desdém pelos cargos, pelas posições, pelo mandonismo, pelas combinações sempre estéreis de uma política hipócrita e sem alma. Vamos ao povo! Vamos ao coração do Brasil! Não pensemos nos pratos de lentilhas. Pensemos na salvação da Pátria.

O MAGISTÉRIO POLÍTICO DOS PARTIDOS

COMO se sabe, o Integralismo surgiu num instante perigoso em que, tendo sido quebradas pela revolução de 1930 as estruturas da política brasileira baseadas nos partidos estaduais, a Nação se encontrava desorientada, sem que os líderes da situação atinassem com os meios de coordenar a opinião pública para a eleição de constituintes, que deveriam produzir uma nova Carta Constitucional. Não mais existindo os dados certos e seguros da política dos Governadores que produzira o equilíbrio nacional desde Campos Sales, o Poder Discricionário (nome com que se auto-designava) ia adiando a convocação da Constituinte. A êsse tempo, proliferavam grupos ideológicos, com os mais variados nomes (Clube 3 de Outubro, Legião 5 de Julho, Legião Revolucionária, etc.) mas todos tateando à procura de uma solução.

Foi nessa oportunidade (1931) que entendi formar uma corrente esclarecida de opinião, que viesse a constituir o primeiro partido de caráter nacional em nosso país. Principiei pela doutrinação jornalística, nas colunas de um diário fundado em São Paulo pelo Dr. Alfredo Egídio de Sousa Aranha e para o qual mobilizei uma plêiade de jovens de grande valor, entre os quais o hoje consagrado jurista e homem de pensamento, Santiago Dantas.

Em duas colunas diárias, iniciei preliminarmente o estudo crítico da política brasileira desde a República, tornando claro o desenvolvimento dos fatos e das suas conseqüências. Valendo-me da colaboração direta do maior dos sociólogos do tempo,

Oliveira Viana; de pensadores da estatura de Tristão de Ataide, de Mota Filho, de Ataliba Nogueira, de J. C. Fairbanks e outros ainda jovens, mas brilhantes, apresentei ao Brasil um tipo novo de jornal, que logo teve audiência em todos os Estados da União. Divulguei as idéias de Alberto Tôrres, de Farias Brito, de Tavares Bastos, de Euclides da Cunha, de Oliveira Lima, de Pandiá Calógeras, para só falar dos mortos ilustres. Examinei a vida municipal brasileira, mostrei as realidades profundas da nossa Pátria, coloquei o problema brasileiro dentro do problema mundial, tratei dos assuntos humanos universais e dos particulares nacionais. Em princípios de 1932, já o grande matutino "A Razão" formara uma corrente de opinião em todo o país. Foi quando fundei a "Sociedade de Estudos Políticos", a 24 de fevereiro de 1932. Essa sociedade tinha por fim estabelecer os pontos já pacìficamente aceitos pelos seus adeptos, elaborando os princípios que nos serviriam de base a uma ação social e política.

*

* *

Os nove princípios, que serviram de base às atividades da "Sociedade de Estudos Políticos" precederam sete meses o Manifesto de Outubro. Êles se encontram reproduzidos neste livro, no Capítulo intitulado "Ontem como hoje".

Fundada a "Ação Integralista Brasileira" em 6 de maio de 1932, como simples seção da "Sociedade de Estudos Políticos", elaborei o seu Manifesto, que não chegou a ser publicado por haver eclodido a Revolução Paulista.

Em outubro, finalmente, êsse documento foi oferecido à Nação, tomando vulto a simples seção da Sociedade de Estudos Políticos, que se fêz o grande movimento nacional.

*

* *

Foi o primeiro partido substancialmente nacional que surgiu no Brasil, depois de 1889. Seus oradores insistiam na necessidade da formação de correntes políticas ideològicamente definidas, constituindo partidos nacionais.

Sobreveio em 1937 a Ditadura; mas finda esta, os legisladores sentiram a forte influência do Integralismo no concernente à criação de agremiações políticas de caráter nacional. Esqueceram-se, entretanto, de que o funcionamento dessas organizações dependia, não das leis elaboradas nos gabinetes, mas de uma consciência criada à fôrça de doutrinação, de propaganda e de atitudes exemplificadoras.

Temos tido, portanto, no Brasil, simúlacros de partidos nacionais, mal se equilibrando entre as diversidades de interêsses estritamente regionalistas.

*

* *

Ao se reabrirem as franquias constitucionais no país, um problema se propôs aos integralistas: como intervir e atuar na vida política brasileira? Antes de tudo, era preciso agir com inteligência.

Durante os oito anos da Ditadura, o Integralismo foi apresentado pelos jornais, pelo rádio, pelos livros, pelos discursos, como doutrina exatamente contrária aos nove princípios que reproduzi acima. Não havia possibilidade de defesa; só se publicava nos jornais e só se falava pelo rádio aquilo que a

Ditadura permitia. Assim, o povo brasileiro viveu sob o domínio da mentira. E quando a Rússia Soviética se tornou aliada das Nações Ocidentais e, conseqüentemente, do Brasil, as mentiras sôbre o Integralismo foram corroboradas pelas mais terríveis calúnias. Estrangeiros assalariados pelo DIP, como Frishauer, John Gunther, Dehilote e outros, publicavam livros em que se dizia que o Integralismo fôra estipendiado pelo nazismo. Desfigurava-se todo o ocorrido nos anos de 1937 e 1938. E, finalmente, o comunismo, às soltas pelas ruas e pelas colunas da imprensa, lançou as mais hediondas calúnias contra os integralistas. Cumpria, portanto, antes de tudo, restaurar a verdade histórica. E essa verdade só uma outra organização política nacional, e nunca o Integralismo em defesa própria, poderia fazer brilhar aos olhos dos brasileiros iludidos. Por isso, fundou-se o Partido de Representação Popular (PRP), ao qual se acolheram, com numerosos brasileiros que não tinham sido integralistas, os adeptos do Sigma.

O PRP desempenhou a sua função histórica. Elegendo representantes nos âmbitos municipal, estadual e federal, êstes falaram ao povo das tribunas parlamentares. Oradores ocupavam os microfones e restauravam a verdade em todo o país. Jornais se publicaram, livros se editaram e, pouco a pouco, com grande estupefação, o povo brasileiro tomava, de novo, conhecimento do que era a doutrina Integralista, do que significou a Ação Integralista.

Mas o PRP não se limitou a isso. Aproveitando-se das faculdades que a lei concede aos partidos de realizar alianças e coligações com outros, o PRP exerceu grande ação de convivência com os res-

ponsáveis e adeptos das diferentes legendas partidárias, ficando provado, pràticamente, que os demais partidos consideravam-no uma agremiação perfeitamente democrática. Pelo sistema de alianças e coligações, o PRP envolveu e comprometeu partidos conservadores, do tipo do PSD e do PR; partidos liberais, do tipo da UDN; partidos reformistas do tipo do PTB; partidos populistas do tipo do PSP. Nenhum dêsses partidos pode hoje dizer que o PRP é um partido totalitário, nazi-fascista, extremista, como dizia a Ditadura e dizem os comunistas. Dizer o contrário seria denunciar coniVências que assentariam mal aos acusadores.

Adotando essa política, o PRP viveu desde 1946 até o presente. Foram anos de esclarecimentos contra os da calúnia ditatorial.

*

* *

Chegamos agora a um momento histórico em que falharíamos à nossa missão se continuássemos a praticar a política das alianças e coligações.

O mal da Democracia Brasileira procede da incapacidade funcional dos partidos nacionais. Os interêsses regionalistas, de um lado, e os interêsses das facções de outro, impedem a cristalização dos pensamentos partidários em expressões de lineamentos perfeitos e resistentes.

Os homens que constituem os elementos líderes dentro de cada corrente partidária não agem malèvolamente, nem por ambições subalternas, nem por vaidades pessoais. Pelo contrário, pretendendo, cada qual, bem servir ao seu partido, pleiteiam dentro dêstes as alianças com a corrente política a seu juízo mais conveniente aos interêsses da causa. Procede daí a formação das alas, das

dissidências, operando em sentido divergente, cada qual mais convencida de que está servindo melhor o seu partido, mas tôdas contribuindo para a sua desagregação e a sua ruína.

O fenômeno ocorre desde o âmbito municipal. Como se sabe, ali nada mudou. São famílias locais que disputam o mando, acobertando-se nas legendas do PSD, da UDN, do PTB, etc. Se o PRP, por exemplo, se une a alguma daquelas oligarquias locais rotuladas com a legenda dêste ou daquele partido dito nacional, a seção municipal do partido encontra dificuldades em obedecer a uma composição de caráter estadual ou nacional com outro partido... Acontece, freqüentemente, que se o PRP numa cidade, se liga ao PSD, por estar convencido de que os homens melhores para o govêrno municipal pertencem àquele partido, já numa cidade vizinha a predileção é pelos homens da UDN, ou do PTB. Forma-se, dêsse modo, a colcha de retalhos municipais, em cada Estado, dificultando a pilotagem do Diretório Regional, muitas vêzes criando embaraços ao Diretório Nacional.

Tais fatos, que ocorrem em todos os municípios (e em relação a todos os partidos que, assim, cada qual, se vai desagregando do alto sentido de uma política ideológica) tais fatos repetem-se em maior escala nos âmbitos estaduais.

Basta relembrar as eleições de 1950. No âmbito nacional, o PRP deu o seu apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, por conseguinte aliando-se à UDN no propósito de eleger aquêle eminente brasileiro. Pois bem: no Estado de São Paulo, por motivos doutrinários, a seção do PRP não pôde apoiar o candidato a Governador da UDN, o Sr. Prestes Maia, coligando-se, conseqüentemente, com o PSP e com o PTB, na sustentação da candidatura do Sr. Lucas

Garcez; no Rio Grande do Sul, já fomos adversários do PTB, apoiando com o PSD e a UDN a candidatura do Sr. Cilon Rosa, contra a do Sr. Dorneles; e se em Santa Catarina e Estado do Rio foi fácil a composição com a UDN, já em Minas essa mesma composição foi resultado de exaustivos debates, pois muitos do PRP estavam convencidos de que a melhor candidatura era a do PSD. Mas, seria longo enumerar.

O fato experimentalmente verificado é êste: da divergência de opiniões derivam antipatias pessoais, resultando muitas vêzes inimizades entre os líderes, o que causa a maior decepção e os mais profundos desgostos na massa eleitoral do partido.

Cada partido vai tomando, aqui e ali, as colorações da vizinhança política, de sorte que temos "udeno-pessedistas", "pessedistas-trabalhistas", "trabalhistas-pessepistas", "pessepistas-perristas", "perristas-udenistas", constituindo os conglomerados de cada partido no Brasil uma irizada porta de tinturaria.

As divergências, quando são profundas, produzem as alas, ou dissidências. Ao chegar as eleições, estas pretendem fazer chapa própria, mas não tendo legendas, compram ou alugam as disponíveis. Assim, há PDC que não é PDC; PTB, que não é PTB; PTN que não é PTN, e assim por diante, como demonstrei em artigo no qual expus a situação política da Bahia.

Em face de tal panorama de desorientação e de ruína política, o PRP, deve exercer a sua função histórica de partido doutrinador, fiel à tradição integralista que propõe ao Brasil verdadeiros, e não falsos, partidos nacionais. O PRP já foi chamado "partido-escola". Ora, um partido-escola deve servir

de modêlo ao povo brasileiro. Um partido com as responsabilidades históricas e doutrinárias do PRP, se usou do processo das coligações e alianças quando tinha necessidade disso, para reconquistar livre trânsito no mundo político, não pode agora continuar a fazer o que tem feito por fôrça das circunstâncias, pois isso seria abdicar do mais alto e do mais nobre papel que lhe compete. E, longe de obter lucros eleitorais adquirindo um hábito desconforme com o seu destino histórico, pelo contrário, irá daqui por diante perdendo substância e liquifazendo-se na água régia dos costumes abastardados da vida política do país.

Não basta a teoria; precisamos a prática. Não basta a doutrina; é preciso a experiência; não bastam palavras; urge o exemplo, que imprime à propaganda das idéias um teor de escola ativa.

Mais depressa do que os líderes nacionais, compreenderam esta situação os líderes nos municípios. Um clamor se levanta no interior dos Estados, em tôdas as seções municipais do PRP. Êles percebem, na própria carne, o que significam, para a vida do partido, as coligações, as alianças, o apôio a candidatos, ainda os mais dignos, mas não formados na escola doutrinária do partido.

A missão dos partidos é o exercício de um magistério político. Quando todos os partidos se convencerem das palavras de Silveira Martins, ao exclamar: "idéias não são metais que se fundem", nesse dia teremos partidos nacionais. O PRP, primeiro a pregar a necessidade dos partidos nacionais, tem de ser o primeiro a dar o exemplo de praticar uma política de caráter nacional, capaz de superar as injunções estaduais ou municipais. E essa política de caráter nacional **só** pode ser exercida, como

foi outrora pela Ação Integralista Brasileira, numa heróica e decisiva marcha em que estarão presentes as palavras do companheiro Câmara, tão conhecidas em todo o Brasil: "quem gosta de nós somos nós mesmos". Se nos convencermos dessa verdade, veremos aumentar, crescer, multiplicar-se êsse "nós". Os desiludidos, os descrentes, os decepcionados, os inquietos, os idealistas sinceros se edificarão diante da nossa audaciosa atitude: e virão engrossar as nossas fileiras...

Não nutrimos nenhuma antipatia, nenhuma má vontade contra os eminentes brasileiros dos outros partidos; não deixaremos de respeitar os homens públicos que se candidatarem por outras correntes aos postos eletivos da Nação. Pois nenhuma desconsideração existe contra o dono da casa em que eventualmente nos hospedamos, quando lhe dizemos que desejamos ir para a nossa própria casa. Não foram outras as palavras do Patriarca José Bonifácio, ao despedir-se dos portuguêses, que o cumularam de homenagens em Lisboa. "Consola-me — dizia o Andrada, — a lembrança de que da vossa parte pagueis a obrigação em que está todo o Portugal com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela de vossas luzes, conselhos e instruções".

Em vez, portanto, de sermos desrespeitadores ou grosseiros para com os outros partidos e candidatos dêles, imitemos o Patriarca, dizendo-lhe: ajudai-nos com vosso aplauso, com vossa cavalheiresca amizade, pois a posição que desejamos assumir será útil a todos os partidos e a todos os brasileiros em geral, pelo valor das lições que a experiência nossa vos facultará, no sentido de uma firme consolidação do regime democrático.

ONTEM COMO HOJE

EM 18 de dezembro de 1931, em longa missiva que dirigi de São Paulo a Augusto Frederico Schmidt, estudando a situação brasileira e expondo-lhe o meu pensamento sôbre o que deveríamos fazer, escrevi as seguintes palavras:

"Quero, logo que seja iniciada a minha ação jornalística, **proclamar os direitos do homem.** Cento e poucos anos após as declarações da Revolução Francesa, uma nova proclamação precisa erguer-se na face da Terra. Que ela parta do Brasil, como um protesto, que ecoará, principalmente entre os povos meridionais, sem hulha, sem petróleo, sem ferro, sem possibilidades para exercer um imperialismo econômico, mas com enormes possibilidades de exercer uma poderosa influência moral."

E mais adiante: "O que urge, neste instante, é uma imediata mobilização de tôdas as fôrças morais e espirituais do Brasil." E, logo depois: "Nossa campanha inicial se define: com Deus ou contra Deus."

Respondendo, Augusto Frederico Schmidt me dizia que mostrara a minha carta a Tristão de Ataíde, o qual muito se entusiasmara com ela, acrescentando, todavia, que, no seu entender, mais necessária naquela hora do mundo era uma Proclamação dos Deveres do Homem, e não apenas dos Direitos, como eu dissera.

Expliquei noutra missiva que os Deveres estavam implìcitamente contidos nos Direitos, uma vez que êstes deixariam de subsistir em relação à pessoa humana, se os indivíduos ultrapassassem os limites da sua liberdade.

Em 24 de fevereiro de 1932, no salão nobre do jornal "A Razão", de São Paulo, conforme relatei no primeiro capítulo dêste livro, realizei a primeira reunião de intelectuais paulistas com o fim de fundar a Sociedade de Estudos Políticos, cujo objetivo era polarizar valores mentais e morais dispostos a empreender uma campanha de salvação nacional. Compareceram Ataliba Nogueira, Mota Filho, Mario Graciotti, José de Almeida Camargo, Alpinolo Lopes Casali, José Maria Machado, Francisco Stela, Gabriel Vendoni de Barros, João Leães Sobrinho, Mario Zaroni, Fernando Calage, Iraci Igaiara. Declarei-lhes que, no meio da confusão dos espíritos, que reinava no Brasil, tornava-se necessário, antes de iniciarmos qualquer atividade, estabelecermos alguns pontos pacíficos, isto é, que não admitissem discussão entre nós. Eu já os trazia redigidos. Aqui os reproduzo:

1) — Somos pela Unidade da Nação; 2) — Somos pela expressão de tôdas as suas fôrças produtoras no Estado; 3) — Somos pelo princípio da autoridade, desde que esta traduza não sòmente as fôrças reais e diretas dos agentes da produção material e intelectual da nacionalidade, mas também a expressão moral do nosso povo; 4) — Somos pela consulta às tradições históricas e às circunstâncias geográficas, econômicas e climáticas que distinguem o nosso país; 5) — Somos por um programa de coordenação de tôdas as classes produtoras; 6) — Somos por um ideal de justiça humana, que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção em benefício de todos, sem atentar contra o princípio de propriedade, ferido tanto pelo socialismo, como pelo falso democratismo nas expansões que aquêle dá à coletividade e êste ao indivíduo; 7) — **Somos contrários a tôda tirania exercida pelo Estado contra o Indivíduo e suas projeções morais; somos contra a tirania de indivíduos contra o Estado e os superiores interêsses da Nação;** 8) — Somos contrários a tôdas as doutrinas que **pretendam criar privilégios de raças, de classes, de grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas;** 9) Somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da nossa terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do Homem e no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas do nosso século."

*

* *

Êsses princípios foram aceitos por todos, pelo que designei o dia 3 de março para a primeira assembléia em que se devia efetivar definitivamente a fundação da Sociedade, que eu desejava desde logo ligar ao grupo do Rio, cuja primeira reunião fôra por mim realizada no Palace Hotel, com a presença de Madeira de Freitas, Raimundo Padilha, Santiago Dantas, Antonio Galotti, Helio Viana, Americo Lacombe, Augusto Frederico Schmidt, Antonio Giudice, Gilson Amado, Chermont de Miranda e outros.

A assembléia de 3 de março de 32, realizou-se no salão de armas do Clube Português, conseguido para tal fim pelo nosso companheiro Eurico Guedes de Araujo. O comparecimento foi de mais de uma centena de pessoas (médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, estudantes) aparecendo ali, pela primeira vez, aquêle grupo magnífico da Faculdade de Direito, no qual se destacavam Alfredo Buzaid, Antonio de Toledo Piza, Rui de Arruda, Pi-

menta de Castro, Alpinolo Lopes Casali, Angelo Simões de Arruda, Roland Corbisier, Francisco de Almeida Prado, Leães Sobrinho, Silva Bruno, Lauro Escorel, Almeida Salles, os estudantes de medicina Rui Ferreira dos Santos e Waldir da Silva Prado, os de engenharia Luis Saia e Otacilio, os ginasianos Ignacio e Goffredo da Silva Telles, Azib Buzaid e muitos mais, que de memória não posso mencionar.

Abri a sessão com as seguintes palavras:

"Senhores; por tôda a parte ouço a palavra **revolução**; de todos os lados nos chegam os écos de ingentes reclamos que, em meio à confusão dominante no país desde outubro de 1930, apelam para o "espírito revolucionário". Na verdade, tudo indica que o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marchar resolutamente na História. Clama-se pela justiça social e por uma mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender aos interêsses da coletividade. Neste momento, congrego-vos para estudarmos os problemas nacionais e traçarmos em conseqüência dêstes estudos, os rumos definitivos de uma política salvadora. No entanto, quero frizar, com a maior veemência, que procede das profundas convicções espiritualistas inspiradoras do meu pensamento e da minha ação, o seguinte: fala-se de revolução, pedem-se revoluções; pois bem: façamos as que forem necessárias à justiça humana e à saúde da Pátria, mas não nos esqueçamos um instante sequer dos intangíveis direitos da pessoa humana. Peço-vos, senhores, que havendo de reformar, de modificar, de revolucionar, tudo façais se assim vos

ditar vossa consciência; **mas por favor, meus amigos, não toquemos no Homem!"**

E acrescentei, apaixonadamente: "O Homem é livre, Deus o fêz livre e responsável, e o seu maior tesouro é a sua liberdade, a intangível expressão da sua própria consciência, o caráter que imprime ao que faz e ao que possui, o escudo com que se defende do arbítrio do Estado e da Coletividade e é constituído pelos grupos naturais em que se integra. Assim, repito-vos: não toquemos no Homem e na sua Liberdade!"

*
* *

Foi com tais palavras que fundei a Sociedade de Estudos Políticos. Diàriamente se reuniam as suas comissões, organizadas de acôrdo com as vocações de cada um dos associados e consoante as categorias dos assuntos: Filosofia, Sociologia, Economia e Finanças, Pedagogia, Geografia, História, Direito Público, Medicina Social, Arte, Literatura.

Em 6 de maio de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, à qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação.

Essa seção foi criada pelos votos da assembléia, com o nome de "Ação Integralista Brasileira".

Nomeou-se uma comissão para elaborar o Manifesto que se deveria lançar ao povo, sendo a mesma constituída por Mota Filho, Almeida Camargo, Ataliba Nogueira e eu, designado relator.

Elaborei o ante-projeto daquele documento no

correr de maio, mês inolvidável na crônica dos meus sofrimentos, pois na data de 23, foram empasteladas e incendiadas pelos separatistas as oficinas de "A Razão", o grande matutino acusado pela demagogia da praça pública como adepto do govêrno ditatorial de Vargas, pelo simples fato de, nas suas colunas, se fazer obra nacionalista, que se superpunha às paixões regionais.

Em junho, a Sociedade de Estudos Políticos realizou duas reuniões. Na primeira, li o ante-projeto do Manifesto, ficando deliberado que se tirariam dêle várias cópias, para se distribuirem pelos associados, a fim de que trouxessem reparos, emendas ou acréscimos a serem discutidos. Na segunda, quase sem modificações, o Manifesto ficou aprovado. Estávamos, porém, nas vésperas de gravíssimos acontecimentos, pelo que Mota Filho julgou conveniente que se adiasse a publicação para momento mais oportuno.

De fato, em 9 de julho estourou a Revolução Paulista. Recolhemo-nos ao silêncio. Era preciso que nos habituássemos a ver passar tempestades...

*

* *

Quando terminou a Revolução Paulista, o meu primeiro cuidado foi mandar imprimir o Manifesto, que ficou pronto e foi distribuído no dia 7 de outubro.

Dentre as muitas afirmações e proclamações contidas no Manifesto com que se fundou a "Ação Integralista Brasileira", quero destacar as seguintes frases:

"O Homem e sua Família precederam o Estado."

"O Homem não pode ser transformado numa abelha ou num termita; êle é centro de uma gravidade sentimental."

"Tirem a Família ao Homem e fica o animal; façam dêle a peça funcionando no Estado e teremos o autômato infeliz, rebaixado de sua condição superior."

"A influência estrangeira é um mal de morte para o nosso nacionalismo; combatê-la é o nosso dever."

"A nossa Pátria precisa estar unida e forte, sòlidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que a ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacional que está entrando no seu corpo como um cancro."

"Criaram-se aqui preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar; desprezaram-se as nossas tradições; nós somos contra a influência dessa pseudo-civilização que nos quer estandartizar."

"Levantámo-nos num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros."

"O comunismo destrói a Família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a Personalidade humana para melhor escravizar o Homem à coletividade; destrói a Religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira por um sonho falsamente científico."

"Não destruimos a pessoa; dignificamo-la."

"Queremos o operário com garantia de salários adequados às suas necessidades; interessando-se

nos lucros conforme o seu esfôrço e capacidade; de fronte eguida, tomando parte nos estudos de assuntos que lhe dizem respeito; de olhar iluminado, como um homem livre."

"Deus dirige o destino dos povos."

"O Homem deve praticar na terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam."

Tôdas estas frases tomei-as avulsas, aqui e ali, no Manifesto de Outubro. Elas evidenciam que, desde aquelas datas de 1931 e 1932, nunca ensinei aos brasileiros uma doutrina política que submetesse a personalidade humana ao arbítrio e à absorção do Estado. E nem podia ser de outra forma a exposição do meu pensamento, uma vez que, já em 1926, escrevi nas páginas do meu livro "O estrangeiro":

"As instituições americanas repousam na rocha viva dos Direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui... E a América reconstruirá o que estiver destruido no mundo."

Tão ardente fé nas instituições democráticas nunca me poderia ter feito um adepto ou propugnador do estatismo absorvente, das ditaduras supressoras de tôdas as liberdades.

Foi sempre tão grande a minha preocupação em tornar claro êsse pensamento de respeito à liberdade humana, que não julguei suficientes as declarações contidas no Manifesto de Outubro de 1932; e, assim, no ano seguinte, redigindo os 27 artigos das "Diretrizes integralistas", ali consignei na VIII proposição:

"O Integralismo reconhece no Homem um ser dotado de personalidade intangível, com direitos naturais na tríplice esfera das suas legítimas aspirações materiais, intelectuais e espirituais."

E defini no art. IX a obrigação do Estado **"de prover as condições necessárias à satisfação integral dessas legítimas aspirações da personalidade humana, respeitando e favorecendo a sua mais ampla expansão, norteando-se sempre pelos imperativos da harmonia social e dos superiores destinos do Homem."**

Lembrando-me, porém, da crítica aliás justa, de Tristão de Ataide à carta que em 1931 escrevi a Augusto Frederico Schmidt, crítica fraterna em que êle me lembrava a necessidade de contrapesar aos "direitos" os "deveres" do Homem, consignei no artigo X das aludidas "Diretrizes" o seguinte: **"O Integralismo, proclamando, assim, os direitos intangíveis da personalidade humana, e por isso mesmo, insiste na obrigação impreterível que cabe a todo o indivíduo de cumprir à risca todos os deveres que resultam da sua vida em sociedade; declara, portanto, todo indivduo subordinado, na esfera das suas atividades, aos interêsses superiores da coletividade, que, por sua vez, condicionam e favorecem a legítima expressão da sua personalidade e a satisfação das suas mais nobres aspirações."**

*

* *

De tal sorte me afligia o receio de que se tomasse o movimento que desencadeei no país (numa hora grave em que êle, de fato, salvou a Pátria) não pela essencialidade de sua doutrina, porém pelas exterioridades que êle houve de cingir em razão de especialíssimas circunstâncias históricas, que nos próprios Estatutos do partido, em que se con-

substanciou a Ação Integralista, fiz consignar (letra "h" do art. 2.º): **"a liberdade da pessoa humana dentro da ordem e da harmonia social."**

E não parei aí, porque na Carta de Natal de 1935, condenando o estatismo nazista e a sua mística racial e messiânica, escrevi o capítulo intitulado "Limites do império de Cesar" que, por exprimir com a maior clareza a síntese da minha doutrina do Estado, achei-o digno de inserção no capítulo LXIV da "Vida de Jesus" levada ao prelo em 1940. Nessa página tornei patente o meu repúdio ao Estado absorvente, que principiara a ser designado pelo nome de Estado Totalitário, a partir da ascensão do nazismo ao poder, na Alemanha. Essa expressão ("Estado Totalitário") que poderia ser tolerada até 1933, pelos que, sendo espiritualistas, compreendem o Mundo e o Homem de um modo total (e não parcial como o encaram os materialistas e os agnósticos) passou a ser, para todos nós, execrável, desde o instante em que se confundiu com a brutal opressão exercida pelo nazismo sôbre os direitos impostergáveis da Pessoa Humana.

Vendo no nazismo, nem mais nem menos do que uma forma do próprio comunismo, concebida no sentido "nacional" e "étnico", ao passo que o totalitarismo soviético se ampliava ilimitadamente no sentido universal, nem eu nem os que me seguiam poderíamos permitir, através de confusões de palavras, a mínima interpretação errônea da nossa doutrina vasada nos moldes mais puros da democracia cristã.

O meu ensino, pois, durante tôda a vigência da Ação Integralista Brasileira, foi ensino propagador de uma doutrina espiritualista, cristã, democrática e nacional-brasileira, fundada nos princípios eternos de Deus e da imortalidade da Alma Humana, nas tradições da Pátria, nos fundamentos de brasilidade das nossas estruturas nacionais, na sustentação da liberdade do Homem, nas aspirações de independência e grandeza do Brasil.

Continuo a pensar da mesma forma. Se repudiasse essas idéias fundamentais, eu passaria a ser ou comunista ou nazista, ou ditatorial. Mas como quero continuar a ser cristão, democrata, brasileiro, jamais poderei renegá-las. Penso hoje, como pensava ontem. Sou o mesmo. E se alguém não me reconhecer é porque nunca me conheceu.

CONCEPÇÃO INTEGRALISTA DO TRABALHO

O critério adotado pela doutrina integralista na consideração dos problemas humanos inspira-se numa concepção do Universo e do Homem segundo a qual coisa alguma neste mundo pode existir sem correlação íntima com outras. Tôdas as coisas devem ser tomadas de um modo integral, e não isoladamente segundo um dos seus aspectos, ou segundo a própria coisa em exame.

A principiar do Homem, tomamo-lo: 1.º) — na totalidade do seu ser, isto é, como unidade substancial de uma dualidade consubstancial (corpo e alma); 2.º) — ligado a sua origem e a seu destino (criatura feita à imagem e semelhança de Deus e com uma finalidade em seu Criador); 3.º) — subordinado a circunstâncias morais, sociais, econômicas e políticas.

Repelimos, pois, todos os conceitos unilaterais do Homem: o marxista, que nêle apenas vê o "ente econômico"; o liberal, que o concebe apenas como um indivíduo cívico-político. Não aceitamos o individualismo que isola o Homem cortando-lhe os liames que o ligam aos grupos naturais e ao conjunto da vida social, como não aceitamos o coletivismo, última conseqüência do próprio individualismo, êsse coletivismo que pretende fundir a personalidade humana na massa amorfa de uma multidão à mercê dos caprichos do Estado.

Do mesmo modo, não tomamos o Homem segundo as expressões parciais de suas atividades: a raça, a religião, a nacionalidade, a cultura, a profissão; abrangêmo-lo em tôdas essas expressões, as

quais somadas nos dão a idéia precisa do Ser Humano, como êle é, na realidade.

Não vemos, portanto, no Homem, o capitalista ou o operário; o médico, o advogado, o carpinteiro, o tecelão, o comerciante, o lavrador. O que vemos no Homem é o próprio Homem, cuja personalidade total supera a tôdas as suas expressões fracionárias ou circunstanciais. Cultivar o Homem Integral, facilitar-lhe a expressão e realização completa de suas facilidades e tendências vocacionais, libertá-lo das deformações profissionais, pugnar pela satisfação de suas necessidades legítimas, pelo livre exercício de seus direitos naturais, — eis tudo quanto nos exige a doutrina integralista, que não é mais do que a aplicação política dos preceitos morais do Cristianismo.

*
* *

Não quer isto dizer que, objetivando a realização plena da personalidade do Homem segundo sua origem e seu fim último, não encaremos, analìticamente, as condições próprias de cada ser humano ou de grupos semelhantes entregues a atividades idênticas e com interêsses da mesma natureza; mas essas condições vistas sob ângulos adequados à sua compreensão devem ser tomadas: 1.º) — em si própria; 2.º) — em relação a outras circunstâncias que com elas se relacionam.

Quando pugnamos pelos direitos do agricultor, ou do médico, ou do metalúrgico, colocando-os no quadro geral das relações dessas atividades profissionais com outras atividades de outros grupos, ou com as atividades de conjunto da sociedade ambiente, o que estamos objetivando não é pròpriamente defender os interêsses do agricultor, do médico ou do metalúrgico, mas do Homem que está nêles.

Não separamos, conseqüentemente, o Trabalhador do Homem. O Homem está no Trabalhador, ou melhor, o Trabalhador está no Homem, porque sendo o Trabalhador função do Homem, o Trabalhador é uma das expressões do Homem não podendo, pois, êste ser absorvido por aquêle.

*
* *

O século XIX, sendo o produto mental do racionalismo do século XVII e do naturalismo do século XVIII, e conformando as inteligências ao indispensável critério analítico do experimentalismo científico, habituou-se a considerar todos os objetos de seus estudos segundo a unilateralidade do aspecto que nêles tomava. Dêsse modo, perdeu a noção de conjunto dos fenômenos relacionados e intimamente ligados na composição de um todo, por isso mesmo indivisível.

E não só o mundo ficou mutilado pela exclusão de Deus e o Homem pela exclusão da alma, como todos os problemas sociais, econômicos e políticos se fragmentaram. E o que tivemos, desde os meados do século passado e começo dêste, foi uma infinidade de pedaços do problema humano e não o próprio problema humano tomado na sua expressão total.

Filho dêsse materialismo ou dêsse agnosticismo comparáveis às enfermidades dos olhos determinadoras de visões parciais, o socialismo dito científico engendrou, para substituir o Homem Integral, o único aspecto percebido, isto é, o Trabalha-

dor, filho da função do Homem, e não o Homem mesmo.

A conseqüência prática dessa concepção parcial do Ser Humano foi todo o desenvolvimento de uma teoria feita de abstrações, que acabou desarticulando os liames vitais da Economia, pelo divórcio do Capital e do Trabalho e, mais ainda, pelo divórcio entre o Trabalhador e os grupos naturais entre êles e o da comunidade nacional, ou pátria.

Por outro lado, o Capitalismo, tão materialista como o Socialismo, e tão unilateral na consideração dos problemas econômicos como os utópicos franceses ou os marxistas das várias seitas, excluiu de suas cogitações tôdas as regras morais que só poderiam advir de um conceito espiritualista da vida, desprezando também tanto o Homem como os grupos naturais, dêle provindos e fazendo tábua rasa das Nações cujos povos se tornaram simplesmente oficinas de produção ou mercados consumidores.

*
* *

Entre o Capitalismo desumano e o Socialismo unilateral e tendente à conclusão também desumana de completa subordinação do Homem ao Estado, continuou o seu desenvolvimento a linha do Liberalismo, que vinha desde a Revolução Francesa completamente alheio entre a competição do Capital e do Trabalho.

É preciso fazer distinção entre Capitalismo e Liberalismo, pois o Capitalismo serve-se do Liberalismo para expandir-se livremente, sem peias morais, do mesmo modo como do Liberalismo se serve o Socialismo, para açular a luta de classes. O Liberalismo opõe-se a qualquer intervenção moral no expansionismo capitalista e na agitação socialista. Como resultado, as duas fôrças materialistas cada vez mais se externam, conduzindo a humanidade a uma solução catastrófica. Mas é a unilateralidade, tanto do Capitalismo como do Socialismo, que leva hoje diversas correntes políticas preponderantes na vida das Nações a encarar o problema do Trabalho sob um único prisma desassociando-o do conjunto vital da produção, da circulação e do consumo das utilidades imprescindíveis ao Homem e sua Família. Um e outro concorrem para o encarecimento da vida, para as dificuldades do comércio entre os povos, para as restrições da importação e da exportação, para o empobrecimento de muitos países, para o abandono da agricultura, para a superpovoação dos grandes centros, para a desordem social e para a decomposição moral da sociedade.

O problema do Homem, como trabalhador, está intimamente ligado ao problema econômico do seu país. E êsse problema nacional jamais poderá ser resolvido, enquanto o Trabalho e o Capital continuarem a se empenhar numa luta em que ambos morrerão; aquêle exigindo sucessivos aumentos de salário (e é preciso fazer justiça ao desespêro de tantas famílias atormentadas pelo aumento constante dos preços dos generos de primeira necessidade), e êste, o Capital, só cogitando da política do lucro e (verdade se diga) muitas vêzes oprimido por erros governamentais danosos à economia nacional.

A demagogia socialista entrou na legislação de muitos países e, longe de melhorar a situação dos trabalhadores, agravou-a pela queda da produ-

ção, pelo encarecimento dos produtos exportáveis, pela conseqüente impossibilidade de importação, que se traduz em desaparelhamento do maquinário, em ausência de mecanização da lavoura, em declínio da qualidade dos produtos destinados aos mercados interno e externo, em progressivo encarecimento da vida.

A cooperação harmoniosa entre empregadores e empregados vai desaparecendo, dia a dia, por fôrça dessa demagogia socialista, com desânimo daqueles e graves prejuízos dêstes. Os governos de índole socialista estimularam a animosidade entre os elementos fundamentais da produção; por outro lado, tornaram-se concorrentes da indústria e do comércio legítimos, e o Estado desceu da sua dignidade de magistrado e de supervisor, para se fazer chefe de emprêsas e de firmas comerciais. Foi assim que a Inglaterra caminhou para o empobrecimento, durante a vigência do Partido Trabalhista; será assim que se empobrecerão as Nações, mesmo as ainda jovens, onde tudo está a pedir os impulsos da iniciativa particular.

*

* *

Como poderemos melhorar a sorte dos trabalhadores, se não melhorarmos as condições da Nação a que êles pertencem? E como melhorar as condições da Nação, se não houver, antes de tudo, e acima de tudo, o espírito do grupo nacional, animado pela mística da Pátria? E como pode haver mística da Pátria, em corações onde não haja, como fundamento de todos os ideais superiores, a crença em Deus e nos destinos superiores do Homem?

Pois enquanto empregadores e empregados forem materialistas e não formarem de si mesmos um conceito mais alto — o próprio conceito do Homem Integral (ser físico e espiritual, corpo e alma), iluminado pela nobreza advinda de sua origem e de seu destino, não haverá noção de deveres recíprocos, e não existindo esta, impossível será tôda cooperação pelo engrandecimento do Grupo Nacional de cuja prosperidade decorrem benefícios para todos.

O mundo está morrendo do mal da unilateralidade e sòmente se salvará quando o Homem possuir uma consciência perfeita do seu próprio ser e uma concepção integral do mundo e da vida (1).

---

(1) — Ler, sôbre o mesmo assunto, o capítulo "Concepção integralista do trabalho", em **"Palavras Novas dos Tempos Novos"**, Vol. VII de "Obras completas", Editora das Américas.

DOUTRINA E PROGRAMA

SÃO coisas absolutamente diversas: "doutrina" e "programa".

A palavra "doutrina" procede do latim (doctrina) e significa o ensino do mestre, ou doutor (doctor), conforme a acepção que encontramos em Ovídio e, mais precisamente em Juvenal, que liga a idéia de doctor à existência do discípulo.

"Doutrina é um conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico", dizem os dicionários mais em voga em nossa língua. E, assim dizendo, os nossos léxicos distinguem os dois têrmos: "princípio" e "sistema".

De fato, um princípio é uma opinião tida como verdadeira. Um conjunto de princípios, ou verdades, entre si coordenadas e subordinadas umas às outras, tôdas relativas ao mesmo objeto (conforme ensina Mercier) constitui um sistema.

A própria doutrina, portanto, pode-se distinguir do sistema, sendo aquela um conjunto de verdades e êste um conjunto de verdades coordenadas e subordinadas entre si, exprimindo-se em conexão lógica.

A palavra "programa", entretanto, quer dizer outra coisa, bem diversa da palavra "doutrina". A sua origem vem do grego ("pro" e "graphein"), significando algo que se escreve com antecedência. É uma espécie de sumário, ou de índice, para dar os pormenores de uma cerimônia, de uma festa, dos pontos a serem ensinados num curso, ou a exposição suscinta que um partido faz, ou dos seus princípios, ou dos caminhos que pretende seguir para

atingir a concretização prática dos princípios que em outro documento foram expostos.

Uma doutrina, por conseguinte, tem caráter estável, permanente, ao passo que um programa, mesmo pretendendo constituir a efetivação prática de uma doutrina, tem caráter mudável. E êsse caráter mudável dos programas em relação ao caráter estável das doutrinas, vem do fato de se verificar, a meudo, pela experiência, que um programa, que se julgou, em dado momento, o mais adequado à realização da doutrina, deixou de ser, por qualquer motivo, o programa preferido.

Nesse caso, a doutrina (conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico) não mudou; o que mudou foi o programa.

Eu posso, por conseguinte, tendo mudado de programa, não ter mudado de doutrina. Afirmando que adoto a mesma doutrina, posso declarar que já não adoto o mesmo programa, por julgá-lo inexequível, ou defeituoso, ou mesmo errado e até em contradição com a doutrina, que não abandonei, e para a qual procurei um novo programa.

Por exemplo: proclamei ontem que a fonte da soberania nacional manifesta-se pela legítima representação do povo nas urnas, de acôrdo com (suponhamos) os ensinamentos naturalistas de Rousseau, ou de conformidade com as lições espiritualistas de Suarez. Aí está um "princípio", que faz parte de uma "doutrina". Êsse princípio, eu continuo a proclamar, pois minha doutrina não mudou. Entretanto, também ontem, num programa que julguei o instrumento mais adequado à efetivação daquele princípio, eu propuz, ou programei (pro-graphein) que essa representação do povo se fizesse por meio da sua categorização em

classes e a manifestação de cada classe pelo voto (representação classista). Mas acontece que, no decurso dêstes últimos dez anos, por incuria dos governos, todos os órgãos de classe (sindicatos e associações) ficaram controlados pelos comunistas. Eu, então, vejo que se fôr aplicada aquela idéia "programática" da representação de classes, sem se tomarem certas providências, antecipadamente, no sentido de impedir o domínio do bolchevismo nos órgãos de classe, os comunistas se apoderam do parlamento, destróem a democracia, implantam o fascismo russo. Ora, diante dessa verificação, sou forçado a concluir que o meu "programa" de ontem iria concorrer para que o meu "princípio" fôsse contrariado. Qual é o meu princípio? O da representação legítima do povo. Êsse está de pé. Por conseguinte, posso dizer: não mudei de doutrina, mas mudei de programa. Se eu mudasse de doutrina, não seria democrático. Porque a minha doutrina visa realizar a verdadeira democracia ("demo"-povo; kratia-govêrno: govêrno do povo).

*
* *

Doutrina é um conjunto de princípios.

Programa é um sumário, um índice de meios.

Quando um partido não possui um documento doutrinário, ou uma literatura que contenha os seus princípios, nesse caso o seu "programa" conterá, implícita, ou explìcitamente, o que poderemos chamar (ainda que com impropriedade) a sua doutrina. Pode-se dar o caso, também, de um partido, em documentos para o povo, incluir em exposições de caráter essencialmente doutrinário, sugestões de "meios" constantes do seu programa.

Mas o que, à primeira vista, ressalta aos olhos é a distinção das "matérias de doutrina" das "matérias de programa", embora em alguma ocasião, essas matérias venham juntas.

Para se compreender essa diferença, podemos utilizar-nos do velho Aristóteles, quando distingue "substância" e "acidentes". Para o Stagirita, "substância" é o que existe por si mesmo. Tudo quanto não se pode conceber sem dependência de um ser pressuposto, é "acidente".

"Queremos naturalmente saber", escreve Aristóteles, "se cada um dêstes têrmos: andar, passar bem, assentar-se, deve chamar-se ser ou não ser". A realidade dêsses diversos atos pode substituir-se por outras realidades, até contrárias como não andar, não passar bem, ficar de pé. Mas o ser substancial (o que anda ou não anda, senta-se ou não se senta, procede de um modo ou de outro modo) êsse é o verdadeiro "ser".

É essa substância que nos importa conhecer, para formarmos um juízo exato do verdadeiro ser. Pois se julgarmos o ser substancial pelos "acidentais", não teremos nenhuma idéia precisa sôbre o mesmo.

Aplicando o pensamento de Aristóteles à tese que aqui desenvolvo, faço distinção entre "doutrina" e "programa", dizendo que aquela é substancial e que êste é acidental. Um programa (ser acidental) não pode existir sem uma doutrina (ser substancial); mas ao contrário, uma doutrina, pela sua substancialidade, pode pre-existir, co-existir e subsistir em relação a um ou mais programas.

Do mesmo modo como o homem, andando ou parando, comendo ou jejuando, adormecido ou acordado, sendo médico ou advogado, sendo comu-

nista ou democrata, é sempre o mesmo homem, o qual deve ser conhecido pelo que é substancialmente, e não pelo que representa acidentalmente, também uma doutrina deve ser conhecida pelo que é em si mesma e não pelo programa que um dia tomou e que depois rejeitou ou substituiu.

Pois se adotarmos outro critério no julgamento, tomando como doutrina pontos de programa, teremos caído no êrro dos filósofos fenomenistas, que a partir de Hume, com Stuart Mill, Spencer, Wundt, Paulsen, Comte e outros, os quais para destruir a doutrina católica baseada na metafísica, como esta no substancialismo, não quiseram fazer a distinção aristotélica entre o "substancial" e o "acidental".

Isto posto, pergunto: o que é substancial em mim, como doutrinador político, ou como fundador de uma filosofia política em meu país: a minha doutrina, ou os meus programas?

Evidente que o substancial é a minha doutrina. Cumpre, pois, para que alguém me julgue, conhecer dela. Que doutrina é essa?

*
* *

Vou resumir, em poucas linhas, a doutrina que prègo, que prèguei e que, se deixar de prègar, é porque me terei passado para o campo dos anti-democráticos, dos adversários não apenas da Constituição Brasileira vigente, no que ela tem de substancial, como até mesmo dos negadores do direito natural.

Essa doutrina, que sustentei na elaboração da Carta dos Direitos e Deveres do Homem construída sob os auspícios do Vaticano, pelas Conversações

Católicas Internacionais de San Sebastian; essa doutrina que se encontra em todos os Documentos Oficiais do Integralismo Brasileiro, desde 1932 a 1937 e desde 1938 a 1948, resume-se no seguinte:

1.º) — O Homem é um ser criado à imagem e semelhança de Deus, que lhe assinalou um destino sobrenatural, outorgando-lhe a liberdade, da qual decorre a sua responsabilidade e mediante cujo exercício, o Homem procura atingir fins temporais, objetivando o seu fim eterno.

2.º) — Em conseqüência, deve ser assegurada à pessoa humana a intangibilidade e a dignidade que decorrem da sua liberdade e da sua responsabilidade.

3.º) — Dessa intangibilidade, dignidade e liberdade, participam os grupos naturais, por serem associações de homens e porque, de certa forma, constituem projeções do Homem no Espaço e no Tempo. Êsses grupos são a Família, a Associação de Trabalhadores, o Município, a Nação, a Sociedade Religiosa.

4.º) — A propriedade, como resultado do trabalho humano, participa da intangibilidade do Homem, devendo o seu direito ser assegurado.

5.º) — A Nação, sendo um conjunto de Municípios, de Associações de Trabalhadores, de Famílias e de Homens livres, vai buscar os fundamentos da sua Soberania no próprio princípio da intangibilidade, da dignidade e da liberdade do Homem.

6.º) — Êsses elementos componentes da Nação

devem representar-se como expressão de soberania, por meio do melhor sistema eleitoral adequado às circunstâncias históricas e às realidades sociais ocorrentes.

7.º) — A Nação soberana cria o Estado, mas não pode ser confundida com êle, como quer o nacional socialismo (nazismo) ou o internacional-socialismo (comunismo, ou nazismo russo).

8.º) — O Estado, ordenamento jurídico da Nação, não pode ser um fim em si mesmo, pois êle é apenas um meio de segurança coletiva, de garantia a liberdades legítimas e de expressão internacional.

9.º) O Estado deve assegurar a liberdade de religião, de pensamento, de reunião, de associação, de propaganda política, apenas intervindo quando se processarem movimentos tendentes a destruir essa mesma liberdade.

10.º) — O Estado deve assegurar a iniciativa privada e a liberdade de comércio e de produção, apenas intervindo quando indivíduos, ou grupos de indivíduos, impedirem o livre funcionamento das atividades econômicas, pela prática de intervenções ilícitas, como as condenadas pelas Encíclicas Rerum Novarum e Quadragésimo Ano.

11.º) — A Tradição Nacional deve ser a base moral da própria personalidade da Pátria consciente do seu passado, dos deveres do seu presente e dos objetivos do seu futuro.

12.º) — A moralidade privada ou pública deve

basear-se em fundamentos religiosos. Por motivos da fé num Deus Criador e Pai, os homens devem considerar-se irmãos, procurando viver em harmonia e combatendo tôda idéia de luta de classes, de raças ou de regiões geográficas.

13.°) — A diferenciação das comunidades políticas na unidade humana é uma realidade histórica e natural, desejada por Deus, como desejou a diferenciação de cada personalidade humana. Sustentar, pois o culto da Pátria-Nação, é dever de todos os filhos de um mesmo país oriundos da mesma História.

14.°) — A vida temporal dos Homens e dos Povos é um meio, cujo fim está na sobrenaturalidade do seu destino. O Homem é a base da Sociedade e Deus é o seu comêço e o seu fim último.

Essa é a minha doutrina. Essa, prèguei ontem, prègo hoje, prègarei amanhã. É por ela que devo ser examinado e julgado. Ha vinte e cinco anos, prègo essa doutrina.

*
* *

A prova de que a minha doutrina não é totalitária está na carta que mandei ao Presidente Getúlio Vargas, rejeitando o cargo de Ministro que êle me oferecia. Nessa carta, eu narro tudo quanto se passou quando o referido Presidente Vargas mandou o Dr. Campos entregar-me o projeto datilografado da Constituição que êle depois outorgou em golpe de Estado. Eu rejeitei aquela Constituição justamente por ser totalitária. Não participei do golpe de Estado. Fui perseguido, prêso, exilado por

isso. Uni-me a democratas como Otavio Mangabeira, Flores da Cunha, generais Castro Junior, Euclides Figueiredo e outros, no intuito de restaurar a Carta Constitucional de 1934. Tudo isso é sabido, tenho afirmado muitas vêzes e nunca fui desmentido.

Muitos há que me querem julgar pelas exterioridades do Partido Integralista. Êsse partido usou uma camisa-verde, justamente para se opor aos camisas-cáqui alemães, sendo por isso atacado pelos jornais nazistas. Eu mesmo escrevi um artigo, em 1935, combatendo o nazismo. Tudo isso demonstra que éramos espiritualistas e democráticos.

A propaganda que se fêz, no intuito de me desfigurar e desfigurar a minha doutrina foi por ordem do Comintern. Essa ordem veio para o Brasil, em 1934, enviada por Vitor Gruau, da Rua de L'Echaudé, 14, Paris. Nessa ordem, havia a diretiva a todos os comunistas da imprensa, para que me acusassem e acusassem o Integralismo como nazista.

Até hoje, todos os comunistas e cripto-comunistas batem na mesma tecla.

A MINHA DOUTRINA

A minha orientação filosófica baseia-se na concepção do Homem Integral, expressão essa que se tornou necessária para se compreender simplesmente o Homem, em face das diminuições e deturpações a que tem sido sujeito o substantivo que designa o ser Humano.

Assim, ao conceito unilateral do Liberalismo que toma o Homem apenas sob o aspecto cívico e ao conceito Socialista que considera o Homem apenas sob o aspecto econômico eu oponho a concepção do Homem completo, íntegro, isto é, que contém em si o ente-cívico, o ente-econômico e ainda, e sobretudo o ente-espiritual. Deduzo, daí, que o Homem nutre aspirações e objetiva interêsses políticos, econômicos e religiosos.

Acêrca dessa concepção do Homem Integral ou simplesmente do Homem tenho desenvolvido minha Doutrina, desde o manifesto de Outubro de 1932, podendo mesmo dizer que tais idéias precederam a minha ação social e política nos livros e documentos a que dei publicidade a partir de 1926 com o romance "O Estrangeiro". Ainda agora no meu livro "Direitos e Deveres do Homem" demorome na exposição da minha Doutrina da qual faço o resumo, porventura o mais completo. Tomando assim o Homem na sua integridade, faço dêle a base de tôda a construção social. Considero como o mais precioso dos dons da criatura humana a sua liberdade, combatendo tôdas as Doutrinas que a pretexto de sustentar um daqueles aspectos unilaterais a que há pouco me referi, ferem a principal

prerrogativa do Rei da Criação. Parto da firme convicção religiosa de que o Homem foi criado à imagem e semelhança de Deus; por conseguinte sendo Deus livre e fazendo o Homem à sua imagem e semelhança, fê-lo naturalmente livre. Mas Deus criou o Homem para algum fim. Decorre forçosamente, dêsse fato, o dever do Homem no sentido de procurar atingir êsse fim. Para atingir êsse fim o Homem necessita ser livre. Qualquer impedimento à sua liberdade deve ser combatido. Nem o Estado, nem certos grupos de sociedade podem, sem transgredir as leis eternas, criar condições que impeçam o Homem de procurar livremente o fim para o qual foi criado. O Homem é livre e como conseqüência tudo o que representa as suas projeções no Espaço e no Tempo há de forçosamente participar de sua liberdade.

As projeções do Homem no Espaço e no Tempo são os grupos naturais e as instituições que garantem materialmente a manutenção do Homem e dos grupos naturais na plenitude de sua liberdade.

O primeiro dos grupos naturais é a Família, essa pequena República onde o Homem exercita o magistério da sua dignidade e da sua responsabilidade; tudo, pois, que contribua para destruição da Família é por mim combatido.

No entanto, para manter-se e manter sua Família o Homem necessita de meios materiais que conquista pelo seu trabalho. O trabalho do Homem, portanto, tem de ser livre e remunerado de acôrdo com as suas responsabilidades e necessidades pessoais e familiais. Para garantir essa liberdade e essa justa retribuição, o Homem une-se a outros homens nas associações do trabalho as quais, lògicamente, devem ser livres no exercício de seus direitos e no cumprimento dos seus deveres, que jamais devem assumir aspectos anti-sociais e destruidores das próprias liberdades.

Pelo trabalho remunerado com justiça, o Homem adquire propriedades que se tornam base física das garantias de Liberdade de sua Família e de si próprio. Por conseguinte, sustento o princípio da propriedade, contra os objetivos socialistas da estatização dos bens ou dos meios de produção.

Ocorre, ainda, que as Pessoas Humanas, as Famílias, as Propriedades e os Grupos de Trabalho se encontram em algum ponto do território de um País, o que cria interêsses comuns de outra natureza; é o Município, o qual participa da autonomia dos Grupos e das Pessoas que o constituem. Essa, a razão pela qual me bato pelo Municipalismo, pelo fortalecimento dessa célula da Nacionalidade pretendendo que se lhe confiram os meios financeiros para que seja êle verdadeiramente autônomo, e não fique subordinado aos caprichos dos governantes dos Estados.

Finalmente, todos êsses têrmos: O Homem, a Família, as Propriedades, os Grupos de trabalho, os Municípios, formam a Nação. A Nação é, para mim, o Grupo Natural que sintetisa todos os outros, e que, portanto, participa das liberdades de cada elemento que a compõe. Daí decorre o princípio da Soberania Nacional, da independência da Pátria, as quais não devem nem podem subordinar-se nem ao arbítrio de grupos que nela se formem como quistos nem — muito menos — a influência ou dominação de outras Nações imperialistas muitas vêzes disfarçadas pela pregação de doutrinas políticas, como é o caso da Rússia Soviética.

Sobrepairando a todos os Grupos Naturais

existe aquêle que diz respeito direto ao fim último do Homem: é a Sociedade Religiosa, cuja liberdade só não é mantida nos Países onde impera o totalitarismo absorvente do Estado, como foi o caso do nazismo e presentemente da Rússia e dos Países satélites onde assistimos às mais violentas perseguições a todos os credos religiosos.

Dentro dêsses conceitos é fácil dizer como considero a situação atual do Brasil. Entendo que não estamos estruturalmente organizados de sorte a não, apenas, sustentar a liberdade do Homem e dos Grupos Naturais mas ainda, e principalmente, evitar que a nossa Pátria caia na desgraça de ver abolidas aquelas liberdades sob o pretexto de um socialismo materialista. O Homem brasileiro, enfermo, sem assistência; o seu Trabalho sem estímulo, pois invertem grandes somas em edifícios suntuários, avenidas magníficas, belos confortos nas grandes cidades, ao passo que a nossa produção proporcionalmente, cai por falta de auxílio, de crédito, financiamento e assistência técnica aos nossos lavradores; a obra educacional de nosso povo é por assim dizer nula pois no Brasil entende-se que basta alfabetizar ou dar instrução secundária ou superior, sem que se forme a consciência das realidades e das necessidades que constituem a verdadeira cultura.

Vemos as Famílias dia a dia se dissolverem por imperativos econômicos ou pela influência nefasta de uma propaganda totalitária de desmoralização dos costumes.

Vemos os Municípios com uma renda reduzidíssima que corresponde a 5 por cento do total arrecadado pelo Moloch dos Estados e da União.

Vemos a liberdade dos maus e a coação dos bons; o domínio dos aventureiros, a geral desmoralização administrativa, o império da negociata e da gorjeta.

Vemos a Nação enfraquecer-se, definhar sob as aparências de um progresso brilhante.

Douramos com a purpurina de um cabotinismo inconsciente a lata que pretendemos fazer passar por ouro maciço. A par de tudo, a desorientação política, a ineficiência e incapacidade dos partidos na pretendida prática da democracia.

E todo êste quadro me convence de que a Doutrina que prègo é verdadeira e só por ela poderemos construir um grande Brasil onde um Povo saudável e produtivo realize a perfeita liberdade do Homem.

EXAME DE CONSCIÊNCIA

NA solidão da noite, quando me sinto isolado em face de Deus, ouvindo os vagos rumores dos bondes e dos automóveis a cortar o silêncio, ponho-me a dialogar comigo mesmo e a dirigir-me perguntas que dificilmente posso responder.

As janelas do meu pequeno escritório são as únicas iluminadas no bairro a estas horas altas; através dos seus retângulos, contemplo a imagem do Cristo do Corcovado, que adquire suave transparência no ar fino e, sôbre o pedestal negro da montanha sem relêvo no fundo também negro do firmamento, parece estar suspenso, no meio das estrêlas.

Aqui dentro, sôbre a estante e em frente à minha mesa de trabalho, aquela imagem se repete, de braços abertos, a túnica branca, o doce olhar cheio de bondade e de verdade. Ao meu lado direito, como um estandarte, o mapa do Brasil, êsse mapa que me acompanha há tantos anos e que foi meu amigo e confidente em noites como esta, nos tempos do Exílio.

Os livros que me rodeiam são mudas testemunhas desta melancolia que me invade. As gravuras antigas apresentam-me as fisionomias paradas de heróis da história da minha Pátria. Dir-se-ia que me olham, a dizer-me qualquer coisa, algo tão misterioso que só o meu coração entende, sem que a inteligência possa traduzir em forma de pensamento. Ali está o Senhor Dom Pedro Segundo, numa litografia de 1850, o olhar tranqüilo e sereno;

aqui próximo, Gonçalves Dias, as pupilas a exprimir o sentido profético do Canto do Piaga, tão oportuno nesta época de trágicos augúrios; mais além Dom João VI, o fundador da Nação Brasileira, com aquêle ar em que Mr. Strangford via tanta sagacidade; tem-se a impressão de que conversa com Dom Pedro Primeiro, fardado de azul e dragonas douradas, na parede fronteira.

É o Passado do Brasil que tenho a meu redor e que me fala pelo idioma do silêncio, a esta hora morta.

O papel branco mostra-me as suas pautas. O respeito ao sono alheio impede-me de bater o teclado da máquina. A caneta entre os dedos, acendo o meu cigarro. Medito. As perguntas afloram ao meu espírito.

*

* *

Ninguém pode faltar com a verdade a si mesmo. O pior criminoso não poderá mentir à sua própria consciência. Os juízes do mundo é possível que se enganem, porque julgam sôbre provas produzidas, sempre relativas em face do Absoluto inatingível. Os amigos cometerão erros usando da medida da simpatia, e os inimigos, mesmo os que se têm por honestos, guiar-se-ão pelos fatais enganos a que os conduzem os ódios preconcebidos. Mas o homem diante de si mesmo, o homem sòzinho, a sentir no silêncio a presença de Deus, êsse não se engana.

Não há juiz mais justiceiro do que o homem quando a si mesmo se analisa. Cada palavra falada ou escrita, cada atitude, cada gesto, cada ato em que se exprimiu durante o dia ou nos dias do seu

passado, aparecem-lhe na exata significação e com tôda a fôrça das suas conseqüências.

Em meio aos seus semelhantes, no convívio social e nas relações da vida pública, o homem perverso pode utilizar-se da mentira ou do sofisma. Porém, mesmo que seja honesto, terá de valer-se do instrumental da argumentação a que damos o nome de lógica.

A relatividade da lógica manifesta-se no seu próprio objetivo: demonstrar a verdade. Pois demonstrar significa transmitir a outrem; numa palavra, tornar evidente o que não era acessível a uma pessoa em relação a outra. Por conseguinte, a lógica é processo de esclarecimento, uma norma destinada a dar evidencia ao que não era evidente por si mesmo.

A verdade absoluta, portanto, transcende da lógica. Não preciso de um silogismo para retirar a minha mão do fogo ou para acreditar que o fogo queima. Assim é o homem quando conversa consigo mesmo. Êle sabe quando andou mal ou quando andou bem. A consciência do homem é a realidade de Deus em que o homem se contempla como num espelho. Mais do que num espelho, porque êste precisa da lógica para demonstrar a sua fidelidade e exatidão. O homem se contempla em si mesmo. Não pode iludir-se. Porque sabe o que é, o que faz, conhece — como ninguém mais no mundo — o valor e significação dos seus atos.

Face a face consigo próprio, o homem mesmo que não o queira, é sincero.

O silêncio da noite é a hora sagrada dos supremos julgamentos. E, por êsses julgamentos é que o homem adquire o equilíbrio com que se pode manter moralmente de pé no dia seguinte.

*

* *

Nesse exame de consciência que repito tôdas as noites, cuido mais de me observar do que observar aos outros. Mas em certas ocasiões, para melhor nos analisarmos, precisamos refletir, precisamos pensar em Deus com respeito. Então é que surgem certas perguntas. Sim; certas perguntas, como estas que se levantam e me rodeiam, aguardando a minha resposta.

Ninguém poderá responder por mim, ninguém poderá nem me defender nem me acusar. Sou eu mesmo quem interroga. Sou eu mesmo quem responde.

O homem que está em mim, pergunta ao homem que eu sou:

— Que fizeste, para que haja tantos que te odeiam?

— Preguei uma doutrina, respondo. Tenho pregado sempre essa doutrina.

O homem que reside em mim reinquire:

— Julgas que essa doutrina é um bem ou um mal?

— Julgo-a um bem.

E é aí que começo a examinar detidamente tudo quanto ensino, há tantos anos.

— Em que se resume essa doutrina?

— Crer em Deus. Crer na existência da alma humana, na sua responsabilidade. Sustentar o princípio da Família, dos direitos do Trabalho, da legitimidade da propriedade. Defender a liberdade humana contra tudo o que a ameaça: a prepotência dos grupos econômicos; o arbítrio do Estado; a doutrina do socialismo, que tudo quer coletivisar; a perversidade dos maus; as ameaças físicas e morais por parte de governos inócuos ou de indivíduos sem coração. Garantir as diferenciações naturais nas disposições da lei positiva: a Pessoa Humana intangível, a Família autônoma, a Nação livre e soberana. Em referência ao Brasil, trabalhar pelo seu engrandecimento espiritual, moral, social, político e econômico. Para que êsse engrandecimento se realize, procurar as fôrças necessárias na Tradição da Pátria. Por conseguinte, enaltecer os heróis nacionais e rememorar com fervor os acontecimentos do nosso Passado. E, para que não seja violentada a personalidade da Pátria, em que se refletem os caracteres comuns das pessoas diferenciadas por caracteres próprios, não me canso de dizer que é preciso cultivar a nossa brasilidade, isto é, tudo o que seja essencialmente brasileiro em nossos costumes, em nossas artes, em nossa vida familiar e social. Eis o que ensino há longos anos e que posso resumir nesta frase: um Brasil cristão, independente, próspero e respeitado, dentro do qual vivam os brasileiros livres e dignos de almas alimentadas pelas virtudes hauridas no Evangelho.

*

* *

O homem tranqüiliza o homem no silêncio da noite, em face de Deus:

— Nessa doutrina não há mal. Não é possível que, em razão dela, os bons te detestem. Podes continuar a pregá-la. No entanto dize-me sinceramente: que espécie de Estado pretendes seja vigorante para facultar aos teus patrícios os meios de viver segundo os princípios da tua doutrina? Bem sabes que a efetivação prática de um pensa-

mento pode desviar-se dêsse pensamento ou torná--lo inexequível...

O homem responde ao homem dentro de mim:

— O Estado que proponho é um instrumento de defesa das liberdades humanas e da integridade nacional onde as liberdades legítimas se expandem e os direitos naturais do Ser Humano se asseguram. Ensino que a Nação não é a pasta amorfa dessa coisa inconsciente que os materialistas chamaram "massa", porém, ao contrário, é o conjunto de pessoas livres e conscientes, categorizadas segundo a hierarquia das respectivas funções e compondo a expressão orgânica da coletividade em benefício das personalidades intangíveis. A Nação dessa maneira consciente, engendra o Estado; e o Estado é o mantenedor dos equilíbrios econômicos, sociais, políticos, visando a justiça e a moralidade que aproveitam a todos e a cada um dos componentes da comunidade nacional. Por êsse motivo, ao Estado cumpre zelar pela manutenção da essencialidade das formas sociais que o produziram e que exprimem os anelos legítimos de cada pessoa. Mas o cumprimento do dever do Estado não se efetiva se não se estabelecerem os princípios fundamentais dos direitos do Estado, como garantia dos princípios fundamentais dos direitos do Homem. O Estado deve, portanto, ser suficiente e eficiente para defender-se, a fim de que possa defender a Nação e as Pessoas Humanas que compõem a Nação. Seria absurdo que, sendo o Homem capaz, o Estado por êle produzido fôsse incapaz de assegurar o exercício das capacidades individuais legítimas. Contra os indivíduos poderosos ou perversos, ou contra os grupos de indivíduos prepotentes e despóticos, organizados em agremiações econômicas (capitalismo) e em associações políticas opressivas (socialismo totalitário), o Estado precisa possuir meios de manter a harmonia e o equilíbrio de uma sociedade cristã. E a sua primeira obrigação é defender a integridade de suas estruturas substanciais, orientando o ordenamento jurídico das formas acidentais sujeitas às circuntâncias das transformações históricas. O Estado terá, principalmente, de lutar contra si mesmo, isto é, contra o perigo da sua própria expansão no sentido do gigantismo estatista. Pois, ainda que pareça um absurdo, não podemos fugir desta verdade paradoxal: o estatismo totalitário, ou seja, a hipertrofia do Estado, não passa, em última análise, da própria destruição do Estado. À proporção que o Estado cresce, abrangendo e assimilando tôdas as atividades individuais e grupais, êle se vai confundindo com a Nação e esta vai perdendo o caráter de comunidade representativa das singularidades pessoais e das peculiaridades grupais. O Estado só vive como "outorgado", recebendo mandato do povo consciente. Se o Estado se torna, ao mesmo tempo, "outorgante" e "outorgado", êle se desconfigura jurìdicamente e perde a sua expressão "de direito", lògicamente o fundamento da sua própria existência. O Estado, pois, que preconizo, na minha doutrina, é o Estado suficientemente forte para se defender de si próprio, do seu arbítrio suicida, e para manter a integridade da Nação e a sua própria, isto é, os lineamentos essenciais do sistema que êle representa, contra os abusos econômicos ou políticos de interferentes destruidores. Sou contra a concepção dos dois totalitarismos: o socialista (nazismo, comunismo) que destróem o Estado por hipertrofia, e o liberalista, que destrói o Estado por inanição e raquitismo.

*
* *

No fundo da minha consciência, ouvindo a exposição que a si mesmo se faz, o homem responde ao homem:

— Nenhum espírito honesto e justiceiro pode condenar essa tua doutrina do Estado, nem há motivo para que alguém te odeie por pregares tais princípios, pelos quais procuras garantir a liberdade e os direitos fundamentais da criatura humana.

— No entanto (replico) muitos são os que me odeiam. Porque motivo? Que teria eu feito de mal? Que proposição execrável terei exposto, para que tantos se levantem contra mim?

— Examina-te e verifica se, por excesso de zêlo a defender a causa que esposas, ofendeste a alguém ou a alguns, usando de ataques pessoais; relê minuciosamente o que escreveste ou disseste.

No silêncio profundo da noite, rememoro tôda a minha ação de escritor e de jornalista durante quase trinta anos. Jamais, em tempo algum, em nenhum escrito, em nenhum discurso, feri pessoalmente a quem quer que seja. Nunca dei curso a acusações desonrosas contra qualquer pessoa, mesmo quando indícios veementes ou provas irrecusáveis me autorizassem a isso. Nunca injuriei os meus semelhantes com adjetivos deprimentes, epítetos desprimorosos, apelidos humilhadores, tendentes a expor os que se têm por meus inimigos ao desprezo público, e ainda mesmo quando êstes usam de tais armas contra mim. Ainda quando a polemizar, jamais ultrapassei os limites impostos pela caridade cristã. Sempre respeitei os meus contraditores, a sua humana sensibilidade. Aos mais

calmos, tenho respondido com palavras serenas; aos desorientados por um ódio misterioso como o mistério das suas almas, tenho respondido com o meu silêncio. Quase trinta anos de trabalho pela imprensa e pelo livro, não são vinte e sete dias; e, durante tão largo período da minha vida, nunca desci a agressões pessoais contra qualquer pessoa. Nesses trinta anos, escrevi regularmente, primeiro no "Correio Paulistano", depois em "A Razão", de São Paulo, e mais tarde em "A Ofensiva", do Rio. Colaborei na "Revista do Brasil", na "Novíssima", que se editavam na Capital Bandeirante; no "Diário de Notícias", de Pôrto Alegre; no "Dia", de Curitiba; em "O País", do Rio; na "Revista da Academia Paulista de Letras", de São Paulo; nas revistas "Panorama" e "Anauê" e em dezenas de diários e semanários dos tempos da Ação Integralista Brasileira, e, nos últimos anos, além de quanto escrevi nos jornais portuguêses "Novidades", "A Voz", "Diário de Notícias", "Jornal do Comércio" e outros, venho colaborando semanalmente (após meu regresso do Exílio) em "Idade Nova" e posteriormente em "A Marcha". As coleções podem ser examinadas. Não se encontrará, de minha parte, uma linha siquer de ataques pessoais. Quanto aos livros que publiquei, em número de algumas dezenas, cujas tiragens já atingiram cêrca de um milhão de exemplares, sendo portanto bem conhecidos, nêles não se encontrará uma linha, uma palavra de desprezo ou agressão a nenhuma pessoa. Por conseguinte, não foi também em razão do que escrevi e publiquei que houve homens que se mostraram tão coléricos e cruéis contra mim.

*
* *

Comovidamente, o homem pergunta ao homem, dentro do meu coração:

— Se a tua doutrina é honesta, e visa o Bem, e vivifica-se no amor de Deus, do teu Próximo, da tua Pátria; se, em conseqüência dos princípios que proclamas, queres a liberdade e dignidade dos brasileiros e das suas famílias, a grandeza e a majestade da Nação a que pertences; e se, no apostolado a que te entregas, nunca fizeste ataques pessoais, então por quê não examinas, não já em ti, mas nos outros, as causas do ódio que te votam? A tua consciência está tranqüila e (uma vez que ainda que queiras, não mentirás a ti mesmo) podes te apresentar, assim como estás, neste momento, à face do Supremo Julgador. Mas, por isso mesmo (e atenta bem para o que te digo) podes tornar-te motivo de perdição aos que te fazem injustiça. Todo homem, por mais ínfimo que seja, e até mesmo sendo um vil merecedor dos castigos do Céu, representa, se é vítima de injustiça, aquêle que, no dizer do profeta Simeão, veio para a salvação de uns e perdição de outros. Ajuda, pois, com espírito de caridade, aos que te fazem injustiça. Pede ao Cristo que te inspire e te infunda fôrça à tua miserável fraqueza, e procura, com serenidade, as causas de tantos aparentemente inexplicáveis rancores que te agridem. Precisas salvar, os que te odeiam, dos crimes que cometem contra o homem, que está em ti, como também nêles está, irremovìvelmente. Existem enfermidades sociais piores do que a lepra. Elas obliteram todo entendimento e, em razão delas, o mundo está cheio de agitados e desesperados. Ama os teus inimigos, porque são teus irmãos e sofrem até mesmo, e principalmente, quando se enfurecem contra ti. Mostra-lhes os males de que estão sendo vítimas e procura atraí-los, com simpatia humana, para um mundo melhor...

*

*   *

No silêncio da noite, na minha solidão diante de Deus eterno e justo; tendo ao meu lado o mapa do Brasil, em frente a imagem de Cristo como réplica da outra que fulgura, ao fundo do horizonte, no alto do Corcovado; e, contemplando estas gravuras antigas, em que parecem falar os heróis da nossa História, sinto o dever de procurar, nos males do nosso tempo, as origens dos ódios surdos, que entenebrecem os semblantes e explodem em palavras agressivas. É dever de amor por meus patrícios, o último recurso, para que eu possa dizer um dia, perante o Tribunal Eterno, onde a Verdade transcende da lógica e de todos os raciocínios humanos: — Senhor, fiz tudo quanto podia, para vos bem servir, servindo a minha Pátria e ao meu Povo.

CARATER DEMOCRÁTICO DO INTEGRALISMO

MUITO se tem querido comparar o Integralismo com o Comunismo, quando se fala na necessidade da Democracia defender-se contra os perigos do Liberalismo, que abre as portas aos totalitários da Direita ou da Esquerda.

Nada mais errado por irrefletido e discorde com a verdade histórica.

Assim, vejamos.

Em 1934, o Brasil teve a sua Constituição, conquistada com o sangue dos revolucionários paulistas e com os clamores de todo o povo brasileiro, ansioso pela volta do país ao regime legal. Na vigência dessa Constituição e da Lei Eleitoral que regulava o funcionamento dos partidos políticos, verificou-se o seguinte:

1.º) — A Ação Integralista Brasileira requereu ao Superior Tribunal Eleitoral o seu registo como partido político, o qual registo foi-lhe concedido, depois de examinados os documentos doutrinários e programáticos do Integralismo, os quais foram julgados perfeitamente democráticos e constitucionais;

2.º) — O Partido Comunista nunca foi registado nem jamais teve seu funcionamento consentido pelas leis, pela Magistratura Eleitoral, pela Polícia.

Dêsses dois fatos se conclui que o Integralismo, representado pela Ação Integralista Brasileira, não foi considerado anti-democrático, ou inconstitucio-

nal, ou nocivo ao regime instituído pela Constituição de 1934. Ao passo que o Comunismo, representado então, pela Aliança Libertadora, foi considerado anti-democrático, inconstitucional, nocivo às instituições criadas pela Carta Constitucional.

Os Magistrados Brasileiros, aceitando a Ação Integralista como um partido de tipo democrático (ao passo que rejeitavam o Comunismo) agiam com plena consciência e perfeita justiça e a sua atitude será fàcilmente compreendida por todo aquêle que tiver o cuidado de examinar, por exemplo, as coleções de jornais da época, onde encontrarão em artigos, entrevistas, pareceres e outros documentos, a palavra autorizada de eminentes juristas, ilustres estadistas, dignos militares, conceituados jornalistas, virtuosos e clarividentes prelados e líderes do laicato católico, todos concordes em proclamar a Ação Integralista Brasileira como partido nìtidamente democrático, em franca oposição ao chamado Estado Totalitário, ou Autoritário.

Entre os que deram pareceres sôbre o caráter democrático e constitucional da Ação Integralista Brasileira, figuram o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Cirilo Junior; o Desembargador Bento de Faria; o Desembargador Brito Bastos; o Conde de Afonso Celso; o líder católico Tristão de Ataide; os generais Gois Monteiro, Pantaleão Pessoa, Newton Cavalcanti, Azambuja Vilanova; dezoito Senhores Bispos, entre os quais o então Arcebispo do Maranhão e atual Cardeal Arcebispo de São Paulo. Estou citando de memória, mas oportunamente, darei, com os próprios textos do que escreveram, os nomes de dezenas de outros respeitáveis brasileiros, que afirmaram a constitucionalidade e o caráter democrático da Ação Integralista.

A êsses pareceres, é de tôda a importância

acrescentar os dois artigos assinados pelo Dr. Costa Rego, redator chefe do "Correio da Manhã" e estampados naquele órgão da imprensa. Nesses artigos, Costa Rego prova abundantemente que a Ação Integralista Brasileira sempre se distinguiu como um partido genuinamente democrático, dizendo mesmo que nenhum outro mais se aproximava do verdadeiro ideal da Democracia.

Tinham, pois, tôda a razão, os respeitáveis Magistrados do Superior Tribunal Eleitoral, quando registaram a Ação Integralista Brasileira como partido político de âmbito nacional (o único de âmbito nacional naquele tempo).

Mas não foi apenas o registo da Ação Integralista Brasileira como partido político legìtimamente enquadrado nos dispositivos da Constituição de 1934 e da Lei Eleitoral Vigente, o único ato do Superior Tribunal Eleitoral reconhecendo o caráter democrático do Integralismo. Em 1937, o mesmo Tribunal registou a candidatura à presidência da República, do presidente nacional da Ação Integralista Brasileira, o que confirma a legitimidade democrática do Integralismo.

Registada essa candidatura, uma comissão de chefes integralistas, constituída, entre outros, pelo grande Belisario Pena, pelos professôres de Direito Alcebíades Delamare, Miguel Reale, pelo professor da Faculdade de Medicina, Rocha Vaz, pelo professor da Escola de Minas, e líder católico, Lucio dos Santos, pelo general Vieira da Rosa, etc., foi fazer a devida comunicação ao então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, e ao então Ministro da Justiça, Dr. J. C. de Macedo Soares. E, ao receber aquela Comissão, tanto o Sr. Presidente da República, como o Sr. Ministro da Justiça, pronunciaram discursos, que foram taquigrafados e publi-

cados pela imprensa, em cujos discursos Suas Excelências timbraram em proclamar a Ação Integralista Brasileira, não apenas um partido constitucional e plenamente democrático, mas ainda um sustentáculo das Instituições.

Tudo isso demonstra, evidencia e ressalta êste fato inconteste: que a Ação Integralista Brasileira nunca sofreu a menor coação, nem do Judiciário, nem do Executivo, nem do Legislativo, funcionando livremente como partido essencialmente democrático e de pleno acôrdo com a Constituição Democrática vigente.

Assim foi, até ao golpe de Estado ocorrido em 10 de novembro de 1937. Em conseqüência dêsse golpe, que suprimiu a Democracia no Brasil, que substituiu pela violência a Constituição Democrática de 1934 pela Constituição Totalitária do chamado Estado Novo, veio o Decreto de 3 de dezembro de 1937, o qual fechou todos os partidos políticos.

Se a Ação Integralista Brasileira tivesse sido o único partido fechado, pelo Decreto de 3 de dezembro de 1937, ainda assim, nada se provaria contra o seu caráter de partido democrático; antes pelo contrário, seria honroso para ela, que viveu sempre na melhor das harmonias com a Constituição Democrática de 1934, ser trancada por efeito da Constituição Totalitária, que suprimiu aquela e, suprimindo-a, suprimiu a Democracia no Brasil. Mas, infelizmente, não coube essa honra apenas à Ação Integralista Brasileira, porque o Decreto de 3 de Dezembro não faz referência expressa a ela, mas fecha todos (notem bem: TODOS) os partidos políticos no Brasil.

Por conseguinte, temos de concluir:

1.º) — A Ação Integralista Brasileira nunca

foi fechada pelo Regime Democrático; nunca foi impedida de funcionar pela Constituição Democrática de 1934; e sempre viveu bem quando imperou a Democracia no Brasil;

2.º) — Mesmo pela Ditadura Totalitária, a Ação Integralista Brasileira jamais foi fechada isoladamente, pois deixou de funcionar em conseqüência do fechamento de TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS DO PAÍS, SEM EXCEÇÃO.

Como, pois, dizer-se que a Ação Integralista Brasileira foi algum dia fechada por ser anti-democrática? Qual a lei, o decreto, o julgamento, a decisão, o acórdão, o despacho, o ato governamental que algum dia fechou a Ação Integralista Brasileira?

Num país como o nosso, verificam-se coisas espantosas, como aquela de ser considerada inconstitucional (em face da Carta de 1934) a Ditadura do Estado Novo e não ficarem sendo ilegais todos os decretos, leis, atos dessa mesma Ditadura. Pois bem, aceitando, para argumentar, que são válidos os Decretos da Ditadura considerada fora da lei, **ab-initio,** pelo golpe de 29 de outubro de 1945, repito a quem quer que seja a que aponte um Decreto, mesmo nesse período, que tenha fechado a Ação Integralista Brasileira.

O único Decreto que existe, nesse sentido, é o que fechou todos os partidos políticos, sem exceção. Logo, a Ação Integralista Brasileira nunca foi fechada em tempo algum.

Não tendo sido fechada e sendo um partido nìtidamente democrático, conforme se prova com o seu registo no Superior Tribunal Eleitoral, o qual nunca foi cassado, nem dado como sem efeito, e

achando-se em condições de provar, com os documentos doutrinários e programáticos, o seu perfeito enquadramento no regime hoje vigente por fôrça da Constituição de 1946, a Ação Integralista Brasileira poderia, sem a menor sombra de dúvida, bater às portas da Justiça Eleitoral e pedir o seu registo. E êste não seria mais do que a confirmação do registo na vigência da Constituição de 1934, o qual nunca foi cassado, ou tornado sem efeito.

Dito isto, pergunto: — Por quê não requeri então o registo da Ação Integralista Brasileira no Superior Tribunal Eleitoral?

Responderei pela seguinte forma:

Não requeri porque, ao regressar do Exílio, em 1946, encontrei circunstâncias sociais e políticas em meu país inteiramente diversas daquelas existentes na ocasião em que fundei a Ação Integralista Brasileira, em 1933.

Daquele ano de 1933 ao ano de 1937, prestei serviços à Nação utilizando-me da Ação Integralista Brasileira, que era o tipo de partido adequado: 1.º) — à luta contra os métodos violentos do comunismo; 2.º) — à luta contra o nazismo, que passeava impunemente as suas camisas-cáqui e suas cruzes suásticas, nas barbas das autoridades, razão pela qual lancei contra êle as camisas verdes; 3.º) — à luta contra o confusionismo político, que estava a exigir atitudes ostensivas de definição, as quais necessitavam de exterioridades e um teor de disciplina partidária muito forte.

Quanto ao uso da camisa verde pelos adeptos da Ação Integralista Brasileira, êle não se relacionava, em absoluto, com o conteúdo doutrinário da mesma Ação Integralista, pois a doutrina desta sempre foi profundamente brasileira, democrática e espiritualista, em contraposição ao nazismo e ao

fascismo, conforme se vê dos documentos partidários e dos meus escritos naquela época.

Ainda sôbre o uso da camisa verde pelos integralistas, convém notar e chamar a atenção dos que a condenam, que êsse uso foi aprovado e consentido por uma portaria do Ministro da Guerra, que era então o general Góis Monteiro, tendo sido o mesmo general quem, anteriormente, em minha companhia, no seu gabinete, escolheu a côr, a fim de atender a uma reclamação do general Manuel Rebelo, que não desejava o tom verde-oliva, para não confundir com a camisa adotada pelo Exército. Essa reclamação teve a vantagem de provocar o pronunciamento do Ministro da Guerra, que permitiu em portaria o uso da camisa verde pelos integralistas.

Êsse pormenor vem mostrar que nem mesmo o uso da camisa verde era ilegal, uma vez que teve aprovação oficial e, portanto, os que a condenam deveriam, antes de tudo, condenar o ato de quem oficialmente a permitiu.

*
* *

A Ação Integralista Brasileira, que teve a sua hora histórica, nunca foi anti-democrática. Pelo contrário, sempre foi apreciada como partido democrático e viveu sempre bem e livre nos períodos da vigência das liberdades democráticas em nosso país. Só foi impedida de funcionar quando todos os partidos foram impedidos de funcionar e isso no período do Estado Totalitário que imperou de 37 a 45.

A maior prova de que a Ação Integralista nunca foi totalitária ou anti-democrática está em

que não aceitei um Ministério que me foi oferecido pelo Estado Novo, justamente por me não conformar com o totalitarismo do mencionado Estado Novo.

E mais: os integralistas uniram-se aos insuspeitos democratas da hoje UDN e de outras correntes (generais Flores da Cunha, Euclides de Figueiredo, Castro Junior, Dr. Otavio Mangabeira e outros) para combater o Estado Totalitário implantado em 1937 e restaurar a Constituição democrática de 1934. A êsse respeito é importantíssima a entrevista concedida pelo general Castro Junior em 1945, na qual aquêle ilustre general declara haverem aquêles ilustres brasileiros se unido aos integralistas para restaurar a Carta de 1934.

*
* *

Quando se fala, portanto, em defender as instituições contra os "extremismos", só podem ser compreendidos, nessa palavra, o comunismo e os partidários de golpes e ditaduras. Nunca o Integralismo, sempre contrário ao totalitarismo socialista e aos governos ditatoriais.

ANTI-COMUNISTAS E ANTI-GOLPISTAS

(Trechos do discurso de 8 de outubro de 1949)

NO momento atual, de tanta confusão, somos uma atitude nítida em prol da unidade do Brasil e da espiritualidade que deve ser inspiradora de nossas instituições.

Acreditamos na Democracia, estamos convencidos de que a sua prática é possível se esta não fôr confundida com anarquia e indisciplina. E o povo brasileiro vai compreendendo na coerência com que agimos, algo que transcende do quotidiano-político oferecido pelos acontecimentos cujo sentido desagregador se acentua nas últimas semanas como fatalidade da insuficiência dos partidos.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL E PARTIDOS NACIONAIS

O presidente do PRP entra depois na análise do que êle chama "o drama da sucessão presidencial". Mostra como os partidos se revelam incapazes de resolver tão magno problema.

"Os partidos não se entendem, não conseguem atingir uma conclusão qualquer" — diz Plínio Salgado — "porque êles se apresentam sem unidade interna. Acreditou-se que os partidos nacionais pudessem ser fabricados no papel ou pudessem nascer espontâneamente de leis forjadas nos recessos dos gabinetes. Mas o essencial para a existência de um partido nacional, é a manifestação do espírito de unidade oriunda de pensamentos e sentimentos

comuns. O partido nacional corresponde à atitude individual de cada membro, em consonância com a atitude coletiva que as próprias atitudes individuais produzem. Uma doutrina, uma consciência histórica, um sentimento, uma técnica, êsses são elementos essenciais à vida de um partido nacional; mas para se conseguir tais fatôres, cumpre exercer incessante apostolado e que o exemplo dos chefes seja mais importante do que os seus discursos; então, o tempo completará a obra.

Mas o que vemos no Brasil são partidos que não conseguem, nem ao menos, a sua unidade interna. Estão divididos em alas; os interêsses das facções que êles contêm gritam mais alto do que os objetivos da coletividade que se acolhe sob a legenda puramente convencional. Acima do nacionalismo, fala nesses partidos o regionalismo de suas seções estaduais; e dentro destas, as pequenas correntes que se subdividem.

Apresentam-se, por exemplo, três partidos com o fim de realizar um acôrdo. Mas na realidade não são três partidos, porque cada um dêles está dividido em subpartidos, ou grupos em tôrno de pessoas ou de interêsses regionalistas. De sorte que certas alas de uns se ligam a certas alas de outros, enquanto as alas restantes tramam conchavos em particular. Quando as direções nacionais de tais partidos se reunem, já existem em tôrno dela várias alianças e sub-alianças, a impedir qualquer pacto planejado pela direção nacional. Decorre daí a impossibilidade prática da solução do problema da sucessão presidencial, como temos visto no decurso de vários meses de agonia política. Como conseqüência, sobrevém a desilusão, o ceticismo, o desânimo".

OS DESCRENTES DA DEMOCRACIA

"Fracassando a possibilidade do funcionamento dos partidos nacionais" — continua o presidente do PRP — "os seus chefes, os políticos em geral, manifestam-se desolados, mostram-se descrentes da Democracia. Os partidos não funcionam, por falta de coesão interior. Os interêsses regionais dos Estados são mais fortes do que o interêsse da Pátria comum, os grupos agem em detrimento da legenda partidária nacional. É então que surgem na densa neblina da confusão em que tateiam, os mais expressivos dos céticos do Regime, clamando pelo único remédio que, no seu entender, está fora das disposições constitucionais".

OS GOLPISTAS

"Êsses fazem a propaganda do golpe de Estado. São os desiludidos de tôda ordem legal. São os inconformados com o funcionamento da Democracia e os temerosos dos efeitos que possam advir dêsse funcionamento.

Alguns pretendem que nem haja eleições, alegando que o país não está preparado para a prática do sistema que adotou; outros admitem a realização do pleito eleitoral, mas subordinando-o a certas condicionais, isto é, permitem-se as eleições, contanto que Fulano ou Beltrano não sejam eleitos pois se tal acontecer, não se pode permitir que tomem posse" (1).

Mas, então senhores — pergunta o presidente do PRP — "em que país estamos? Sob que regime vivemos? Que Constituição nos rege? Com que sin-

(1) Chamamos a atenção do leitor: êste discurso é de 1949...

ceridade e com que verdade foi discutida, redigida e promulgada a nossa Carta Constitucional? Até que ponto podemos crer na lealdade daqueles que, dizendo-se imunes dos extremismos da direita ou esquerda, proclamam-se paladinos da Democracia? Acaso, em vez de uma Carta Constitucional, temos uma Carta Condicional?" (1)

ANTI-COMUNISTAS E ANTI-GOLPISTAS

"Como vêem os brasileiros, não somos nós, os acusados de inimigos da Democracia, aquêles que se manifestam descrentes no Regime.

Cremos na possibilidade da prática do sistema democrático representantivo, desde que essa prática não contrarie o espírito dos partidos nacionais e da verdadeira representação popular. Para que êsse espírito não seja contrariado, cumpre que exista disciplina partidária. Se existe algum regime, que necessite fundamentalmente de disciplina, é o regime democrático. A disciplina é a base da Democracia, porque se não existe Democracia sem o funcionamento dos partidos, os partidos não podem funcionar sem que os seus quadros se submetam à disciplina.

Só os regimes totalitários, as Ditaduras em geral, não precisam de disciplina, porque vivem pelo arbítrio de grupos que impõem sua vontade discricionária à maioria dos cidadãos.

A desordem é o clima dos governos de fôrça, pois a fôrça justifica-se ùnicamente como imposi-

(1) — Estas interrogações de 1949, que influiram favoràvelmente quanto à posse de Vargas em 1951, sendo êle o maior adversário do integralismo, harmonizaram-se com a atitude do PRP em 1955.

ção de uma ordem precária. Mas a Democracia precisa de disciplina e esta é o resultado, não artificial, mas natural do estado de espírito criado por um pensamento doutrinário, uma consciência de realidades e um sentimento que irmana os homens da mesma agremiação.

Muitos há que confundem Democracia com indisciplina e até com anarquia. É dêsse êrro que provém a descrença nas soluções democráticas.

Precisamos crer na Democracia e fortalecê-la com rigoroso espírito de Ordem. Sem Ordem não há hierarquia de valores nem respeito à Autoridade, nem consciência, nem unidade partidária."

"A desordem com o desencadeamento dos interêsses privados, produz o clima propício à desenvoltura do comunismo, que representa, hoje, o mais grave, o mais tenebroso perigo nacional.

Não faltam aquêles que, sob a alegação dessa ameaça mortal para nossa Pátria, e considerando a insuficiência dos partidos, justificam a necessidade da supressão de tôdas as normas legais e constitucionais. A nossa posição, entretanto, integralistas do Brasil, é clara, insofismável: somos anti-comunistas, mas somos também anti-golpistas. Pleiteamos soluções legais e entendemos que, dentro da Constituição e das leis, encontramos remédio contra a quinta-coluna moscovita, remédio que só não é aplicado, justamente pela incapacidade dos homens públicos em dar vida, eficiência e ação prática às previsões e recursos dos textos vigentes."

EXTREMISMO DA ESQUERDA E DA DIREITA

"Não sirva o comunismo ou a confusão política, de pretexto, para a implantação de qualquer

forma de Ditadura. Seria substituir o extremismo da esquerda pelo extremismo da direita. Dizendo isto, não transijo, um milímetro sequer na linha anti-comunista que o nosso partido traçou e que tem seguido invariàvelmente. Sei que essa atitude nos tem custado muito caro. Entre as calúnias que nos atiram os cripto-bolchevistas e as linhas auxiliares do Cominform, através de certos jornais pelos quais se baba a burguesia progressista, figura aquela que diz ser o Partido de Representação Popular um elemento de provocação, chocando-se nas ruas com os adeptos de Moscou a fim de criar um clima propício a golpes de Estado e implantação de Ditaduras."

"Nunca o nosso partido promoveu desordens; nunca foi se imiscuir nas reuniões e comícios dos comunistas quando em plena liberdade promovem suas manifestações em favor do petróleo para a Rússia ou da paz imposta ao mundo pelo Cesar Vermelho que se prepara, ativamente, para a guerra. Quando, em recintos fechados, realizamos nossas sessões garantidas pela Constituição, pelas Leis Civís e especialmente pela Lei Eleitoral, são os comunistas que tentam perturbar-nos, uma vez que somos o partido que Stalin não tolera. Pois bem; êsses jornais, infiltrados de bolchevistas repetem, sistemàticamente, que constituimos o extremismo da direita, a provocar choque com o extremismo da esquerda."

"Ora, os fatos dos últimos tempos demonstram o contrário. Em Pôrto Alegre, em Fernandópolis, em Santos, recentemente, os comunistas chocaram-se sangrentamente — não com o Partido de Representação Popular — mas com a polícia, quando esta, legìtimamente, pretendia impedir conspirações, desordens, atentados e manifestações agressivas por parte dos agentes de Moscou. Por conseguinte, se aquêles jornalões entendem que o P.R.P. deve ser fechado porque se opõe à horda russa, nesse caso, pelo mesmo motivo, deveria reclamar o fechamento da polícia."

"Não quero com estas palavras fazer restrições ao heroismo e ao sacrifício pela Pátria, demonstrados pelas dignas autoridades públicas e seus auxiliares na defesa do Regime e da tranqüilidade das famílias; somos, também, anti-comunistas e estamos dispostos sempre a prestigiar os representantes do Govêrno no seu esfôrço pela salvação do Brasil, contra a ameaça do imperialismo russo. O que quero mostrar é a incongruência e a desonestidade dos nossos acusadores, que se fingindo farisàicamente os paladinos da Democracia, tudo fazem para anular e destruir as fôrças lidimamente nacionais que se erguem para sustentar a independência e a honra da nossa Pátria, ao mesmo tempo que favorecem os comunistas fingindo combater o comunismo."

"O extremismo da direita, entretanto, não é constituído nem pelo Partido de Representação Popular, nem pelas autoridades públicas que agem no cumprimento do dever e em defesa da Democracia. O extremismo da direita é constituído pelos descrentes do Regime, pelos desiludidos da Constituição e das Leis, pelos que falam em golpes de Estado e sonham novamente, com o espectro da Ditadura de que as Fôrças Armadas libertaram o povo brasileiro."

DENTRO DA ORDEM LEGAL

"É dentro da ordem legal que o Partido de Representação Popular quer viver e trabalhar. É

sustentando a Constituição. É agindo com o espírito democrático. É exercendo uma ação, ao mesmo tempo, política-eleitoral e cultural-educacional. Com êstes propósitos, temos desfraldado a Bandeira em que inscrevemos o lema "Por Cristo e pela Nação". Com essa bandeira marcharemos. Em espírito de unidade nacional. E com os olhos postos no Futuro, pela felicidade do nosso Povo e pela grandeza da Pátria Brasileira."

O VAPOR E O LEME

IMAGINAI um navio sem leme, avançando nas ondas a tôda a fôrça do vapor. E imaginai, no alto mar, um navio sem vapor, nem velas, nem remos, a dispor de um leme de exatidão corretíssima.

O navio sem leme irá bater em algum rochedo, irá encalhar em algum banco de areia, irá perder-se na vastidão do mar.

O navio sem vapor, ainda que possuindo magnífico leme e experimentado pilôto, não irá para parte alguma e acabará vencido pelas vagas, ou tão quebrado e triturado pelos dentes dos arrecifes, como o outro que não tinha direção.

O segrêdo das viagens perfeitas está em que o leme não seja tão orgulhoso que julgue ser êle quem possui a fôrça propulsora do barco, e em que o vapor não se faça de tal modo pretencioso, que imagine-se capaz do ofício da pilotagem.

O leme precisa do vapor e o vapor precisa do leme. Se os dois se desavierem, vão ambos para o fundo do mar.

*
* *

Comparo, numa organização como o nosso partido, o trabalho intelectual ao leme, e o sentimento, o entusiasmo, a mística da agremiação, ao vapor.

Se dissermos que o nosso único esfôrço deve cingir-se ao exercício do pensamento, no recolhido

mister das meditações profundas, ou no inquieto pesquisar das fórmulas solucionadoras dos problemas sociais ou nacionais, corremos o risco de nos cristalizarmos numa reduzida companhia de eleitos, sem nenhum benefício à coletividade. E se dissermos que todos os labores subjetivos de aprimoramento das nossas almas e de clarificação das nossas idéias, e todo dispêndio de energia mental na procura das soluções teóricas e práticas das questões que constituem a súmula do nosso temário, devem ser postos de lado, para só deixarmos abrir as asas ao nosso entusiasmo, arriscamo-nos a cair numa demagogia cuja ação virá agravar o confusionismo dos espíritos.

Precisamos, ao mesmo tempo, e intimamente ligados, do Pensamento e do Sentimento, do Cérebro e do Coração, a ação subjetiva e a ação objetiva, numa palavra, o Leme e o Vapor.

A hora que vivemos é demasiadamente trágica, para nos recolhermos a um gabinete e egoìsticamente nos entregarmos a elocubrações dizendo que andamos em busca da verdade. Mas a hora que vivemos é demasiadamente grave, para nos entregarmos exclusivamente a um sentimentalismo expansivo que nos pode levar a erros involuntários lamentáveis.

A nossa ação deve, portanto, ser, ao mesmo tempo, de estudo e de atividade externa, de gabinete e de rua. Em 1931, escrevi: não estamos num concílio, mas numa batalha. Essa frase continua de pé. Tôda batalha pressupõe um estado maior, onde se estudam os acidentes do terreno, os recursos do adversário, a sua posição, os seus presumíveis movimentos, assim como a nossa localização, as nossas

possibilidades, tudo em função de um pensamento nítido que nos propomos executar.

Não perder de vista o pensamento que nos dirige e não perder contato com o sentimento que nos anima.

Sentimento sem pensamento não é sentimento, mas simples impulso instintivo. E pensamento sem sentimento é pensamento morto, ou estático, ou inconcretizável, por conseguinte inútil.

Todo pensamento, para se transformar em realidade, precisa, antes de tudo, transformar-se em sentimento. Todo sentimento, para ser criador, estável, permanente, eficaz, precisa estar animado de um pensamento, ou ser, para êste, o que o corpo é para a alma, — a forma tangível.

Mas o pensamento, para se fazer sentimento, ou para se revelar na forma do sentimento, precisa estar cheio do espírito de humildade.

Pois todo pensamento que quer transmitir-se precisa supor, nos a quem se dirige, a capacidade de recebê-lo e de contê-lo.

E se compreender é igualar, como disse Rafael, a suposição de que os outros podem compreender o nosso pensamento é uma suposição de igualdade. Acreditando que os outros possuem faculdades de raciocínio, de crítica, de receptividade para pensar como pensamos, ou até melhorar ou aperfeiçoar o que pensamos, nós nos tornamos humildes e pela humildade damos a vida do sentimento às idéias que prègamos.

Ao contrário, o homem que se imagina tão alto que não se digna procurar os outros para transmitir-lhes uma mensagem, resseca-se no seu egoísmo e petrifica-se no seu orgulho.

*
* *

Todo pensamento sincero anseia por se fazer sentimento. E quando se faz sentimento, desce, como João Batista dos desertos da Peréa e vem procurar a multidão nas margens do rio.

Só o pensamento insincero não procura proselitismo. Pois a sinceridade supõe a posse da verdade e a verdade, sendo um bem, é altruística, pelo que se esforça em propagar-se. "Ninguém acende a candeia para a colocar atrás do armário, e sim para a colocar em cima", disse Jesus aos seus discípulos, acrescentando "o que eu voz digo no gabinete deveis anunciar do alto dos terraços".

Essas palavras são a apologia do comício. Nem foi de outra forma que Jesus anunciou a Boa Nova. O Sermão da Montanha foi um comício. E quando multiplicou os pães para cinco mil pessoas, estava em comício.

Na manhã do Pentecostes, logo que as línguas de fogo do Espírito Santo desceram sôbre as cabeças dos Apóstolos no Cenáculo, êles abriram as portas e se puseram a falar ao povo. E de tal forma falaram, com tanto entusiasmo, transformando seus pensamentos em sentimentos, que alguns fariseus que andavam por ali disseram: "êstes homens estão bêbados". Ao que Pedro protestou, exclamando: "Êstes homens não estão embriagados, como pensais, a uma hora tão matinal; mas sôbre êles desceu a luz do Espírito Santo."

É que os fariseus ignoravam que a Verdade embriaga como o vinho, ao passo que a Mentira não embriaga porque é feita de cálculos e vive apenas pelo pensamento, não podendo ser sentimento

porque o sentimento e a falsidade são como a água e o azeite: não se misturam.

A mentira, para falar, usa da retórica; a verdade usa da eloqüência.

A retórica é a forma do pensamento sem sentimento. A eloqüência é o próprio sentimento exprimindo o pensamento.

O pensamento pode não ser sincero, mas o sentimento é sempre sincero. Daí o motivo pelo qual muitas vêzes um ignorante fala melhor do que um letrado.

*
* *

Eu fiz uma grande experiência histórica pela qual verifiquei o fracasso do pensamento sem sentimento e do sentimento sem pensamento.

Lançando uma doutrina vieram apostolizá-la homens de pensamento, homens de sentimento e homens de pensamento-sentimento.

Os primeiros, os homens de pensamento, fizeram-se logo os teorizadores, a sistematizar as idéias, a objetivá-las em lineamentos precisos de uma estrutura jurídica admirável. Os segundos, os homens de sentimento, criaram a mística de algumas idéias contidas na minha doutrina, isolando-as e imprimindo-lhes uma fôrça poderosa. Os terceiros conseguiram fundir num todo harmonioso, o sereno esfôrço dos primeiros e os dinâmicos impulsos dos segundos.

Os primeiros eram intelectuais puros. Sob a superfície de um calor externo, que os aquecia no convívio dos sentimentais, êles eram frios e tranqüilos, porque não possuíam aquêle fogo interior cujas centelhas se irradiam aos momentos emocio-

nais do contato do cérebro com o coração. Iluminavam, mas não aqueciam. A sua luz era a das fosforecências noturnas que sobem dos cemitérios ou enchem de estranhos clarões a soledade dos mares equatoriais.

Os segundos eram sentimentais impulsivos e fremente. Como os aquecedores elétricos, incandeciam os fios em espiral até ao rubro, mas não iam além da vaga luz vermelha a cujos reflexos, a mulher do Evangelho não acharia no aposento escuro a sua dracma perdida. Fogo interior e luz insuficiente, ao contrário dos outros que eram gelo interno e luz externa. Incontestàvelmente havia nestes segundos maior grandeza, pois constituíam e constituirão sempre a matéria prima dos heroismos e dos sacrifícios, o elemento cordial recuperável pela ação do pensamento, ao passo que naqueles primeiros o ser se reveste da couraça da irrecuperabilidade pela qual jamais penetra o sentimento.

Os segundos, os sentimentais, sossobram nos desastres dignos, nos erros catastróficos a que são levados pelos seus impulsos, esfacelando o sonho nas aspas das realidades imprevistas; mas tombam com grandeza e, na própria desilusão em que depois mergulham, apresentam certa majestade. Os primeiros, os intelectuais puros, tangenciam, na hora das adversidades a que os segundos os arrastam, mas eximem-se de tôdas as conseqüências, acomodando-se em novas situações para as quais levam intacto o seu pensamento gélido.

Só continuam, irredutíveis, perseverantes, no prosseguimento de uma luta irremovível, os homens do terceiro tipo, isto é, aquêles que são, ao mesmo tempo, capazes de pensar e capazes de

sentir. Possuem a fôrça do vapor que impulsiona e a segurança e precisão do leme, que dirige.

*

* *

A capacidade de ir aos outros, de arregimentar, de doutrinar, de esclarecer, de aproveitar os elemento mais heterogêneos no esfôrço comum de atingir um único fim, é um poder de todo aquêle que nem se deixa estiolar nas elocubrações mentais, nem se deixa perder nos arrebatamentos sentimentais.

Para isso é preciso, acima de tudo, saber compreender. Pois se o espírito da humildade nos leva a considerar os outros capazes de nos entender, o espírito da caridade nos leva a procurar compreender, para aceitarmos os homens como são e não como desejaríamos que fôssem.

Partimos da convicção de que os outros nos podem compreender, mas se não usarmos da precaução que consiste em nos esforçarmos para também compreender os outros, podemos, por essa falta de caridade, cair na ausência da humildade e, então, regressamos à tôrre de marfim, onde se encastelam todos os inúteis roídos de vaidade e alcandorados naquele desprêzo pelo nosso semelhante, que torna cada vez mais fatuos e antipáticos os que se têm na mais alta conta.

Compreender é aceitar para orientar. É acompanhar a corrente e desviar-lhe o curso. Ou melhor: é ir contra a corrente sem que esta se aperceba de que assim procedemos. Nem outra didática nos ensinou Aquêle que foi o Mestre dos Mestres, porque foi Humano e Divino.

Diz Catarina de Emerich, a prodigiosa vidente do século XVIII, que os pais de Tiago e João, sentiam certa inquietação pelas sucessivas viagens de seus filhos em companhia de Jesus, mas esperavam, todavia, que das prègações do Mestre resultaria a formação de um grande Império, onde êles e os filhos tivessem um lugar de preponderância.

Os próprios João e Tiago, conforme nos relatam os Evangelhos, não tendo coragem de dizer abertamente a Jesus as suas pretensões, parece terem incumbido sua mãe dessa missão, pois vemos a pobre mulher dirigir-se ao Mestre, solicitando para os filhos um lugar à direita e à esquerda do trono.

Como se vê, juntamente com a propagação da mais santa das doutrinas, ia a ambição política. E Jesus não viu nenhum mal nisso, tanto que, "sabendo tudo dos homens e não precisando que ninguém testificasse dos homens", consoante diz o Evangelista, nunca pensou em expulsar da comunidade dos seus discípulos aquêles dois ambiciosos, que por isso mesmo, pela magnanimidade do Cristo, se tornaram mais tarde tão grandes nas virtudes e no sacrifício.

Ora, se isso se deu em relação à mais santa das causas, como pretendermos evitar que ocorra com as emprêsas doutrinárias que, por mais puras que sejam, estão num plano muito inferior à prègação do Evangelho?

É no convívio e na própria doutrinação, no exemplo, no recrudecimento da paixão pela causa que se modificam os homens, e não mediante códigos ou medidas coercitivas, cujo critério pode levar a erros e injustiças e ao afastamento de elementos muitas vêzes dos mais aproveitáveis.

O método de Cristo é incontestàvelmente o melhor de todos.

*

* *

Mas não basta compreender e aceitar para orientar e conduzir. É preciso, a todo aquêle que desfralda uma bandeira, não ficar com ela no mesmo lugar. Tôda evangelização é movimento.

"Ide e pregai", diz o Cristo. E, com estas palavras, ensina a todos os que são portadores de um pensamento, de uma mensagem que desejam transmitir aos homens.

Ide... Quer dizer: não vos conserveis parados. Pelo contrário, caminhai, andai, viajai, movimentai-vos de um lugar para outro.

Se os Apóstolos ficassem em Jerusalém mandando diretivas aos variados pontos do Império Romano, jamais teria existido o Cristianismo. As cartas de São Paulo dizem com freqüência: "quando aí estive", "quando, de novo, eu aí fôr". Êle conhecia pessoalmente as comunidades cristãs de Corinto, de Efeso, de Roma, da Galatia, da Bitinia, e era conhecido por elas. Essa técnica é ainda a técnica não só para os continuadores da evangelização no mundo, mas para todos aquêles homens que pretendam propagar idéias de qualquer natureza, até mesmo as idéias más.

Mas, para isso, é necessário que o pensamento se faça sentimento e como tal se revele, não só nos atos que exprimem atitudes subjetivas, mas também nas exterioridades que exprimem a identidade de todos com o pensamento comum.

Diz Catarina de Emerich, a prodigiosa vidente do século XVIII, que os pais de Tiago e João, sentiam certa inquietação pelas sucessivas viagens de seus filhos em companhia de Jesus, mas esperavam, todavia, que das prègações do Mestre resultaria a formação de um grande Império, onde êles e os filhos tivessem um lugar de preponderância.

Os próprios João e Tiago, conforme nos relatam os Evangelhos, não tendo coragem de dizer abertamente a Jesus as suas pretensões, parece terem incumbido sua mãe dessa missão, pois vemos a pobre mulher dirigir-se ao Mestre, solicitando para os filhos um lugar à direita e à esquerda do trono.

Como se vê, juntamente com a propagação da mais santa das doutrinas, ia a ambição política. E Jesus não viu nenhum mal nisso, tanto que, "sabendo tudo dos homens e não precisando que ninguém testificasse dos homens", consoante diz o Evangelista, nunca pensou em expulsar da comunidade dos seus discípulos aquêles dois ambiciosos, que por isso mesmo, pela magnanimidade do Cristo, se tornaram mais tarde tão grandes nas virtudes e no sacrifício.

Ora, se isso se deu em relação à mais santa das causas, como pretendermos evitar que ocorra com as emprêsas doutrinárias que, por mais puras que sejam, estão num plano muito inferior à prègação do Evangelho?

É no convívio e na própria doutrinação, no exemplo, no recrudecimento da paixão pela causa que se modificam os homens, e não mediante códigos ou medidas coercitivas, cujo critério pode levar a erros e injustiças e ao afastamento de elementos muitas vêzes dos mais aproveitáveis.

O método de Cristo é incontestàvelmente o melhor de todos.

*

* *

Mas não basta compreender e aceitar para orientar e conduzir. É preciso, a todo aquêle que desfralda uma bandeira, não ficar com ela no mesmo lugar. Tôda evangelização é movimento.

"Ide e pregai", diz o Cristo. E, com estas palavras, ensina a todos os que são portadores de um pensamento, de uma mensagem que desejam transmitir aos homens.

Ide... Quer dizer: não vos conserveis parados. Pelo contrário, caminhai, andai, viajai, movimentai-vos de um lugar para outro.

Se os Apóstolos ficassem em Jerusalém mandando diretivas aos variados pontos do Império Romano, jamais teria existido o Cristianismo. As cartas de São Paulo dizem com freqüência: "quando aí estive", "quando, de novo, eu aí fôr". Êle conhecia pessoalmente as comunidades cristãs de Corinto, de Efeso, de Roma, da Galatia, da Bitinia, e era conhecido por elas. Essa técnica é ainda a técnica não só para os continuadores da evangelização no mundo, mas para todos aquêles homens que pretendam propagar idéias de qualquer natureza, até mesmo as idéias más.

Mas, para isso, é necessário que o pensamento se faça sentimento e como tal se revele, não só nos atos que exprimem atitudes subjetivas, mas também nas exterioridades que exprimem a identidade de todos com o pensamento comum.

*
* *

Pensamento e sentimento. Cérebro e Coração. O leme e o navio. Compreensão. Humildade. Caridade. Ação. Movimento. Eis tudo, eis o segrêdo da perfeita unidade das comunidades políticas, que querem agir, não no sentido de puro prazer intelectual ou no sentido oposto de puro utilitarismo ambicioso.

Se nos intelectualizarmos, transformar-nos-emos numa Academia, poderemos ser, quando muito, uma instituição do tipo do I.B.G.E., benemérita, mas cuja finalidade não é a de agitar, de revolver a consciência popular, para nela acender a centelha de um idealismo vivo e ativo.

Se nos abastardarmos na rejeição de tôdas as preocupações de estudo, de pesquisa séria dos nossos problemas, e, acima de tudo, de esfôrço pelo nosso aperfeiçoamento moral, seremos apenas agitados mas não construtivos, e exploraremos no povo os seus instintos inferiores de destruição.

Mas numa organização que se propõe altos objetivos sociais e históricos, há lugar para tôdas as aptidões e temperamentos. Cumpre aos que dirigem, saber colocar cada homem no seu lugar, de sorte que todos se harmonizem segundo um só ideal, no exercício das mais variadas e, por vêzes, aparentemente contraditórias missões.

Saber realizar êsse plano de aproveitamento, eis o segrêdo dos chefes. Saber fazer da heterogeneidade a homogeneidade, coordenando, o labor diferenciado e as próprias personalidades contrastantes da agremiação, a fim de que tôdas se somem no esfôrço comum, eis a grande, a insuperável técnica.

CRISTO NOS PLENÁRIOS DOS PARLAMENTOS

MAIS uma vitória integralista — foi entronizado na sala das sessões da Câmara dos Deputados Federais a imagem do Cristo Crucificado.

O deputado Goffredo da Silva Telles Junior, obtendo o apoio de muitos de seus colegas, tomou a iniciativa de propor àquela Casa do Legislativo tão magnífica idéia, hoje tornada realidade. Anteriormente, dando comêço à gloriosa campanha pré-estabelecida em memorável reunião dos parlamentares do partido, o deputado Loureiro Junior conseguira a aprovação de idêntica proposta na Câmara Paulista.

Ali, não foi sem alguns preliminares embaraços que triunfou a nobre aspiração cristã que o nosso representante encarnava. Houve os adversos, houve os tímidos e os prudentes, êstes sempre armados de razões aparentemente sensatas. Entre os entibiados pelas ameaças comunistas e a animadversão dos livre-pensadores, uma opinião se destacou nos corredores do Parlamento, ponderando que não convinha, de forma alguma, expôr o Cristo a uma derrota. A resposta de Loureiro Junior foi pronta, exclamando: "Mas Cristo nunca temeu derrotas humanas; a sua morte na Cruz, para os que raciocinam mediante os êxitos dêste mundo, foi uma derrota política, e nem por isso deixou de constituir a mais alta das vitórias."

Os cristãos timoratos não tiveram, porém, do que se arrepender apoiando a proposta na Câmara Paulista: ela triunfou plenamente, e a solenidade

pouco depois realizada honrou as tradições nacionais do Povo Bandeirante. Uma formidável multidão partindo da Praça da Sé e tendo à frente o Sr. Cardeal-Arcebispo, levou ao Palácio da Assembléia uma velha imagem do século XVI, diante da qual muitas vêzes oraram os sertanistas desbravadores das florestas. Ali, com a presença dos Três Poderes, em sessão soleníssima, falou em nome da Câmara dos Deputados de São Paulo o nosso representante Loureiro Junior, produzindo uma segunda peça oratória que completou, em harmonia de construção e coroamento de idéias, o discurso da apresentação do projeto. Na sua oração, o deputado integralista apreciou, principalmente, as relações entre a Religião e o Estado, desenvolvendo a doutrina do Sigma, que é, na verdade, a única, verdadeiramente espiritualista, democrática e brasileirista, a estabelecer os justos limites entre o Poder Público e os legítimos direitos e liberdades da pessoa humana.

Depois de São Paulo, os integralistas prosseguiram na sua Cruzada em todos os Estados do Brasil, quer nas Assembléias Constituintes e Legislativos Ordinários, quer nas Câmaras Municipais.

Deputados, usando de palavra persuasiva quer ao apresentar suas propostas, quer a discursar nos atos solenes; vereadores ardorosos na sustentação dos seus princípios e na reivindicação para o Cristo das homenagens do Povo Brasileiro, e principalmente nas grandiosas festas que arrebataram em vivo entusiasmo os habitantes das cidades do nosso país, — todos cumpriram os compromissos perante o seu partido, e que muito mais o foram perante a própria Nação.

O exemplo começou, além do mais, a ser se-

guido; e onde não havia uma voz oficial do partido não faltaram simpatizantes, entre os quais muitos integralistas que, militando por circunstâncias casuais ou oportunas em outras fileiras, continuam a obedecer à diretriz doutrinária daquela matriz prodigiosa de espiritualidade e de patriotismo, que é a Ação Integralista Brasileira.

Já algumas centenas de cidades podem orgulhar-se de ter nos seus Legislativos a imagem de Cristo Crucificado entronizada.

*

* *

Essa iniciativa cristã e nacionalista não podia deixar de partir daquele movimento que propôs e viu triunfante, na Constituição da República, o nome de Deus como ponto de partida do texto de nossa Magna Carta.

Realmente, foi o deputado Goffredo da Silva Telles Junior, quem, na Assembléia Constituinte, apresentou a fórmula que diz: "Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte, para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos... etc.".

O raciocínio do deputado integralista foi claro: para organizar um regime democrático, é preciso, preliminarmente, a fé em Deus, pois sem Deus não há democracia e quem não acredita em Deus não pode falar em democracia.

A Democracia é o regime da liberdade e da responsabilidade; ora, a liberdade sem Deus torna-se licenciosidade, abuso de fortes contra fracos, de ricos contra pobres; e a responsabilidade sem o conceito de um Ente Supremo que nos traça as regras

morais e ao qual todos temos de prestar contas dos nossos atos, já não será mais responsabilidade, mas indefinição de consciência elástica.

O deputado Goffredo da Silva Telles Junior, sendo um fervoroso cultor da doutrina integralista, não é um falso democrata, pois falsos democratas serão todos aquêles que não aceitarem os princípios do Integralismo que são: 1.º) crença em Deus e na existência, imortalidade, liberdade e responsabilidade da alma humana; 2.º) — afirmação de tudo aquilo em que se exprime e manifesta a alma humana na sua liberdade: família, propriedade, pátria, soberania nacional; 3.º) — defesa dêsses meios de expressão, mediante garantia aos direitos individuais, assegurados pela ordem estabelecida por fôrça do consenso nacional e executada pelo Poder Público; 4.º) — subordinação da vida nacional à hierarquia dos valores na seguinte escala: o Espiritual sôbre o Social, o Social sôbre o Nacional, o Nacional sôbre o Individual, nunca porém ferindo-se em qualquer hipótese, os legítimos direitos da pessoa humana.

Sendo um democrata verdadeiro, viu logo que a Democracia seria mentirosa, se não partisse da crença em Deus, pois tôdas as democracias que se têm criado, com caráter agnóstico, terminaram em Ditaduras da Esquerda ou da Direita.

Deve, portanto, a Nação, à iniciativa de um integralista, o nome de Deus na Constituição. Nada mais lógico, por conseqüência do que ter sido êsse mesmo deputado o proponente da entronização da imagem de Cristo na Câmara dos Deputados Federais, do mesmo modo como já foram os seus colegas estaduais os pioneiros da mesma iniciativa nas diversas circunscrições da República, seguidos

pelos vereadores integralistas em tôda a extensão territorial da Pátria.

* * *

O que significa essa vitoriosa campanha é matéria para meditação dos espíritos ainda capazes de se aprofundar nos acontecimentos históricos, numa época de tamanha superficialidade. De minha parte, quero aqui registar o meu íntimo contentamento, a minha alegria de alma, ao considerar essas sucessivas entronizações em tôrno das quais unimos todos os partidos, todos os homens de boa vontade.

Se o Partido de Representação Popular nada tivesse feito para justificar històricamente a sua existência, bastaria o ter tomado a vanguarda nessa verdadeira cruzada nacional, para que tivesse cumprido integralmente o seu destino.

Por coincidência a entronização da imagem de Cristo Crucificado na Câmara dos Deputados Federais ocorreu no dia 3 de maio, dia de Santa Cruz. Pelo calendário gregoriano, celebra-se nessa data a Descoberta do Brasil.

O Brasil é a terra da Cruz. Portanto, a Pátria do Evangelho. Deve aqui imperar, em tudo, na ordem social e política, na ordem familiar e na ordem individual, o sentido da Cruz, ou da Redenção, a Lei de Jesus Cristo, única chave da felicidade e da paz dos povos.

Quando Cabral avistou a nova terra, celebrava-se a Páscoa, festividade que em última análise, para nós cristãos, constitui a glorificação da Cruz do Salvador. Era isto em 22 de abril, pelo calendário juliano. Pois bem; oitenta e dois anos mais

tarde (1582) o Papa Gregório XIII reformou o calendário e, pelo novo calendário, aplicado retrospectivamente, a data da Descoberta do Brasil cai em 3 de maio, dia de Santa Cruz, dia em que se comemora a descoberta da Cruz, no ano de 306, pela Imperatriz Santa Helena.

Quem era a imperatriz Santa Helena? Era a mãe de Constantino, aquêle imperador romano, que viu no céu a Cruz, com o dístico "In hoc signo vinces". Com êste sinal vencerás... E o Brasil, descoberto no dia 22 de abril de 1500, que nome teve? O de Terra de Santa Cruz. E isso ocorre oitenta e dois anos antes da reforma do calendário, que coloca a chegada de Cabral a nossa Pátria no dia de Santa Cruz.

Mas não fica aí o mistério da Cruz. Esta imensa terra, quando cai a noite, é coroada por um diadema de estrêlas, no qual esplende a Cruz. O Cruzeiro do Sul marca uma predestinação.

Observai, porém, coisa mais impressionante. Pelo Tratado de Tordezilhas, seríamos apenas uma faixa de terra junto ao Atlântico. Mas os Bandeirantes alargaram o nosso patrimônio territorial. Alargaram, porém, mais ao Norte do que ao Sul. Por quê? Circunstâncias geográficas, históricas, seja o que fôr, trouxeram como conseqüência esta maravilha cartográfica: o Brasil, esquemàticamente, tem a forma de uma Cruz.

Tudo isso não são sinais de alguma predestinação?

*

* *

O discurso do deputado integralista na Câmara Federal, no dia de Santa Cruz, expôs, magistralmente, a doutrina política do tão caluniado, tão deturpado, tão desconhecido Integralismo: a democracia cristã, a política inspirada na Cruz do Salvador. Foi uma peça admirável, dita com aquela mestria e alto valor cultural que todos admiramos em Goffredo da Silva Telles Junior.

Revelou, ainda, a unidade de pensamento doutrinário dos populistas, pois quem houver ouvido ou lido os discursos de Loureiro Junior, de Rubem Nogueira, de Joel Barbosa, de Zagonel Passos, de Lara Vilela, e de outros deputados integralistas nas Assembléias Estaduais, ou as orações dos vereadores ou prefeitos de partido em idênticas solenidades de entronizações do Crucificado, notará que, distantes e dispersos, êsses homens exprimem, em variada forma, uma extraordinária uniformidade de conceitos históricos, filosóficos e políticos.

E, nesta altura, surge-me uma idéia: porque não reunir, num grande volume, com os retratos dos autores e dos edifícios onde o Cristo foi entronizado, todos os discursos dos deputados, vereadores e prefeitos integralistas?

SE AMANHÃ ME PROCURARES...

NO célebre sermão em prol do bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, pelo padre Antônio Vieira proferido na Igreja da Ajuda, na Bahia, o famoso orador — "mais protestando que orando", consoante a norma por êle confessadamente imitada dos Salmos de David — faz girar os seus argumentos em tôrno da imprecação de Job, cujos acentos de dor terminam com estas palavras dramáticas: **"Ecce nunc in pulvere dormiam, et si mane me quaesieris, non subsistam."**

Tendo-lhe Deus, para experimentar-lhe a paciência, feito perder os haveres, roubados ou incendiados; os amigos (que eram da espécie daqueles que nos fogem quando andamos no infortúnio); os numerosos filhos, sucumbidos nos desastrosos incêndios; depois a própria saúde, o patriarca Job, sem nunca desesperar, apenas se lamenta, mas os lamentos vão subindo num crescendo angustioso, até que dêles aflora — como último apêlo ao Criador — aquêle grito: "Pois agora dormirei no pó e amanhã me buscarás e não me encontrarás."

"Dormirei no pó", isto é, "não existirei mais", declara Job; e amanhã, quando os ímpios dominarem a terra, quando transgredirem a tua Divina Lei, quando blasfemarem contra o teu Santo Nome, então me chamarás, mas o silêncio profundo será a minha resposta, porque já não serei, nem estarei: **"non subsistam"!**

Tradutores há que em vez de dizer "amanhã", dizem "de madrugada"; e esta expressão é mais trá-

gica e mais cheia de poesia, porque nos dá a idéia da noite do sofrimento, das trevas em que muitas vêzes submergem os homens ou as Nações em certos transcursos históricos que precedem à transformação social impositiva de uma nova ordem, de um novo dia, cuja sinistra aurora aponta avermelhada de sangue; então, o batalhador sacrificado já não está para reagir, já não existe para salvar aquela harmoniosa ordem humana inspirada no amor divino: "de madrugada me buscarás e não me encontrarás"...

Utiliza-se a eloqüência de Vieira dessa passagem do Livro de Job, para reclamar como filho amantíssimo do Cristo contra a vitória daqueles que jamais se empenharam, como os então vencidos, nas cruas batalhas em defesa da Cruz e propagação do Evangelho. E, relembrando os feitos dos Portuguêses e dos Espanhóis, que expulsaram da Península os mahometanos, que conquistaram os baluartes da Europa nas terras da África, e descobriram o caminho das Índias levando a Cruz de Cristo nos panos das náus, aos remotos confins do Oriente, e revelaram novas terras ao Mundo Antigo, e nelas lançaram os fundamentos da civilização cristã, o Padre Vieira exclama, a estranhar viessem os holandeses usufruir do trabalho alheio:

"Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as conseqüências do Brasil perdido), entregai-lhes quanto temos e possuimos (como já lhes entregastes tanta parte), ponde em suas mãos o mundo; e a nós, os Portuguêses e Espanhóis, deixai-nos, repudiai-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que êstes mesmos que agora desfavoreceis, e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais".

E, paralelizando a situação do Brasil nascente com a dos infortúnios do patriarca bíblico, configurando mais pormenorizadas e argumentadas as imprecações daquele varão símbolo da paciência, em cujos lábios põe estas palavras:

"Já que não quereis, Senhor, desistir ou moderar o tormento, já que não quereis senão continuar o rigor, e chegar com êle ao cabo; seja muito embora: matai-me, consumi-me, enterrai-me. Mas só vos digo e vos lembro uma coisa: que se me buscardes amanhã não me haveis de achar. Tereis aos Sabeus, tereis aos Caldeus, que sejam o roubo e o açoite de vossa casa; mas não achareis a um Job, que a venere, não achareis a um Job que ainda com suas chagas a não desautorize".

*

* *

"Ecce nunc in pulveri dormiam, et si mane me quoe sieris, non subsistam"...

Se ao próprio Deus assim falou o paciente patriarca e se o seu exemplo grandiosamente floresceu e frutificou na palavra do maior dos oradores da língua portuguêsa, que era também piedosíssimo espírito incansável em evangelizar o nosso grêmio, com muito maior direito, razão, justiça e veemência, podem e devem, no atual momento histórico do Brasil, aquêles que pela Pátria se têm sacrificado, imprecar os seus contemporâneos.

Em 1932, levantei-me com um pujilo de estudantes e de operários, para, não sòmente salvar a Nação dos males que no momento a ameaçavam (o separatismo, o comunismo, o mortal indiferen-

tismo pela nossa Pátria, pela sua Bandeira, pelo seu Hino, pelas suas Tradições) mas também para premunir e preparar a Nação Brasileira contra as terrveis ameaças futuras que já então se delineavam nos horizontes internacionais.

De cidade em cidade predicando, desde o litoral às mais remotas regiões do território pátrio, vimos, os iniciadores da sagrada campanha, avultar dia a dia o número dos que vinham juntar os seus aos nossos esforços pela salvação do Brasil. Foi principalmente nos sertões, onde o sentimento nacional ainda não se deteriorou ao contato de um cosmopolitismo intoxicante, que a nossa palavra levantou as mais belas e heróicas falanges de ardentes defensores da integridade cristã da Nação Brasileira.

Êsse movimento cresceu de 1932 a 1937, exprimindo històricamente as fôrças latentes da alma nacional e a vigorosa decisão da Grande Pátria.

Que ensinávamos nós? A crença num Deus e nos destinos sobrenaturais do Homem; o culto das tradições nacionais; a sustentação dos princípios cristãos que regeram a constituição das famílias patrícias desde os séculos primeiros da nossa História; o cultivo, o estímulo a tôdas as formas de pura brasilidade, na vida privada, na vida social, na vida política; a moralidade dos costumes, a honestidade administrativa, a coragem das atitudes, a dignidade de cada brasileiro, de cada família, como base da própria dignidade da Pátria cuja independência e soberania, prestígio e pundonor exaltávamos ao mais alto grau.

Haveria mal nestas coisas que ensinávamos (como ainda hoje teimo e teimamos em ensinar) e por acaso tal ensino merecia castigo?

O fato é que, de início, tivemos contra nós o desprezo e o silêncio dos homens públicos, dos chamados homens cultos, da imprensa e da burguesia materialista. Logo depois, como aquêle movimento de patriotismo e de ardente fé nos princípios e tradições cristãs do Brasil começasse a avolumar-se, o desprezo e o silêncio com que pretenderam sufocar-nos transformou-se em injúrias e mordacidades com que se pretendeu reduzir-nos ao ridículo. Vencemos, porém, galhardamente essa prova e um número cada vez maior de brasileiros acorria a trabalhar conosco.

Estava, na verdade, desperta a consciência nacional pelo esfôrço que desenvolveramos. O povo, que jamais soubera cantar o Hino Nacional, já o cantava, tanto o repetiramos em nossas comemorações cívicas. Vultos da História, anteriormente esquecidos, recebiam durante o ano, pela passagem das datas festivas do calendário cívico, as nossas homenagens durante as quais fazíamos ressaltar as suas virtudes em narrativas biográficas que produzíamos. A juventude, que andava em degradante disponibilidade, trouxemo-la a um novo tom de vida fazendo-a respirar os generosos ideais que vitalizam as gerações tornando-as capazes de produzir futuros homens públicos à altura dos supremos destinos da Pátria. Mas outras campanhas se deflagraram contra nós.

* * *

Vendo que o ridículo e a injúria não eram suficientes para abater-nos, surgiram as calúnias. Foram inicialmente lançadas pelo Comunismo Internacional, fabricadas tôdas em Moscou e remetidas

em séries para repetição dos papagaios do Comintern. Acusaram-nos de receber dinheiro do Vaticano para executarmos uma campanha reacionária; depois, por volta de 1933, afirmaram que éramos estipendiados pela Light, pela Cia. Antártica, pelo govêrno do Sr. Getúlio Vargas. Faziam côro com os comunistas os literatos despeitados, os políticos profissionais, os separatistas contra cujas pretensões desagregadoras erguíamos a bandeira da Unidade da Pátria.

Passado algum tempo, ali pelos começos de 1934, os agentes internacionais mudaram o disco. Não era mais o Papa, nem a Emprêsa Canadense, nem os industriais nem o Sr. Getúlio Vargas que nos estipendiavam; agora era o fascismo e o nazismo. De agentes do imperialismo americano e inglês e lacaios do Vaticano, passávamos a ser instrumentos de uma internacional nazi-fascista, que nunca existiu, pois só idiotas podem acreditar numa internacional de nacionalismos. Essa calúnia fêz carreira. Porque a êsse tempo já representávamos uma fôrça eleitoral apreciável e isso feria os interêsses dos políticos estaduais, dos governadores dos Estados da Federação, os quais endossavam tôdas as calúnias contra nós atiradas facilitando os meios da sua propagação.

Começamos, então, a ser não só caluniados como perseguidos. Mas quanto maior era o número de prisões e de ameaças, maior era também a fé que nos animava. Nesse tempo, a nossa influência no meio social brasileiro atingia a tôdas as categorias e profissões, desde as classes liberais e os estudantes, até aos operários e principalmente os sertanejos. Essa influência fêz-se sentir nas Classes Armadas, inscrevendo-se em nossas fileiras cente-

nas de oficiais de terra e mar. Para evitar que o convívio político daquela seção do Integralismo que constituía um partido, desgostasse as altas autoridades do Exército e da Marinha, fundamos, separado de tôdas atividades partidárias, o Centro Caxias, de caráter puramente cívico e cultural, que mereceu sobretudo do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Guilhem, assim como de ilustres Generais, palavras de estímulo e de apreço. Naquele Centro não se tratava de política, mas de realizar conferências sôbre vultos como os de Caxias, Tamandaré, Osório, Barroso e tantos outros, como também sôbre as datas da História Pátria e os temas mais interessantes da atualidade brasileira. O Centro Caxias dava assistência educacional a inferiores e praças, mantendo cursos secundários e primários e, principalmente, criava um sentido superior de mística nacional, um clima onde o comunismo jamais poderia medrar.

Não faltaram contra nós as intrigas mais perversas, procurando indispor contra o Integralismo as Fôrças Armadas, quando tôda a nossa preocupação era proporcionar ao Exército e à Marinha uma atmosfera de respeito e de amor nas massas civis da Nação. Assim, enquanto tivemos palavras de elogios calorosos da parte de generais como Tasso Fragoso, Newton Cavalcanti, Francisco José Pinto, Pantaleão Pessoa, e muitos outros, também não faltaram dignas altas patentes, como o general Manuel Rabelo, que se deixaram, ainda que de boa fé, influenciar pelas suspeitas contra nós levantadas de sermos inimigos da democracia...

*

* *

Em novembro de 1935, ficou patente perante a

História, que os nossos serviços à Pátria não tinham sido inúteis. Os cursos que dávamos sôbre o marxismo, a sua doutrina, os seus processos, a sua técnica, os seus propósitos, as suas diretivas contra o Brasil, não só de muito serviram à reação militar contra a revolução bolchevista, mas puzeram ao serviço das Fôrças Armadas milhares de civis esclarecidos e corajosos, cuja ação eficiente foi constatada no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, na Capital da República, em São Paulo, no Paraná, conforme os agradecimentos que pessoalmente recebi de ilustres e altas autoridades, muitas delas ainda vivas e que, estou convencido, jamais negarão as palavras que me disseram.

Prestado êsse serviço à Nação, não descansamos sob os louros ocultamente recebidos. Continuamos nossa obra de educação nacional, fundando cêrca de 3.000 escolas de alfabetização e centros de comemorações cívicas e de estudos; mais de mil ambulatórios médicos, dando assistência às populações urbanas e rurais no combate às moléstias tropicais, à sífilis, à tuberculose; mais de uma centena de lactários e centros de assistência à infância e às mães; bibliotecas e campos de esporte; jornais vibrantes de brasilidade e revistas de alta cultura; organizações de estudantes, onde se tratava, não de política, mas de debater teses elevando o nível intelectual da juventude e atraindo-a para ideais nobres ao mesmo tempo que a afastávamos de uma vida ociosa, fútil e apática. Nas regiões onde predominavam elementos oriundos de recente imigração ou onde por incúria dos governos se mantinham padrões de vida social tìpicamente estrangeiros, fundamos escolas onde se ensinava com a língua portuguêsa, a história e o hino da nossa Pátria.

O Brasil, pelo milagre do nosso movimento, tinha um clima saudável sob cuja influência despertavam as fôrças vivas da Nação, capazes de destruir todos os agentes corruptores e de enfrentar qualquer tentativa de solapamento da Pátria pela insidiosa infiltração de elementos disfarçados mas que nós tornávamos conhecidos, localizando-os e impedindo-os de agir.

*

* *

Que recebíamos em troca? Injúrias, calúnias, perseguições de governos estaduais, campanha sistemàtica de jornais freqüentemente desmascarados, porém perseverantemente reincidentes. Assim chegamos a novembro de 1937.

Não preciso repetir aqui o que já tantas vêzes narrei sôbre os acontecimentos que terminaram com a implantação do Estado Totalitário ao qual aderiram muitíssimos democratas de hoje em dia, usufruindo-lhe os cargos, os postos honoríficos, os empregos proveitosos, a tranqüilidade e o confôrto dos perfeitamente conformados com a nova ordem.

Direi apenas que, no momento exato em que todos os oportunistas do país julgavam estar o Integralismo nas vésperas do Poder, e de tal sorte que altíssimas personalidades freqüentavam assìduamente o meu gabinete com olhos em ministérios e governadorias de Estados (tudo de envolta a frases laudatórias e protestos de fidelidade) nesse momento exato os poucos sinceros que comigo conviviam estavam cientes de que iria começar para os que me acompanhavam, de alma pura, o doloroso martírio e os dias mais tenebrosos.

Eu não concordara com a Constituição nazi--fascista que se pretendia outorgar... Estávamos, os integralistas, pollticamente derrotados, porque o Presidente Vargas, que comigo se entrevistara, encontrava-se com fôrças suficientes para desferir o golpe de Estado. Não dispondo de nenhuma fôrça para me opor, tive de contentar-me com a esperança de podermos, ao menos, doutrinàriamente, continuar a obra de preservação nacional contra o bolchevismo, e a obra maior ainda de preparação das gerações futuras para a construção do grande Brasil que sonhávamos.

Isso mesmo afirmei ao general Guedes da Fontoura, que era sabedor do golpe que se planejava e que prometia reagir com outros militares. "O que desejo" — disse-lhe eu — "é continuar esta obra que não visa um quadriênio, porém o Futuro Nacional; se os senhores se anteciparem ao golpe presidencial, não reagiremos desde que nos seja assegurada a liberdade de trabalhar pelo Brasil no campo da educação popular, mas se o Presidente se impuzer primeiro, também a nossa posição será a mesma, uma vez que nos seja permitido o direito de pensar e pregar a doutrina democrática, nacionalista e cristã, sem a qual o Futuro da Nação estará perdido". Estas foram, mais ou menos, as minhas palavras. Dias depois, era desferido o golpe de 10 de novembro...

*

* *

Começa, então, a destruição feroz da mais bela obra nacional que jamais outra superou na História do Brasil. Porque não aceitei o lugar de Ministro do Estado Novo, cêrca de três mil sedes do integralismo foram depedradas pela polícia em todo o

país. Quebraram os nossos ambulatórios médicos, roubaram centenas de máquinas de escrever, saquearam bibliotecas, destruíram ou arrecadaram mobílias; tomaram as nossas oficinas tipográficas, entre elas a do nosso jornal diário, impedindo-nos de cumprir compromissos constantes de compra com reserva de domínio, o que nos prejudicou em centenas de contos; violaram casas particulares, entre elas a minha residência particular que foi saqueada; prenderam, espancaram, mantiveram em custódia numerosos integralistas e a outros procuravam como caça.

Por essa altura, articulou-se uma revolução de todos os partidos, sob a chefia do general Castro Junior e da qual faziam parte numerosíssimos cidadãos civis e militares, que jamais foram integralistas.

Um grupo, ameaçado, perseguido, levado ao desespêro pelas opressão do regime totalitário dominante, precipitou-se. Impulsivos mas dignos, portaram-se com bravura e lealdade; derrotados, alguns perderam a vida imediatamente, outros sofreram bárbaros espancamentos e condenações mediante a aplicação de uma lei com efeito retroativo e segundo um rito processual que não admitia liberdade plena de defesa. Deu-se a essa revolução o rótulo de integralista, conquanto dos oito cabeças arrolados na pronúncia, apenas dois pertencessem ao nosso movimento. E daí por diante, para aquela maravilhosa reserva das fôrças puras da Nação, para aquelas nobres cruzadas do patriotismo, para aquela corrente de opinião e de sentimentos que formava a base de um Brasil digno e consciente, principiou a tenebrosa noite da mais terrível perseguição como jamais sofreu em todo o curso da História nenhum partido, nenhuma organização nacional!

Em 1939, fui prêso. Pôsto em liberdade, ofereceram-me um lugar na diplomacia. Não aceitei. Intimaram-me a sair do Brasil. Respondi que não podia sair imediatamente por ser pobre e não dispor de recursos para tão longa viagem. Retrucaram oferecendo-me dinheiro. Rejeitei. Prenderam-me. Estive 23 dias na Fortaleza de Santa Cruz, findos os quais a polícia me pôs a bordo de um navio que me levou à Europa, sem recursos de espécie alguma. Os meus amigos me acudiram e nos últimos tempos, já ambientado, trabalhei também como escritor. Assim vivi sete anos e meio longe da Pátria.

Durante êsse tempo, o Comunismo dominou o Brasil infiltrado nos órgãos do próprio govêrno, na imprensa, nas agências de informações, no rádio, nos sindicatos, no ensino. E o Integralismo sofreu o mais cruel dos castigos por muito amar a Pátria: foi desfigurado, foi deturpado, foi apresentado pelo reverso do que era, recebendo pela palavra de oradores que apoiavam o Estado Novo-Nazi-Fascista, e pelas colunas de certa imprensa e pelo rádio controladas pelos Goebels do Dip, os epítetos de "extremismo da direita", "totalitarismo", "ideologia exótica", "instrumento do nazi-nipo-fascismo". O Integralismo foi condenado exatamente pelos mesmos motivos pelos quais o grande movimento condenara o Estado Novo!

Precisava êste de um bode expiatório sôbre o qual descarregasse as suas próprias culpas a fim de livremente exercer a ditadura totalitária; o bode espiatório foi o Integralismo... E os algozes? Eram os que, subrepticiamente, preparavam o advento do bolchevismo na hora em que a bandeira russa pudesse andar desfraldada em nossas ruas para vergonha de tôda uma geração! Lá estavam êles, os agentes do Comintern, a serviço da Ditadura. Não

era de espantar, pois naquele mesmo instante, na Europa, Hitler e Stalin davam-se as mãos para praticar o crime do espostejamento da Polônia...

*
* *

Mas quando sobreveio a guerra, quando o Brasil, defendendo a sua dignidade contra os atentados dos submarinos alemães, entrou no conflito mundial, então os bolchevistas tiveram o seu grande momento, imitando os seus colegas franceses que, depois de sabotarem o esfôrço de guerra da sua Pátria, favorecendo o invasor alemão e até falando contra a França no rádio de Berlim, afivelaram a máscara de patriotas obedecendo ao novo comando de Stalin.

Senhores da situação, — enquanto os integralistas andavam a comandar e a tripular navios de guerra e mercantes do nosso país, batendo-se contra os alemães e sucumbindo aos torpedeamentos em que perdemos tantos companheiros queridos, cuja lista já publiquei — ficavam os brasileiros renegados e a serviço de Moscou, pelas esquinas das avenidas, a acusar os verdadeiros patriotas de espiões, de traidores, de coniventes com os submarinos adversários no afundamento dos navios onde morriam seus próprios correligionários, os valentes integralistas que lutaram com atos e não com palavras contra as potências do Eixo!

Essas horrorosas calúnias tiveram curso livre sob a ditadura nazi-fascista que dominava o Brasil. Nenhuma voz — quando estávamos amordaçados pela censura e pela sabotagem das células comunistas na imprensa — nenhuma voz se levantou para defender-nos. E entretanto havia homens de

responsabilidade que sabiam perfeitamente o que éramos, o que significávamos, quais os serviços que prestaramos e continuávamos prestando à Pátria. De tudo o que tínhamos feito e estávamos fazendo pelo Bem do Brasil, não nos vinha uma palavra siquer, já não digo de gratidão e respeito, mas ao menos de justiça.

Assim sofremos oito anos. A nossa doutrina sempre foi pura e sã; os nossos propósitos nobres e sinceros; os efeitos da nossa ação beneméritos e salvadores; os sonhos que sonhamos, por amor de nossa Pátria, elevados e santos.

Nada, porém, foi levado em conta. De tudo se fêz tábua rasa. Éramos bandidos, traidores, indignos. Os que não nos visavam com o seu ódio, feriam-nos com a sua indiferença. Ninguém abriu a bôca para defender-nos, para dizer: êsses amordaçados, êsses proscritos, amam a sua Pátria e tenho provas de que isso é verdade.

Sim: porque numerosos eram os que tinham essas provas. E, no entanto, calaram. Lavaram as mãos como Pilatos. Alguns, intimamente se regosijaram imaginando-nos fora de combate, liquidados definitivamente.

*
* *

O momento nacional que vivemos é perigoso e ameaçador. Tôdas as repartições públicas estão infiltradas de comunistas. Tôda a imprensa está minada pelas células de Moscou. As organizações operárias corroem-se à ação do virus marxista.

Os partidos estão recheiados das larvas do Comintern. Nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nos Parlamentos, nos Governos Estaduais, nos

Ministérios, a Rússia possui os seus locutores. Na Marinha Mercante, como na de Guerra, há cavalos de Troia do internacionalismo vermelho. O Exército também está minado. A literatura, o teatro, o cinema, o rádio, as associações brasileiras de escritores, encontram-se infestados de agentes do Czar Vermelho.

A burguesia, dita progressista, que constitui a vanguarda da revolução social, segundo Lenine, apodrece no materialismo mais sensual e gosador e extende a sua mão aos seus futuros carrascos. Um libertarismo doentio destrói as fibras do necessário e nobre liberalismo que é base da verdadeira democracia e, insurgindo-se contra todo princípio de autoridade, torna-se o assassino da liberdade dos bons e o estimulador da liberdade dos maus.

A indisciplina lavra em todos os setores da vida nacional. O trabalho desorganiza-se e a produção brasileira cai velozmente e catastròficamente.

O ensino desnivela-se atingindo a extremos de degradação que assinala a ignorância dos jovens só comparável ao seu desdém por tudo quanto é idealismo vitalizador.

A agricultura está em crise. O êxodo dos campos para as cidades acelera-se. A indiferença, o fatalismo, o espírito de derrota avassalam a Nação. Diminui o número dos que amam o Brasil. Nos lares não há ambiente nem para a Religião nem para o Patriotismo.

E o comunismo traiçoeiramente avança, utilizando-se dos políticos demagogos, dos interesseiros, dos indiferentes e catastróficos. Êsse é o quadro do Brasil atual. E diante dêsse quadro, pergunto: geração ingrata, geração de alma fria e coração de pedra, que fizeste do patrimônio que o Integralismo

brasileiro te legou em tantos anos de pregação, de martírios e de ardente mística da Pátria?

*

* *

E perguntarei ainda: geração dos meus contemporâneos, que pretendeis, depois de tôdas estas desgraças de nossa Pátria e em face das ameaças que pesam sôbre o Brasil? Que pretendeis fazer do movimento que lancei em nossa Pátria e que exprime todo o amor que consagrei à Nação Brasileira?

Geração cruel, pretendeis ainda atirar sôbre mim e os que me seguem, novas injúrias, novas calúnias? Pretendeis responder com a vossa indiferença ao esfôrço que tenho feito pela felicidade de vossos filhos? A êste sacrifício, a esta luta em que me consumo, pretendeis pagar com os apelidos que a vossa crueldade tem inventado para apresentar-me como o mais ridículo e o mais infame dos homens? Tudo isso porque consagrei minha vida ao Brasil que é também a vossa Pátria?

Pretendeis repetir, depois das mil explicações que vos dei, os estribilhos que Moscou emite como dinheiro falso, dizendo como papagaios: êsse é um totalitário, êsse é um nazi-fascista, êsse é um mistificador, êsse é um esquisofrênico, um traidor, um fanático, um louco? Pretendeis, na melhor das hipóteses, como ainda fazem tantos, tratar comigo e com os meus companheiros, às escondidas, como se fôssemos criminosos? Ou pretendeis tratar-nos como portadores de alguma terrível moléstia contagiosa ou algum anatema que prejudicará vossos negócios ou o acesso em vossas carreiras?

Ainda é vossa intenção deturpar minhas pa-

lavras, alterar minha doutrina, levantar contra os que me seguem e contra mim novas calúnias?

Então, se assim decidis e quereis, responder-vos-ei parafraseando a apóstrofe de Vieira e a imprecação do patriarca bíblico, dizendo-vos:

— Somos presentemente, pelos votos eleitorais que apuramos, cêrca de um milhão em todo o Brasil. Tudo faremos resistindo à vossa loucura ou à vossa omissão para com a Pátria. Sustentaremos a todo o transe e propagaremos incessantemente, os princípios fundamentais da soberania e da dignidade da Nação; lutaremos por vossas e nossas famílias, por vossos e nossos filhos contra a escravidão que se aproxima. Se crescermos em número e vencermos, estará salvo o Brasil e todos vós. Mas se quiserdes destruir-nos e se o conseguirdes, desapareceremos, deixaremos um dia de existir... E amanhã, quando o bolchevismo triunfar num golpe de surprêsa, e chorardes lágrimas de sangue no cativeiro, vós vos lembrareis de mim e dos meus e debalde nos procurareis, porque já não estaremos, já não existiremos.

"Si mane que quoe sieris, non subsistam..." De madrugada me buscarás e não me encontrarás. Sim; será por uma madrugada, vermelha e sangrenta como a de 27 de novembro de 1935. As cabeças de vossos filhos lavar-se-ão com vossas lágrimas. Perguntareis aflitos: onde estão aquêles aos quais tanto combati, aquêles que talvez me possam salvar?

E um grave silêncio trágico será a resposta da História!

ALFA E OMEGA

NO artigo tão luminoso na apreciação dos fatos históricos e tão magnânimo na consideração da minha pessoa, com que um dos mais brilhantes jornalistas do nosso país registou nas páginas da "Idade Nova" o meu regresso da Europa em princípios dêste mês, há uma observação que me serviu de tema para muito meditar. Nota aquêle meu querido amigo que, já em 1931, em carta que dirigi a Augusto Frederico Schmidt, dizia eu que urgia, depois de um século da Revolução Francesa, uma nova proclamação dos direitos do homem.

Realmente, a minha preocupação, ao iniciar a campanha política hoje integrada nas páginas da História Brasileira, foi, não a sociedade, a Nação, o Estado, mas o próprio Homem. Proclamar os seus direitos me parecia naquele tempo o mais alto e mais nobre dos ideais. Humilhado, ofendido, degradado por todos os regimes políticos, fôsse o totalitarismo do Estado absorvente, fôsse o totalitarismo da liberdade sem freios de que abusavam os maus, o Homem precisava afirmar-se, precisava reivindicar os seus direitos sagrados. Partindo dêsse pensamento, tratei de construir um sistema político novo, em tudo diferente a todos do mundo, no qual a criatura humana fôsse vista e considerada na sua integralidade, e não sob os prismas pelos quais a interpretavam. Revoltava-me o conceito do "homem cívico" da democracia liberal, assim como do "homem econômico" do socialismo marxista ou do "homem-parcela-nacional" do estatismo totalitário nacionalista.

Nos anos que seguiram depois da minha proclamação dos direitos do Homem, a minha atividade social pode dizer-se que se desenvolveu em dois planos: o político, através do qual, coadjuvado pelos teorizadores do movimento integralista, esquematizei as linhas gerais de um Estado onde o Homem pudesse viver livre e digno, e o moral, através do qual, por minha conta e quase sempre sòzinho, concitava a todos os meus companheiros a realizar em si mesmos aquilo que eu chamava "revolução interior", ou seja o combate do mal, que reside dentro de cada ser humano, e o aprimoramento das virtudes, a fim de que, havendo homens bons, o conjunto dos homens, que nós chamamos "sociedade" fôsse também bom.

Mas o meu movimento, a partir de 1934, teve de tomar a forma de um partido político. Entramos na liça das competições partidárias. O impositivo da luta quotidiana, entre uma infinidade de inimigos que de todos os lados, nos atacavam, e os trabalhos de arregimentação e propaganda eleitoral foram levando, pouco a pouco, os que me seguiam, a uma objetividade política cada vez mais empolgante, de sorte que a parte, para mim mais essencial, que era aquela subjetividade, ou transformação interior no sentido das supremas virtudes cristãs, foi ocupando, dia a dia, menores espaços na alma de cada um.

Pretendendo conquistar adeptos e eleitores, os meus correligionários eram obrigados a empregar a maior parte do seu tempo em estudos práticos sôbre os problemas nacionais de ordem administrativa, jurídica, pedagógica, econômica, financeira, artística, militar, internacional, a fim de se apresentarem perante os auditórios dos comícios ou das conferências, perfeitamente aparelhados para a conquista das simpatias e da opinião pública. Eu mesmo fui obrigado pelas circunstâncias a produzir discursos e artigos de caráter utilitário, focalizando problemas que interessavam os objetivos práticos da vida brasileira.

Tenho a impressão de que, embora com a melhor e a mais pura das intenções patrióticas, nós fomos caindo nos mesmos erros do imediatismo político, que assinala a preocupação de todos os partidos tanto do Brasil como dos demais países. Note-se que eu não emprego aqui a palavra "imediatismo" no sentido pejorativo, no sentido do interêsse pessoal ou de grupo, da pressa em atingir o poder, ou os cargos de responsabilidade. Emprego a palavra "imediatismo" para significar, pelo contrário, uma nobre e respeitável preocupação de resolver os problemas mais graves da nossa Pátria.

Nós víamos o povo insatisfeito e desejoso de obter solução a numerosos problemas que se referiam diretamente aos impositivos vitais da nossa agricultura, do nosso comércio, das nossas indústrias, do nosso ensino, da nossa defesa nacional, da nossa justiça; então, sinceramente, nobremente, nos empenhávamos no estudo de cada uma dessas múltiplas questões, e de posse dos nossos planos de reforma, dos nossos projetos, apresentávamo-nos na tribuna ou na imprensa, evidenciando proposições que tínhamos por oportunas e adequadas. Assim se empregaram as elites intelectuais do nosso partido, enquanto os mais companheiros, no afã de atingir ou o poder ou parcelas do poder a fim de pôr em prática as nossas idéias de salvação nacional, trabalhavam afincadamente no aliciamento de eleitores.

Para justificar êsse nobre imediatismo, tínhamos ainda um imperativo histórico: urgia salvar a própria independência do Brasil ameaçada pelo domínio do comunismo russo, cumpria-nos defender a família, a religião, as tradições mais caras da Pátria contra a ameaça estrangeira de um totalitarismo feroz. Dessa forma, uma terceira preocupação também nobremente imediatista nos empolgou: a de cooperar com as Fôrças Armadas, com os elementos conservadores da Nação, na vigilância constante sôbre os agentes do imperialismo russo.

Essas três atividades: a dos estudos dos problemas nacionais, a da propaganda e arregimentação eleitoral, e a da defesa do país contra o comunismo, absorveram-nos inteiramente no período de 1934 a 1937. A chamada "revolução interior" adstringiu-se a uma pequena zona do nosso espírito.

Verdade seja dita que, mesmo circunscrita a uma pequena zona, essa introatividade produziu magníficos efeitos, mantendo um certo teor de atitudes que denunciava, em não pequeno número de companheiros, a íntima convicção de que não seria possível conseguir nenhuma reforma saudável para a Nação, sem que primeiro se lograsse uma reforma fundamental no íntimo de cada brasileiro.

* * *

A adversidade, que Deus nos enviou como suprema graça, em fins de 1937, veio pôr em evidência aquilo que ia sendo esquecido no meio da nossa sincera batalha pelo Bem do Brasil. Perseveraram os que tinham conseguido modificar-se interiormente. E quando digo perseveraram não me refiro apenas àqueles que assumiram atitudes políticas em desacôrdo com os sagrados compromissos de honra confessados perante auditórios onde se colheram aderentes mais dignos do que muitos apóstolos que os converteram. Refiro-me mesmo a muitos que, mantendo a fé política, não mantiveram aquêle padrão de vida cristã, de acetismo, de renúncia, de humildade, de pureza e idealismo sem o qual não haverá salvação possível para a nossa Pátria.

Em 1945, ao cessar o grande equívoco, mediante o qual fomos apresentados ao povo brasileiro como totalitários, inimigos da liberdade, traidores da Pátria, eu tinha chegado a uma conclusão importantíssima e decisiva, que foi fruto de longa observação dos regimes, dos homens e dos fatos e das conseqüentes meditações em que me aprofundei. Essa conclusão é a de que os bons governos não dependem de regimes, porém de homens.

Claro está que quando falo "regimes" refiro-me a formas de Estado, não a essência de Estados. Faço essa distinção porque um regime do tipo comunista, por exemplo, nunca poderia ser aceito por quem acredita em Deus e nos destinos do Homem por Êle traçados.

Mas o que eu quero dizer é que o melhor regimen dêste mundo pôsto nas mãos de homens maus, há de ser forçosamente mau. Por conseguinte, a felicidade das Nações depende muito mais dos homens do que das formas de govêrno. Podemos, lògicamente, optar por esta ou aquela forma ou regimen, porém isso, de nada valerá se os executores dessa forma ou regimen não forem homens bons.

Chegando a essa conclusão, volto, ao cabo de longos anos, à minha preocupação inicial: o Homem, o Ser Humano. Renová-lo é condição funda-

mental sem cuja efetivação de nada valerá prègarmos as excelências de qualquer regimen.

Alfa e Omega, verifico hoje que o Homem, e não o Estado, tendo sido a minha primeira preocupação de doutrinador, torna-se agora minha nova preocupação.

Não podemos pensar numa nova idade se não pensarmos num novo homem, isto é, o homem que surge das angústias do nosso tempo, inteiramente desiludido de todos os remédios políticos e sociais, e procurando uma nova esperança no fundo de si mesmo.

ÍNDICE